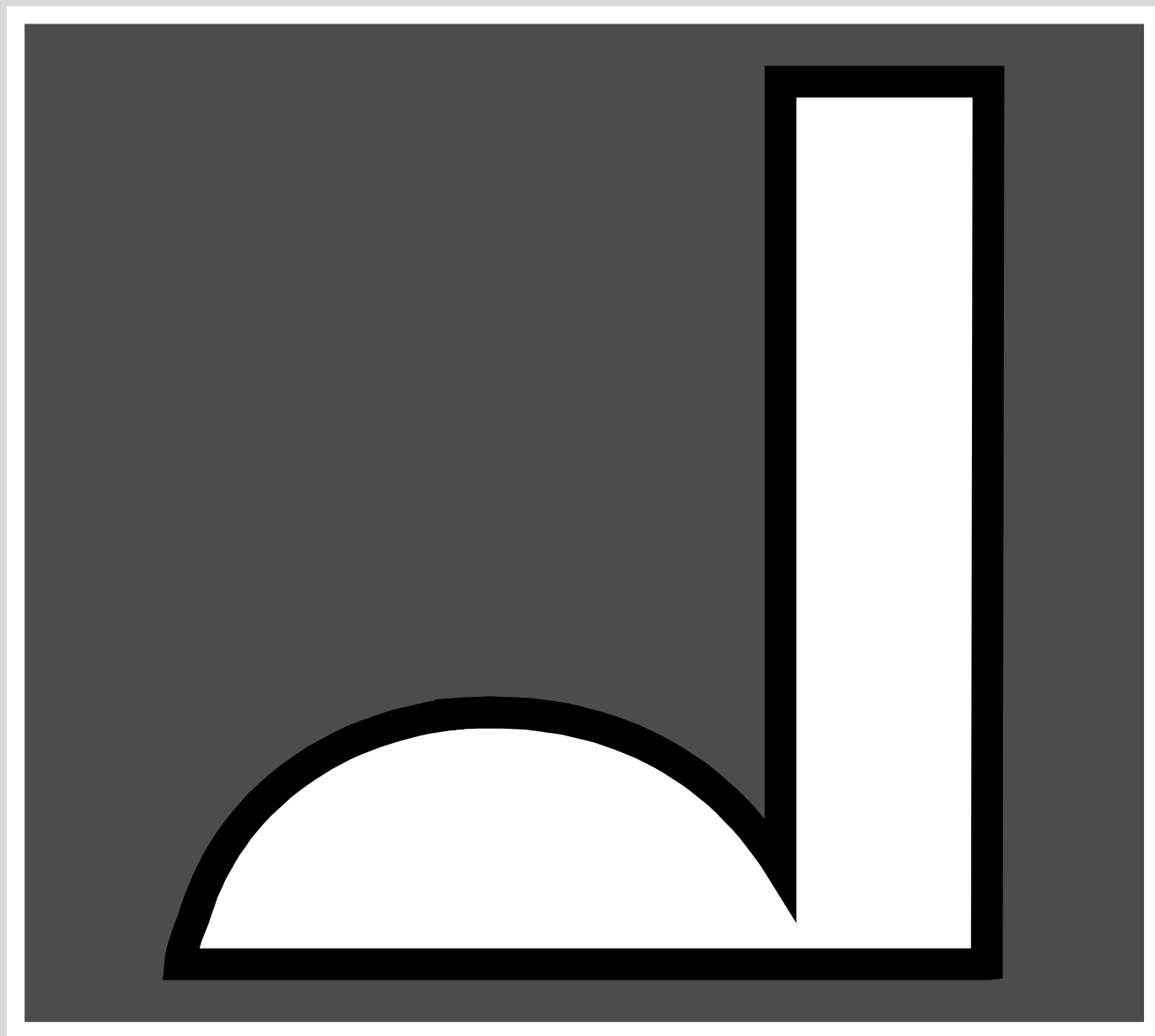




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 170 – SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Paulo Paim – BLOCO – PT – RS

2º Vice-Presidente

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

1º Secretário

Romeu Tuma – PFL – SP

2º Secretário

Alberto Silva – PMDB – PI

3º Secretário

Heráclito Fortes – PFL – PI

4º Secretário

Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS

Suplentes de Secretário

1º João Alberto Souza – PMDB – MA

2º Serys Shhessarenko – BLOCO – PT – MT

3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC

4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ

LIDERANÇAS**LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)****Líder**

Tião Viana PT-AC

Vice-Líderes

Antonio Carlos Valadares

Magno Malta

Fernando Bezerra

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Ideli Salvatti

Geraldo Mesquita Júnior

LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)**Líder**

Efraim Morais PFL-PB

Vice-Líderes

Eduardo Azeredo

Rodolpho Tourinho

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Aloizio Mercadante PT-SP

Vice-Líderes

João Capiberibe

Fernando Bezerra

Patrícia Saboya Gomes

Hélio Costa

Marcelo Crivella

LIDERANÇA DO PMDB - 22**Líder**

Renan Calheiros PMDB-AL

Vice-Líderes

Vago

Hélio Costa

Sérgio Cabral

Luiz Otávio

Ney Suassuna

Garibaldi Alves Filho

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PFL -17**Líder**

José Agripino PFL-RN

Vice-Líderes

Paulo Octávio

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

José Jorge

LIDERANÇA DO PSDB – 11**Líder**

Arthur Virgílio PSDB-AM

Vice-Líderes

Antero Paes de Barros

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

Álvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT - 6**Líder**

Jefferson Péres PDT-AM

Vice-Líder

Almeida Lima

LIDERANÇA DO PPS – 2**Líder**

Mozarildo Cavalcanti PPS-RO

Vice-Líder

Patrícia Saboya Gomes

EXPEDIENTE

Agacieli da Silva Maia

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Sérgio Castro

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 144ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente ao tempo destinado aos oradores da primeira hora da sessão, que será dedicado a homenagear a Medicina pela passagem do Dia do Médico, nos termos do Requerimento nº 926, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores..... 32823

1.2.2 – Oradores

Senador Mozarildo Cavalcanti 32823

Senador Mão Santa 32826

Senador Papaléo Paes 32830

Senador Augusto Botelho 32834

Senador Tião Viana 32835

Senadora Serys Slhessarenko 32839

Senador Aelton Freitas 32844

Senador Eurípedes Camargo 32845

Senador Romero Jucá (Art. 203 do Regimento Interno) 32846

Fala associativa da presidência (Senador Mozarildo Cavalcanti) 32847

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 209, de 2003 (nº 525/2003, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Fernando Antônio da Câmara Freire para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. 32847

1.2.4 – Parecer

Nº 1.494, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”..... 32851

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 961, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. 32856

Nº 962, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. 32857

Nº 963, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Cultura as informações que menciona. 32857

Nº 964, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 32857

Nº 965, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2003-Complementar. 32858

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Qualidade da produção leiteira no Brasil..... 32858

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem a Símplicio Dias da Silva, que declarou a independência do Piauí no século passado, no dia 19 de outubro, data transformada no Dia do Piauí. 32861

SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcurso do sesquicentenário da cidade do Crato, no Estado do Ceará..... 32863

SENADOR AELTON FREITAS – Defesa da inclusão do norte de Minas Gerais na área de atuação da Sudene. 32865

SENADOR PAULO PAIM – Comentários a respeito da deficiência física no Brasil..... 32866

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 966, de 2003, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências. 32869

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação

Nº 70/2003, de 16 de setembro último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o ano de 2005 como o "Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira", em reunião realizada naquela data..... 32869

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, seja apreciado pelo Plenário..... 32869

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Saudações ao Governo Federal pelas medidas de liberação de crédito do chamado "Pacote do Emprego". 32869

SENADOR EFRAIM MORAIS – Homenagem aos professores brasileiros. 32870

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Transcrição de artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 do corrente, intitulado "Maioria não gastará nada neste natal". 32871

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição de artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 de agosto último, intitulado "Celular ultrapassa telefone fixo no país". 32873

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Realização da Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente do Distrito Federal. 32874

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 144ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de outubro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Augusto Botelho,
Mozarildo Cavalcanti e Eurípedes Camargo*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O tempo destinado aos oradores da primeira hora da presente sessão será dedicado a homenagear a Medicina, pelo transcurso do Dia do Médico, nos termos do Requerimento nº 926, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 16-10-2003.

Na abertura da sessão, deixo aqui registrada, em nome da Mesa, a nossa alegria por este evento. Todos sabemos que os médicos e todos os profissionais que atuam nessa área são os que denomino de grandes guardiões, grandes mestres, aqueles que dedicam a vida para salvar outras vidas. Por isso, neste momento, a Presidência da Casa e toda a Mesa os homenageiam.

Concedo a palavra ao autor do requerimento de homenagem, o nobre médico e Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, colegas médicos aqui presentes, registro a presença do Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal; do Conselheiro Federal do mesmo Conselho junto ao Conselho Federal de Medicina; dos membros do Serviço Médico desta Casa; da esposa do colega Papaléo Paes, também médica; do colega médico Evaldo Carneiro, que é de Roraima – o que me dá muita honra – e atualmente está no Distrito Federal.

Inicialmente, esclareço que esse requerimento – embora pela praxe regimental se diga que é do primeiro signatário e de outros Srs. Senadores –, na verdade, foi assinado por toda a bancada médica do Senado, composta por seis Senadores, a saber: os Senadores Augusto Botelho, Mão Santa, Papaléo Paes,

Tião Viana e Antonio Carlos Magalhães e eu. Portanto, seis Senadores médicos assinaram o requerimento de homenagem à Medicina brasileira, pela passagem do Dia do Médico que transcorre amanhã.

Creio ser a primeira vez que se faz uma homenagem especial à categoria no Senado Federal. Individualmente, é certo que vários Senadores – assim como eu – já a prestaram em anos anteriores, por ocasião da passagem do Dia do Médico.

Raros são os profissionais que lidam tão proximamente com a condição humana quanto os médicos, em sua tarefa cotidiana de mitigar o sofrimento e de prolongar a vida do semelhante. Nada mais justo, portanto, que homenageá-los pelo transcurso do Dia do Médico, dia 18 de outubro, também conhecido como Dia de São Lucas, o patrono de nossa categoria.

A atividade médica se confunde, Sr. Presidente, no sentido amplo, com a história da humanidade, porquanto compreende o socorro às dores e enfermidades do homem, desde seus primórdios. A Medicina, tal como a conhecemos hoje, é resultado de uma longa e incessante evolução, cujo ritmo se vem tornando crescentemente mais rápido e admirável nos tempos mais recentes. As novas descobertas e as novas técnicas de diagnóstico e de tratamento apresentam um grau de sofisticação simplesmente inimaginável há algumas décadas.

A história da Medicina ocidental, no entender de Jean Bernard, da Academia Francesa, pode ser dividida em cinco etapas. A primeira remonta ao chamado “período mágico”, no passado mais longínquo, quando se confundia com a religião, com a mitologia, com os rituais. Era, então, exercida por feiticeiros, xamãs ou pajés, que, na realidade, acumulavam as funções de curandeiro e sacerdote das sociedades primitivas.

A prática médica racional, fundamentada no conhecimento empírico, seria inaugurada por Hipócrates, considerado o Pai da Medicina, na Grécia antiga. A partir dele, a Medicina se afastou da mera especulação e da crença religiosa, passando a observar os sintomas, comparar os casos e estabele-

cer uma relação com os tratamentos a que os homens eram submetidos.

Interessante notar, Sr^{as} e Srs. Senadores e prezados colegas, que a Medicina, desde então, desenvolveu-se em duas vertentes básicas: uma, configurada na observação empírica e na busca de uma formulação do conhecimento; a outra, na concepção ética já então estabelecida por Hipócrates e até hoje repetida pelos formandos de Medicina.

Em que pese a importância dessa etapa, quando se alicerçaram os fundamentos da ciência médica moderna, os tratamentos apresentavam resultados poucos satisfatórios.

Para Bernard, a terceira etapa da história da Medicina se dá num brevíssimo período, de apenas seis anos, entre 1859 e 1865. Ele explica: em 1859, Darwin publica seu livro **Sobre a Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural**; daquele ano até 1865, Pasteur desenvolve suas importantes experiências, criando a ciência dos micróbios; em 1865, Claude Bernard publica sua **Introdução ao Estudo da Medicina Experimental**; e, no mesmo ano, o monge Gregor Mendel decifra as leis da hereditariedade.

Diz Jean Bernard, em **Esperanças e Sabedoria da Medicina**: “Esses seis anos, esses seis gloriosos anos, mudaram mais o destino dos homens que as guerras, batalhas, vitórias, derrotas que enchem os nossos livros de História. Permitiram o surgimento das primeiras vacinas, o nascimento da cirurgia e da obstetrícia modernas. Mas, por um paradoxo particular, durante muito tempo eles tiveram apenas uma pequena influência sobre a terapêutica das doenças”.

O quarto período – esse, sim, terapêutico – inaugura-se em 1936, com a descoberta das sulfas, que teve prosseguimento com a descoberta da penicilina, de outros antibióticos, além dos hormônios. É quando, lembra Bernard, os cirurgiões abrem os corações, os pulmões, os cérebros, quando os hematologistas salvam os recém-nascidos trocando todo o seu sangue. A Medicina se torna eficaz, embora continue empírica.

Sr^{as} e Srs. Senadores, colegas profissionais, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, eis que chegamos à Medicina do século XXI, que Bernard chama de período racional, que se caracteriza por elevada eficácia, inclusive na prevenção de doenças. Na moderna Medicina, as imagens têm um papel fundamental, na forma da radiografia, da ecografia, da tomografia computadorizada, da

ressonância magnética. As microcâmeras vasculham o organismo humano. A cada dia se descobrem drogas mais potentes e eficazes, e os transplantes se popularizam: órgãos do corpo humano defeituosos são substituídos por outros. Nas cirurgias, o raio **laser** substitui o bisturi, e o robô, as mãos do cirurgião. Não bastasse isso, a engenharia genética começa a desvendar os mecanismos das doenças, para sua cura ou prevenção.

Os resultados já obtidos e as projeções de como evoluirá a Medicina num futuro próximo nos dão muitas esperanças de reduzir o sofrimento, de prolongar a vida das pessoas, além de melhorar a sua qualidade. Entretanto, muitos desafios ainda devem ser vencidos. Primeiramente, é necessário lembrar que a própria longevidade do homem implica um desgaste maior do seu organismo no longo prazo, o que, por sua vez, dialeticamente, requereria novos cuidados médicos.

Além disso, há que se lembrar que o grande avanço tecnológico permite tratamentos e cirurgias de alta complexidade e sofisticação, mas a um custo proibitivo para grandes parcelas da população. Esse é um desafio, especialmente para nós, brasileiros, que possuímos uma tecnologia de ponta em diversas especialidades médicas, mas que, ao mesmo tempo, vemos que a maioria da população está desassistida, mesmo das práticas mais corriqueiras.

De fato, Sr. Presidente, a Medicina brasileira é uma das mais avançadas do planeta. O primeiro bebê de proveta brasileiro, uma menina, completou, há dias, 17 anos. Há pouco mais de um mês, especialistas corrigiram uma má-formação na coluna de um feto com 28 semanas de gestação, utilizando a técnica de operação fetal a céu aberto, nunca antes aplicada em nosso País. E, recuando mais alguns meses, aconteceu outra cirurgia inédita, em São Paulo, com a extirpação de um câncer de próstata por um robô, sob a direção de uma competente equipe médica. Esses são apenas alguns exemplos da alta sofisticação da Medicina brasileira. Em algumas especialidades, conseguimos um avanço de tal ordem, que pessoas de todas as partes do mundo procuram tratamento para suas moléstias em nosso País.

Aliás, o Brasil é pródigo no que concerne a grandes vultos da Medicina, e, mesmo correndo riscos de cometer graves injustiças, dada a impossibilidade de citar todos esses expoentes, eu não poderia deixar de citar alguns, como homenagem à categoria médica.

De imediato, vem-me à mente o nome de Osvaldo Cruz, médico e cientista que, entre outros feitos, trabalhou no Instituto Pasteur, em Paris, ao lado de Roux, Nihert, Metchnikoff e outros; que erradicou a

febre amarela que assolava o Rio de Janeiro, então Capital da República, no início do século passado; que extinguiu as epidemias de peste bubônica e de varíola; que reformou o Código Sanitário e que remodelou os serviços de higiene e de saúde no Brasil. Diretor do Instituto Soroterápico Federal, levou aquela entidade – hoje Fundação Osvaldo Cruz, em justa homenagem – a ultrapassar sua finalidade de mero produtor de vacinas para se dedicar à pesquisa e à medicina experimental, o que a credenciou a receber a Medalha de Ouro no IV Congresso Internacional de Higiene e Demografia, em Berlim.

Um de seus mais ilustres colaboradores, que depois alçaria vô próprio, foi Carlos Chagas, médico, pesquisador e sanitarista que erradicou a malária da cidade de Santos (SP), que levantou a carta epidemiológica do Vale Amazônico, que chefiou a campanha contra a epidemia da gripe “espanhola” e que modernizou os serviços sanitários da Capital da República. Desenvolveu as pesquisas para debelar a tripanossomíase, que ficaria conhecida como “doença de Chagas”, e, tendo identificado o agente causador da doença, deu-lhe o nome de *Trypanossoma Cruzi*, em homenagem a Osvaldo Cruz.

Na mesma equipe, cintilariam outros grandes nomes da pesquisa médica, como Artur Neiva, Adolfo Lutz, Emílio Ribas e Vital Brasil.

Mais recentemente, nossas atenções se voltariam para o médico e Professor Euryclides de Jesus Zerbini, pioneiro dos transplantes de coração na América Latina, idealizador e diretor, por vários anos, do Instituto do Coração, o Incor; para o também cardiologista Adib Jatene, que, aluno de Zerbini, se apaixonaria pela cirurgia cardíaca. Ministro da Saúde em duas ocasiões, Jatene chefia uma equipe que já operou muitos milhares de pacientes, o que o credencia como o cirurgião cardíaco mais importante do Brasil.

Quero também lembrar, já que falamos tanto em CPMF, que foi justamente o Dr. Adib Jatene, quando à frente do Ministério da Saúde, que idealizou, para resolver os problemas da saúde, essa Contribuição Provisória, que está virando definitiva e que, depois, foi modificada de tal forma, que hoje o percentual que se destina à saúde é muito pequeno.

No campo da cirurgia plástica, não há como ignorar Ivo Pitanguy, a cuja clínica afluem pacientes de todas as partes do mundo. Professor convidado em mais de uma centena de instituições, autor de mais de 800 trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e do exterior, ele é também o idealizador e fundador do Curso de Especialização em Cirurgia

Plástica, que já formou mais de 500 cirurgiões do Brasil e de outros 40 países.

Aqui em Brasília, temos o exemplo do Dr. Aloysio Campos da Paz, Fundador da Rede Sarah e cirurgião-chefe do serviço de Ortopedia. Defensor da tese de que “não basta tratar a doença, é preciso tratar o doente”, Campos da Paz tornou a Rede Sarah uma referência da Ortopedia nacional no mundo.

Sr. Presidente, antes de concluir, eu não poderia deixar de fazer uma homenagem aos médicos do meu Estado, Roraima, e aos médicos de toda a Amazônia, porque exatamente é lá onde vemos o exercício mais difícil da Medicina, porque é lá onde estão, pelo menos até há pouco tempo, os hospitais menos equipados e as populações mais dispersas, mais longínquas, desde os nossos irmãos índios até os caboclos ribeirinhos.

Quero prestar esta homenagem hoje, Sr. Presidente, coincidentemente, quando V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, preside esta sessão, no nome do seu pai, o ex-Deputado Federal e médico ilustre de Roraima, um dos pioneiros da Medicina em Roraima, que morreu no exercício da profissão. Com ele, tive a satisfação de aprender o muito que pude da Medicina que exerci.

E também não posso deixar de me referir à presença aqui do nosso companheiro Evaldo, cardiologista que para lá foi trabalhar pelo Exército brasileiro, pelo 6º BEC, inclusive desbravando mesmo áreas inóspitas. É cardiologista e clínico geral, que terminou casando em Roraima. Cumprimento também a sua esposa e a sua filha, que aqui se encontram presentes.

Como já prevenira, Sr^{as} e Srs. Senadores e prezados colegas, esses são apenas alguns dos grandes expoentes da Medicina brasileira. Ao citá-los, quero prestar minha homenagem a toda classe médica brasileira, aqui incluídos os profissionais anônimos, que, quase sempre, lutando contra a precariedade dos meios disponíveis e com os salários achatados, dão o melhor de si para mitigar a dor do próximo. A esses profissionais que exercem a Medicina como sacerdócio, que delineiam sua atividade profissional pelos parâmetros da ética e do humanismo, a esses profissionais, sobretudo, quero prestar esta simples, mas justa homenagem pelo transcurso do Dia do Médico.

Ressalto também a presença aqui dos nossos colegas do Serviço Médico do Senado, que estão sempre a postos, não só para eventualmente socorrer um Senador, mas todos os servidores da Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presi-

dente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, o médico mais antigo da equipe do Senado, que exerce ainda a profissão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Augusto Botelho, que é médico; Sr^s e Srs. Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros que assistem à sessão pelo sistema de comunicação do Senado; caros colegas médicos e médicas; lideranças das entidades médicas; caro Senador Mozarildo Cavalcanti, um Senador, Cícero, que foi um grande orador, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Mas teremos que fazê-lo. Realmente, eu não ia falar sobre a história, sobre a qual V. Ex^a discorreu tão bem. Eu ia falar – permitam-me o Senador Papaléo Paes e o nosso médico do Piauí, Luiz Roberto, que são cardiologistas – do coração mesmo, da nossa vida.

Estamos aqui num ambiente político. Isso nos faz lembrar um médico, cirurgião, como eu, de Santa Casa, que lutou pela política e aqui foi Senador: Juscelino Kubitschek. Ele disse uma frase que traduz o sentimento de todos nós, médicos, nessa crise que vamos vencer: “é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando”. Então, somos otimistas.

Saúde, no meu entendimento, começou com a dor, com o sofrimento. Como São Francisco dizia: “onde houver tristeza, vou falar da alegria”. Então, quero dizer que a Medicina surgiu para sanar a dor.

Já que somos hoje um animal híbrido, político e médico – ou médico e político; boto a Medicina em primeiro –, lembro-me do político que mais admiro, Simon Bolívar. Andei na praça, lá em Bogotá, em sua casinha e no museu. Dizia Simon Bolívar que tinha sido muita coisa, soldado, cabo, tenente, capitão, major, coronel, general, marechal, ditador, presidente, **El Libertador**, mas havia um título de que ele não abdicava – isso está no busto à frente de sua casa –, ser um bom cidadão.

Recentemente, fiz aniversário. No entanto, só considero os meus anos de casado. Vou fazer 35 anos de casado. O resto não era vida. Eu era uma pedra. Percorremos essa longa e sinuosa estrada com muita luta, muito ideal e muito sonho, inspirados em Cristo, que foi o grande Médico. Ele disse: “não vim ao mundo para ser servido, mas para servir”. E começou logo, com poderes humanos e de Deus, a fazer Medi-

cina. Quando fez um cego enxergar, Ele foi um oftalmologista; quando limpou os corpos dos leprosos, foi um dermatologista; foi ortopedista quando colocou o aleijado para andar; otorrinolaringologista, quando fez o surdo ouvir e o mudo falar; psiquiatra, quando tirou o demônio dos endemoninhados. Então, Ele foi o grande Médico, e nós somos assim, com o nosso poder humano, por sermos irmãos de Cristo.

Continuamos na luta e vamos avançando. Deus, nosso Pai, fez o mundo, mas nós o estamos melhorando. Cuidamos daquilo que é mais importante. O filósofo Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas que a mais maravilhosa é o ser humano. E somos nós que cuidamos dele, nós é que prolongamos a sua vida. Esse é o nosso grande patrimônio. Não há maior riqueza do que essa. Essa é a grandeza. No Livro de Deus, está lá: é abençoado pelo Altíssimo o nosso patrono, São Lucas. Então, é uma profissão abençoada, de Deus.

É muito oportuno este dia. Atualmente, estamos quase crucificados, sofrendo, desprezados. De repente, os povos se organizam, e felizes de nós.

A Medicina nasceu empiricamente, e a Grécia, que deu organização a tudo – política, governos, democracia –, estabeleceu as bases da Medicina, com Hipócrates. Que bela figura!

O mundo tem que se inspirar, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a foi muito feliz, e as coisas começam assim. O mundo tem que se inspirar no nosso patrono. Olhai o juramento, o segredo, o comportamento, o ensinamento de ética. Foi a primeira profissão que nasceu com o pai ensinando deontologia médica, ética médica, comportamento. Essa é a nossa diferença. Somos bons desde a origem, e o mundo gira em torno de nós, embora sejamos muito abnegados – sacerdotes mesmo.

É muito oportuno, Senador Augusto Botelho. Não aprendemos aquilo que o Presidente Lula ensinou: a “grevar”. Não há greve, não. É o médico contra todas as condições – hospitais sucateados, carrinho velho, prestações atrasadas, salários ínfimos, ameaças de perda de direitos e aposentadorias, de se roubar a viuvinha...

Eu disse ao Presidente José Sarney, para invocar sua responsabilidade e sensibilizá-lo ao nosso compromisso, que o Maranhão tem muitos escritores, como Gonçalves Dias – “Não chores, meu filho; Não chores, que a vida é luta renhida. Viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate...” –, Josué Montello, e muita gente importante, atores. Para simbolizar o que é o médico, citei o maior de todos: Dr. Cândido Almeida Ataíde, que nasceu em Tutóia, no Maranhão

– essa história de “mão santa” tem a ver muito com isso.

Quando eu era Governador do Piauí, entreguei ao Dr. Cândido, que tinha 94 anos, a maior comenda do Piauí: a Grã-Cruz Renascença – a propósito, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu tenho a do grande Estado de Roraima, de Boa Vista, da qual tenho orgulho. Concedi aquela e mandei outras, que ele agradeceu. Ele morreu, mas antes recebeu muitas medalhas. Ele era do Maranhão e foi diretor da minha Santa Casa de Misericórdia.

A nossa estrada, Senadora Serys Slhessarenko, foi longa e sinuosa. Eu enfrentei a baioneta, a ditadura, e posso falar pelo PMDB: sou fiel a Ulysses. Senador Papaléo Paes, eu ouço a voz rouca das ruas e não faço negociatas.

Dr. Cândido morreu com 95 anos, trabalhando na direção da Santa Casa. Ele era do PTB, foi Presidente da Federação das Indústrias, criou a Faculdade de Administração e o Campus Avançado da Universidade Federal do Piauí existente na minha cidade. E a ditadura tomou desse herói maranhense... Fui chamado para lhe tomar a Santa Casa de Misericórdia e ser o diretor. Vim do Rio de Janeiro, novo, e não aceitei. Ele morreu como diretor da Santa Casa.

Ele fez o parto de João Paulo dos Reis Velloso, que foi o melhor Ministro de Planejamento deste País, responsável pelo primeiro e pelo segundo PND. Foi a luz do governo revolucionário, no que teve de progresso. Foram 20 anos de mando, nenhuma imoralidade e nenhuma indignidade.

Dr. Cândido trabalhou até os 95 anos, Senadora Serys Slhessarenko; na véspera de seu falecimento, havia realizado um parto na Santa Casa. Ele se consolidou naquela instituição, porque nós, médicos, rechaçamos a idéia de tirá-lo da direção da Santa Casa. Mas ele morreu por quê? É o quadro do médico de hoje. Outro dia, fui ver um netinho que nasceu na minha cidade, e havia médico de quase 80 anos dando plantão. Isso porque eles têm vergonha, têm necessidade, e só sabem fazer isso, não sabem roubar. Poucos têm sorte, como eu mesmo, que estou aqui, como Senador, para dizer isso. Então, é essa a situação da classe médica.

E o progresso está aí. Nos levamos este Brasil com o nosso exemplo.

Mas a situação tem melhorado, Senador Eurípedes Camargo. Eu digo sempre que a ignorância é audaciosa. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a disse que eu sou o mais velho daqui. Eu sei é que sou o mais orgulhoso de ser médico e de ser um homem do Piauí.

Quando o Senado foi instalado no Brasil – antes havia os portugueses, mas não vamos contar –, começou tudo junto, de pai para filho, eram 42 brasileiros. Dr. Luiz Roberto Magalhães, olhai aí e atentai: Dos 42, 20 eram magistrados, 2 eram advogados. Desde aí, vem-se fazendo leis boas para eles. Olhai a diferença desses homens. Merecem, sabem, são direitos. Mas, eu pergunto: e os que ensinaram os magistrados? Os professores universitários, que estão aí ameaçados, não estão dormindo, humilhados, porque vão lhes roubar as aposentadorias conquistadas, um direito adquirido, um ordenamento? E as viúvinhas? Quer dizer, eu voto, morro, e eu mesmo vou roubar o direito da Adalgisinha, que me agüentou 35 anos e me deu filhos? O Senado não pode fazer isso. É um ato impensado, de indignidade, mas estamos na luta.

Dos 42 a que me referi, havia ainda dez militares – os Deodoro, os Floriano –, sete eclesiásticos – a Igreja, Padre Feijó –, um engenheiro, dois médicos e dois ruralistas, fazendeiros. Então, de lá para cá é isto: leis boas para eles, que as fizeram, e nós estamos aqui. Nós crescemos, nós avançamos. Hoje, somos seis, e conscientes disso.

E aqui começou, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a deu um passo avançado ao dizer que não podemos tolerar isso. Deus nos deu esta bênção, uma aposentadoria boa, do bom e do melhor. E como somos bem servidos! Mas, e os nossos colegas? Não podemos negar as nossa origens. O que nos fez grandes, o que fez o povo acreditar e confiar em nós foi a oportunidade de exercermos a divina profissão de médico, de que nos orgulhamos. É muito atual lembrar que, de dois, hoje somos seis. Não estamos reclamando, somos assim mesmo. Tiraram Juscelino daqui uma vez, cassado, mas nós aqui permanecemos. O Senador Antonio Carlos Magalhães é o mais velho, com serviços relevantes prestados. Sou o segundo, com muita honra, depois dele. Temos ainda o Senador Mozarildo Cavalcanti, que nos lidera. O Senador Augusto Botelho traduz o respeito. Pulou logo para Senador, o que traduz a força da nossa classe. Não foi o partido, não; foi a nossa classe, os paramédicos, os doentes; foi aquele amor a que V. Ex^a se referiu. O Senador Papaléo Paes, que foi prefeito, com perspectivas invejáveis, preside a Comissão de Saúde; e, finalmente, o Senador Tião Viana, do PT, o mais iluminado de todos eles. Deveriam colocá-lo até como Ministro logo, entre os peladeiros. É um rapaz jovem, bom, tem ainda muito que conviver conosco. Lamentamos que esteja ausente.

Conversava há pouco com a encantadora Senadora Serys Slhessarenko. Ela tem muitas vitórias; é

professora, foi deputada, ganhou a confiança de um político que governou na mesma época que eu governei – e a quem também dei uma comenda, em respeito a ele e a seu Estado –, Dante de Oliveira, o homem das Diretas Já. Mas a sua maior vitória não foi essa. Vamos comemorar. A sua maior vitória é ter uma filha médica, brilhante, uma das mais extraordinárias médicas brasileiras, de um dos mais modernos laboratórios. Daí a sua felicidade neste dia que nós aqui comemoramos. É como diz o livro de Deus: “a árvore boa dá bons frutos”.

Eu conversava com a Serys e dizia que quem me inspirou assim na política foi Petrônio Portella, que me recrutava, Senador Mozarildo, para enfrentar este gigante, este herói da política piauiense, o engenheiro Alberto Silva. Eu relutava em aceitar, porque a Medicina só me deu felicidade. Mas, de repente, Senador Papaléo – V. Ex^a, que também foi prefeito –, fui eleito prefeito da minha cidade. Era um médico feliz, realizado, vim de uma família que podia ter as coisas. Então, tive todos os livros que desejei, estudei, era bem-dotado como médico. Mas, de repente, Serys, ganhei a eleição para prefeito. Aí tive medo. Enquanto Adalgisa dormia, eu comecei a estudar. Era tão feliz numa sala de cirurgia, o meu templo de trabalho, fazendo o bem sem olhar a quem, Deus guiando as minhas mãos, salvando um aqui e outro acolá, na Santa Casa de Misericórdia da minha cidade, que eu dizia, como Sêneca, que “não é uma pequena cidade, é a minha cidade”. Então, estava feliz e, de repente, elegi-me prefeito. “E agora, meu santo, vou me lascar!”, pensei. Sou cirurgião, como é que vai ser agora?

Comecei, então, a estudar. Tenho aqui uma anotação de Albert Einstein, no seu livro **Maturidade, Religião e Ciência**: “a ciência sem religião é manca; a religião sem ciência é cega”. Disse também que a nossa educação é aquilo que fica depois que esquecemos tudo que aprendemos nas escolas: é a disciplina, o pensar, o saber estudar. Então, nós somos educados. Nós, Senador Arthur Virgílio, sabemos estudar. Então, enquanto Adalgisa dormia, eu comecei a estudar e estudar. Li Henry Fayol, Taylor, Peter Clark, tudo sobre administração. Lá de madrugada, Senador Arthur Virgílio, ainda me lembro como hoje de um livro de capa amarela, que lembrava os seus cabelos loiros, chamado **Taylor – o Mago da Administração**. Eu estava com medo mesmo de assumir. Era um cirurgião de êxito, mas pensava: “E agora, como vou administrar isso? Estudei teoria, porque nós aprendemos a estudar, essa é a verdade. Lá na madrugada, no livro da cor de seus cabelos amarelos, Senador Arthur Virgílio, estava escrito: “Administrar é fácil.

Atentai bem: tome por exemplo o cirurgião”. Aí eu respirei, é comigo mesmo. Ele disse: “O cirurgião tem que ter coragem” – isso o cirurgião tem –, “tem que ter decisão, tem que trabalhar em equipe” – e trabalha mesmo, tem enfermeira, anestesista. Ninguém planeja. Está aí Juscelino para provar que pode dar certo. Assim, comecei a acreditar em mim. Adalgisa dormindo, e eu dizia: é comigo mesmo, um cirurgião!

Ninguém planeja mais do que um cirurgião. Eu estava era com medo de assumir essa prefeitura, mas lembrei-me da citação de Henri Fayol: o pré-operatório é o planejamento, é imaginar o trajeto de onde estamos para onde queremos ir; o transoperatório é obra em si; e o pós-operatório é o controle. O que disse Henri Fayol, o pai da Administração: planejar, ensinar, orientar, coordenar e fazer o controle.

Assim, tomei coragem, levando em conta que há unidade de comando e unidade de direção, e aceitei. Pensando em Juscelino, administrador que deu certo, entrei, fui e estou aqui. O povo gostou, e, desde então, nunca mais perdi eleição.

Quando disputei o Governo, saí da minha Prefeitura, passei dois anos na Santa Casa. Tínhamos três prefeitos contra cento e quarenta e cinco. Com a ajuda de Deus, tornei-me o Governador do Estado do Piauí. E esse mesmo povo me manda para cá.

Nasci em 1942 – embora vá fazer apenas 35 anos, pois só considero os anos de casado – e vi muitos médicos assumirem o Governo do Estado, figuras respeitáveis: Eurípedes Aguiar, Leônidas Melo, da Ditadura Vargas. E é por isso que o Piauí é ícone em saúde, é por isso que os jovens médicos daquele Estado fazem transplantes cardíacos com êxito. Na ditadura militar, Vargas impôs tenentes como interventores, governadores dos Estados. Mas o piauiense é diferente, não aceitaram tenentes, preferindo o médico Leônidas Melo. E digo isso porque um médico como eu fez um hospital que, para a época, deslanchou os outros.

Como diz Padre Antônio Vieira, um bem nunca vem só, e Rocha Furtado foi um grande cirurgião daquele hospital. Ganhou o pessoal da ditadura: Tibério Nunes, Dirceu Mendes Arcoverde. Foi quando entrei na política. Era ele, Dirceu, contra o Alberto Silva. Nessa época, fui Deputado Estadual, mesmo sem querer sê-lo, já que eu gostava mesmo era da minha sala de cirurgia e da minha cidade, Parnaíba. No entanto, para ajudar o Dirceu Arcoverde, aceitei. E quis o destino que eu entrasse aqui, pela primeira vez, com Dirceu Arcoverde. Petrônio Portella me colocou delegado, e eu decidi a eleição do Presidente Figueiredo. Votei. Ele me nomeou somente para enfezar o Alberto Silva.

Na época, havia somente duas lideranças. Alberto Silva era uma delas. Hoje estou com ele, que é gente boa. Querem até tirar o nome da mãe dele da maternidade, mas o estou defendendo – ontem, inclusive fiz a defesa aqui.

Repetindo, na época, eu não queria ser Deputado Estadual. Mas como se tratava de arranjar votos para o Dirceu, aceitei. E estávamos aqui, nesta Casa, em um coquetel: Figueiredo com um copo e eu, doido, com outro. Tomar uísque é bom. Ontem mesmo, tomamos com um vinho com o Washington. Inclusive, já estou até ensinando o Senador Papaléo Paes a tomar vinho. Prosseguindo, eu estava com um copo de uísque, e o Governador Dirceu saiu andando. Como eu era amigo dele, e não ia deixar o Governador só, acompanhei-o. Ele entrou aqui e subiu nesta tribuna. Eu, com o copo de uísque na mão, pensei: “Esse homem devia estar lá embaixo, no coquetel”. Ele estava imaginando ser Senador. E ganhou de Alberto Silva. Ele, médico como nós, ganhou. Que orgulho! Fiz um hospital no Piauí, na minha cidade, em que coloquei o nome de Dirceu Arcoverde, o mais honrado e digno Senador. Ele ganhou de Alberto Silva, mas havia a lei – inclusive essa lei beneficiou Fernando Henrique – segundo a qual o segundo votado, mesmo de outro partido, era suplente. E ele, defendendo a saúde, sofreu um acidente vascular nesta tribuna, tombou e morreu. Ele está no céu. Entrei na política e fiquei órfão. O homem foi para o céu, e eu fiquei como Deputado Estadual em Teresina. Mas órfão é danado para andar com suas pernas. E andamos do Piauí até esta tribuna.

Depois dele, veio Lucídio Portella, honrado Senador e irmão de Petrônio. Depois, Deus me permitiu governar o Estado do Piauí. Ganhei duas eleições e fui Governador por seis anos, dez meses e seis dias. Depois, Kléber Dantas Eulálio, que também é médico. Está demonstrada, então, a grandeza. É isso o que trago.

Neste instante, reafirmo o nosso compromisso com a classe. Está aqui, sim, a Carta do PMDB, partido que represento. E vejo que me aproximo de Ulysses Guimarães, que teve a coragem de enfrentar a ditadura. Os militares soltaram os cachorros nele, mas ele, reagiu, dizendo: “Respeitem o Presidente da Oposição!” E os militares se calaram. E ele, disse: “Ouçam a voz rouca das ruas!” Quem está ouvindo o PMDB sou eu, que também vejo o sentimento do povo. Aqui está a Carta que ele beijou, Senadora Serys Slhessarenko, a Constituição Cidadã, que diz o seguinte sobre a Saúde – e isso o Dr. Carreiro sabe como ninguém e só lhe perguntar. Carreiro vai ser o nosso primeiro Senador vitalício, já tem 35 anos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

E não podemos diminuir o dinheiro da saúde, porque está na Constituição: um ano tem que ser maior do que outro. Os legisladores, sábia porém tardiamente, fizeram a Emenda nº 29. Essa emenda, Senador Reginaldo Duarte, fixa que cada Município e cada Estado têm que destinar uma determinada quantia para a saúde: 12% para o Estado e 14% para o Município. Não podemos abrir mão disso. Portanto, o Governo está errado quando tira recursos da saúde e destina ao combate da pobreza.

Senadora Serys Slhessarenko, não sou contra, sou de Deus, somos de Deus, e está escrito: “Dá de comer a quem tem fome e beber a quem tem sede”. Ninguém é contra. Quando fui Governador do Piauí, fiz cem restaurantes populares “Sopa na Mão”. Tirei a polícia do lado do Palácio de Karnak e instalei o primeiro restaurante popular na capital. Não sou contra o combate à fome, mas sou contra tirar o dinheiro da saúde. Que se tire do serviço social, que se tirem esses recursos que a Benedita está gastando na Argentina, que se tire o dinheiro que foi emprestado para o tonto do Chaves, da Venezuela, que se tire o dinheiro do índio que não reconhece o filho, enfim, que se tire o dinheiro de outro lugar, mas não da saúde.

Vamos chamar as instituições para o debate. Mas eles não vêm para um debate qualificado. Entendo, e muito bem, de medicina. Na área de saúde, trabalho há uma vida. Dizer que o dinheiro é mal administrado, malversado? Mentira! Fui Prefeitinho e fui Governador e tive muitas dessas acusações.

Fui uma vez – e eu me lembro – ao hospital de uma cidade chamada Floriano, Senador Augusto Botelho, uma importante cidade do Piauí. Meu amigo, lá somei todos os ganhos e vi. O hospital foi feito por para Alberto Silva, e eu fiz o Pronto Socorro. Que venha o Maranhão todo, Dr. Mozarildo, diante da denúncia! Fui Governador do Estado e por vinte e cinco anos fui médico mesmo na Santa Casa. Pois peguei o dinheiro e somei tudo; não mandei ninguém fazê-lo, não.

Olha, Senador Mozarildo, quando vi o número de atendimentos, o número de partos e o número de cirurgias, conclui que não havia má administração, não. Havia era um milagre. E vi isso em vários Estrados.

Então, os médicos – e Deus deu esse poder a eles – estão fazendo milagre. Por exemplo, as hemodálises – um quadro vale por dez mil palavras – são

as mais baratas do mundo, apesar de o material ser todo importado e de os preços estarem subindo: a energia, a água e outros itens do Governo.

Temos que obedecer à Constituição. Temos que reduzir a quantidade de ministérios, que não servem para nada e que não vieram para nada e que não podem existir. Nos Estados Unidos, além do Secretário-Geral, são mais seis outros ministros. Aqui a ditadura governou com quinze ministérios; o Presidente Collor baixou para 12; o Presidente Sarney alterou para 16; Fernando Henrique ficou com 15 e 16 e 17; e agora 40? Vamos cortar. Não é para PMDB pedir nada, não! É para o PMDB pedir apenas a verdade e pedir para diminuir um bocadinho. Estuda-se tudo! Eu aprendi a estudar e estudei para administrar. Há um livro, cara Serys Slhessarenko, que V. Ex^a deve comprar. Chama-se "Reinventando o Governo", de Ted Gaebler e David Osborne. Compre e presenteie ao nosso amigo Lula. O livro foi encomendado por Bill Clinton, e o grande administrador Jack Wells foi consultado. E eles dizem que um governo não pode ser grande como um transatlântico, porque pode, a exemplo do que aconteceu com o Titanic, afundar. Um governo tem que ser pequeno, versátil, tal como um barco, para poder ir ao Amapá, a Roraima, ao meu Piauí. "Não, nós vamos fechar a maternidade". Por quê? A maternidade tem trinta anos. Sabe-se que, como o vinho, bom é o que é velho. Além disso, Balzac já falava na mulher de trinta. A maternidade, repito, tem trinta anos, tem história, tem tradição, tem rotina ar para funcionar o novo.

Essas são as minhas palavras e a minha gratidão. Ó, Deus Cristo que estais aí, Deus que me permitiu fazer na medicina como reza Ambroise Paré, um grande cirurgião que dizia: 'Eu os trato, Deus os cura'. E foi o que houve na minha passagem como médico da qual sou orgulhoso.

Mas, meu Deus, que já me destes tanto, eu vos agradeço a profissão que me encaminhastes, a profissão de médico, a mesma de São Lucas.

Nossas últimas palavras são aos céus, a Deus, a Cristo que praticou a Medicina com poder de cura, a São Lucas: abençoem os médicos e as médicas do nosso Brasil e que eles tenham amor ao próximo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – A Presidência registra a presença do Deputado Rodolfo Pereira e o convida para fazer parte da Mesa.

Com a palavra, o nobre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o evento de hoje é

conseqüência de um requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, subscrito pelos Senadores Mão Santa, Antonio Carlos Magalhães, Augusto Botelho, Tião Viana, Papaléo Paes e pela Senadora Heloísa Helena. Este evento nos deu oportunidade de ter aqui nesta Casa figuras significativas da Medicina, que peço permissão para citar: Dr. Pablo Magalhães Chacel, Representante do Conselho Federal de Medicina; Dr. Washington Corrêa, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante – ABCDT; Dr^a Maria Silva Sucupira, Endocrinologista e Secretária-Executiva da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo e ex-Diretora do Serviço Médico do Senado. E cito os colegas médicos: Dr. Luís Roberto Magalhães, Cardiologista; Dr. Antônio Carlos Amorim, Cardiologista; Dr^a Leda Braúna Braga, Cardiologista, que são representantes aqui do Serviço Médico do Senado Federal.

Quero citar o nobre Deputado Federal, Dr. Rodolfo Pereira, que está prestigiando este evento no Senado, honrando-nos com sua presença, assim como o Dr. Evaldo Carneiro Nogueira, do Estado de Roraima; Dr. Cláudio Vieira, Secretário-Geral do CRM, e fazer um registro da presença da minha esposa, Dr^a Josélia, que é representante do Amapá, além de mim, é claro.

Realmente, já ouvimos o Dr. Mozarildo, Senador da República, fazer um pronunciamento muito brilhante. E ouvimos o bellissimo pronunciamento do Senador Mão Santa, fazendo abordagens sobre a nossa profissão, envolvendo as questões políticas que, logicamente, estão ligadas à nossa profissão.

Claro que cada um de nós tem a sua experiência na vida médica e na vida política. Há médicos que enveredaram pela vida político-partidária em conseqüência de suas ações como profissionais da área da saúde; e há colegas que, por disporem de uma situação financeiramente mais privilegiada não exerceram por tanto tempo a sua profissão. Mas cada um de nós tem a sua experiência. A minha experiência é a de convivência hospitalar, dentro de uma Santa Casa do Estado do Pará, onde fiz o meu curso de Medicina. Aos dezoito anos de idade eu já estava dentro da Santa Casa do Estado do Pará.

Hoje, aos cinqüenta e um anos de idade, estou, logicamente, exercendo a minha profissão. Estou há algum tempo um pouco afastado, desde que tomei posse nesta Casa, porém ainda pratico medicina um dia na semana. Ficamos em uma situação de poder dar um pouquinho da nossa experiência. Eu fiz uma opção de vida: escolhi ser médico funcionário público. Nunca participei de qualquer atividade na área priva-

da da Medicina por opção. Ambos médicos, eu e minha esposa recebíamos salário de Território Federal, um salário que era muito bom. Achávamos até que era demais para uma família de quatro pessoas, eu, minha esposa e duas filhas.

Tivemos oportunidade de passar pelos níveis de excelência que a medicina nos oferece e por aquele elementar, que é o maior da nossa convivência; somos cardiologistas, mas jamais nos deixamos influenciar pela especialidade que temos para deixar de atender em um centro de saúde ou em uma comunidade carente.

A nossa experiência médica envolve a questão humanitária. Nós, médicos, temos uma formação humanística profunda, que ninguém tira e que engrandece a política partidária.

Por isso não admito, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, que sejamos jogados em uma vala comum – estou falando especificamente de nós, médicos políticos –, que sejamos acusados de fazer **lobbies** na saúde para beneficiar quem quer que seja. Podemos até estar fazendo **lobby**, mas **lobby** para o bem, para dar condições à nossa saúde pública de voltar a ser o que já foi – tivemos épocas muito melhores do que a atual. Esse **lobby** faremos sempre, para que o Governo faça cumprir as leis, para que tenhamos recursos para patrocinar uma saúde pública de qualidade e com responsabilidade. Não podemos jamais deixar que os nossos postos ou centros de saúde deixem de oferecer dignidade ao cidadão pobre, que é quem procura esses locais.

O Senador Mão Santa fez referência à Emenda Constitucional nº 29. Na quarta-feira, em audiência pública com o Deputado Rafael Guerra, Presidente da Frente Parlamentar da Saúde, discutimos essa questão. O Senador Antonio Carlos Valadares, que não é médico, mas tem uma formação socialista muito forte, em determinado momento da reunião, comunicou que teria que sair devido a um encontro que teria na residência do Presidente da República, onde estariam várias outras lideranças da base de apoio ao Governo. S. Ex^a se comprometeu a levar a nossa mensagem de preocupação quanto à subtração feita do orçamento destinado à saúde de mais de R\$3 bilhões. O Senador cumpriu o que nos prometeu, mas, para nossa surpresa, no dia seguinte, ontem, lemos no **Correio Braziliense**:

Um incidente marcou ontem o almoço do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os líderes e vice-líderes do governo no Senado. Sentido-se ofendido quando Lula disse

haver lobistas na bancada da saúde no Congresso Nacional, o líder do PSB, Antonio Carlos Valadares (SE), reagiu, causando constrangimento. Na proposta de Orçamento Geral da União para 2004, o governo tirou R\$3,6 bilhões do total de R\$28,9 bilhões previstos para a saúde e os realocou no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza [que é outra emenda, a Emenda nº 31], o que provocou protestos da bancada de congressistas da saúde.

Antes do almoço, Valadares e o líder do PT, Tião Viana (AC), combinaram de levar o assunto ao presidente. O senador do PSB queria, com Tião Viana, falar em particular com Lula. Mas o petista sugeriu que ele falasse na presença de todos. Foi o que fez Valadares.

Então estamos sendo chamados de lobistas – lobistas do mal – pelo Presidente da República porque queremos o bem da população. O dinheiro do Orçamento não vem para o bolso de nenhum de nós; vai para a saúde pública.

Sou Presidente da Subcomissão de Saúde e, em uma audiência pública sobre hemodiálise, fiquei muito constrangido quando disse a uma figura importante, um político do governo, que eu lamentava o fato de muitas clínicas de hemodiálise estarem com seus pagamentos atrasados, valores ínfimos, segundo dados de planilhas de custos, e essa pessoa me perguntou se eu estava fazendo **lobby** para essas clínicas e questionou: “Como o governo pode gastar R\$2 bilhões por ano para cuidar apenas de 60 mil pessoas?”

Lamentamos que esteja havendo um trabalho matemático, desumo, por parte do Governo. Como médicos e Senadores eleitos pelo povo, temos que denunciar essas situações. Da mesma forma, queremos denunciar a qualidade do serviço público que está cada vez pior, a falta de recursos para incrementar os serviços ou até para mantê-los; queremos denunciar a reforma da previdência, que está esvaziando as nossas universidades e retirando do serviço público profissionais preparados, gabaritados, experientes.

Sou funcionário público e sei falar muito bem sobre isso, porque convivo naquele meio. Quando se quer tirar a pensão da viúvinha, como diz o Senador Mão Santa, faz-se isso sobre quem projetou toda a sua vida na aposentadoria e até na sua morte, para deixar alguma segurança para sua família. Ouvi também um exemplo infeliz, quando questionei a redução de pensão: quando há um casal e morre um, ficam 50%. O que ficou vivo está lucrando porque fica com mais 20%, ou seja, 70% da pensão, com se isso fosse a nossa realidade. A pensão ou aposentadoria não é só para sustentar o casal, mas para sustentar neto, bisneto, filho de 40 ou 50 anos que perdeu o emprego e vai para a casa do pai, para pagar a escola das cri-

anças, reformar a casa, pagar plano de saúde, porque ele não tem bom atendimento no serviço médico público.

Quando assinamos um contrato de servidor público, assim o fazemos porque concordamos com as cláusulas daquele contrato. De repente, aproximando-se a aposentadoria, vem uma lei que reduz tudo aquilo que você imaginou ter direito e passa a não ter mais. Esse direito é jogado no ralo. Esse direito perdido vai resolver o problema da Nação – é essa a propaganda. Em 1988, o Governo propagava que a Constituição ia resolver todos os problemas da Nação. Mas estamos vivendo uma situação muito pior.

Tudo que se faz hoje, lamentavelmente, é em cima da matemática. Perdeu-se a noção do ser humano. Seria preciso uma análise, um ensaio das consequências sociais dessa reforma; as consequências financeiras, podemos saber imediatamente, fazer contas, apresentar a quem quiser; a matemática não falha. Mas as consequências sociais deveríamos ter, porque, daqui a cinco, dez, quinze anos, essa reforma que hoje é cantada e decantada como uma maravilha deverá ser um verdadeiro desastre para a sociedade brasileira.

Com essas palavras, pretendo que compreendam o sentimento de alguém que convive na área de medicina com muito amor, com muita responsabilidade e com muita dedicação, como os demais colegas que estão aqui.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, amanhã, dia 18 de outubro, é o dia escolhido para homenagear os médicos do Brasil. O discurso que trago a este plenário homenageia os milhares de profissionais brasileiros que exercem com abnegação, com sacrifício, com elevado sentimento de solidariedade e com baixos salários uma das profissões mais exigidas devido à grande procura profissional.

Lamentavelmente, o sistema de saúde pública existente em nosso País é dos mais desordenados. Os profissionais de medicina que nele trabalham lidam cotidianamente com enormes dificuldades materiais e profissionais para exercer honestamente a sua estafante profissão. Assim, o retrato que apresentamos ao mundo é de tristeza, de vergonha, de frustração, de corrupção, de abandono e de desorganização, quando tudo poderia ser bem diferente.

Na verdade, o direito à saúde o Brasil é privilégio de uma minoria que evita os hospitais públicos e busca atendimento médico em clínicas sofisticadas ou hospitais de primeiríssima linha, normalmente privados ou administrados por fundações em que as condições materiais são excelentes, a higiene é impe-

cável, o atendimento é de alta qualidade, não existem filas, os equipamentos são de última geração, os profissionais são altamente treinados e os custos do atendimento são elevadíssimos. Nas grandes capitais brasileiras, encontramos esses centros de excelência médica que chegam inclusive a superar unidades semelhantes existentes em países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, Noruega, Suécia e outros do chamado universo da prosperidade e do bem-estar social.

Em contrapartida, aos pobres é oferecida uma péssima estrutura em que o médico precisa fazer vários milagres diários para poder suplantar todos os tipos de desafios e amenizar suas precárias condições de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os anos, os organismos internacionais ligados à saúde incluem o nosso País entre as nações mais desestruturadas do planeta no que se refere à qualidade do serviço de saúde pública oferecido à maioria da população. Na verdade, os indicadores são vergonhosos e não são dignos de um País que está hoje colocado entre as quinze maiores economias do planeta.

Perante a comunidade internacional, sempre estamos entre os primeiros em mortalidade infantil, infecção hospitalar, deficiências sanitárias de todos os tipos, mortalidade por doenças banais como coqueluche, diarreia, tuberculose, dengue, doença de Chagas, esquistossomose e uma infinidade de outras ocorrências parasitárias que poderiam ser facilmente tratáveis, se tivéssemos investido melhor ao longo dos anos na organização, no treinamento dos profissionais, na manutenção e na modernização dos nossos equipamentos de saúde.

Como bem sabemos, é muito freqüente o dinheiro público trocar de caminho para atender demandas políticas das mais absurdas e imorais. Aliás, durante o escândalo do Orçamento, que revelou o envolvimento de Parlamentares denominados “anões”, a Nação inteira ficou estarrecida diante das revelações feitas pela comissão parlamentar de inquérito que mostrou detalhadamente como as verbas do Orçamento nunca chegavam ao seu verdadeiro destino.

Pois bem, durante décadas seguidas, esse constante desvio do dinheiro público foi um dos motivos que mais agravaram a degradação dos hospitais, dos prontos-socorros, dos postos de saúde e de outras unidades médica em todo o território nacional que não conseguiam, de forma alguma, manter uma infra-estrutura decente de atendimento em saúde às populações mais necessitadas.

Convém destacar que um dos maiores prejudicados por esses graves crimes cometidos contra a

maioria da sociedade brasileira foi o profissional médico. Todos os dias, anos a fio, seu ritmo de trabalho é intenso e estressante nos corredores abarrotados de doentes e nos plantões, numa louca disputa contra as péssimas condições existentes em seus locais de atendimento. É justamente nesse ambiente que milhares de médicos trabalham em todo o País, tentando, por todos os meios, salvar vidas sem ao menos dispor, em muitas situações, do material mais elementar como anestésicos, gaze, esparadrapo, seringas, gesso, oxigênio e mesmo uma simples aspirina.

Recentemente, um canal de televisão mostrou uma reportagem revoltante em um hospital público do Rio de Janeiro. Um senhor de 75 anos de idade que não passava bem, portador de diabetes e doença cardíaca, em uma cadeira de rodas, esperava, ao lado da filha apreensiva, atendimento na emergência e necessitava tomar medicamentos. O médico de plantão, constrangido, foi obrigado a comprar com o seu próprio dinheiro, na farmácia ao lado, o medicamento necessário que estava faltando no estoque do referido hospital; medicamento esse de pequeno valor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando saímos desta realidade cruel, que faz parte do dia-a-dia do médico brasileiro nos grandes e médios centros urbanos, deparamos com outra que complementa o quadro miserável de nossas deficiências de infra-estrutura na saúde. Trata-se do exercício da medicina nos pequenos Municípios, nas áreas rurais, nas regiões distantes do nosso imenso País e nos grotões mais atrasados. Nessas áreas, as condições de trabalho são verdadeiramente penosas porque o médico conta apenas com a sua capacidade profissional nos momentos mais difíceis, ou seja, quando depara com casos graves que exigem remoção do paciente para um centro mais adiantado.

De maneira geral, nessas regiões, os remédios são praticamente inexistentes, as condições de atendimento extremamente precárias, as distâncias significativas, o transporte difícil, as estradas esburacadas e os recursos médicos mais adiantados encontram-se a centenas de quilômetros do paciente. Lamentavelmente, em muitos desses casos, os doentes não resistem, apesar do esforço sobre-humano do médico para salvar aquela vida.

É importante ressaltar ainda que, nessas áreas longínquas, o exercício da medicina é um verdadeiro sacerdócio e um ato de heroísmo. A presença do médico, quando existe em alguma localidade distante, é idolatrada por todos. Além do poder que exerce por ser detentor do conhecimento científico da cura, o médico, no seio dessas comunidades distantes, passa a ser

um grande conselheiro, uma pessoa de grande respeito e de grande confiança no seio das famílias.

Muitas vezes, e não são raros os casos, os médicos abnegados dessas localidades não cobram pelas consultas. Chegam até a pagar com o próprio dinheiro o preço de sua missão, que é a de atender a um paciente necessitado, sejam quais forem as suas condições. Para isso, não importa se ele se encontra a centenas de quilômetros de distância de sua residência, se foi chamado nos horários mais impróprios ou se o doente está nos lugares mais inóspitos e mais isolados.

Antes de concluir, Sr. Presidente, gostaria de levantar alguns pontos que considero importantes para o futuro do exercício da Medicina em nosso País.

O primeiro é a unificação do currículo dos cursos de Medicina em todas as instituições de ensino de graduação. Dessa maneira, o estudante que se formar na melhor faculdade de Medicina do Estado de São Paulo – e aí eu mando um recado para o meu Estado – terá a mesma visão médica daquele que estudou no Amapá, no meu Estado, que, lamentavelmente, ainda não possui uma faculdade para a formação de médicos – desde já, peço o apoio do Exm^o Sr. Ministro da Educação para esse fim.

Outro ponto que considero prioritário é a interiorização da Medicina. Aliás, o Governo deveria investir mais nesse caminho, criar programas especiais, destinar verbas suficientes para viabilizar essas ações, oferecer bons salários e condições corretas de trabalho e de fixação e incentivar os jovens médicos a trabalharem no interior. Outro dia, na mesma reunião a que há pouco me referi, da Frente Parlamentar da Saúde, ouvi o comentário de que o Governo estaria disposto a acabar com o Programa Médico de Família, porque estava gastando muito dinheiro na formação de profissionais e porque, do seu ponto de vista, os salários são muito altos. É lamentável!

Como vimos ao longo deste pronunciamento, nos grandes e médios centros urbanos, em virtude da agitação, da concorrência, da competitividade cada vez mais presente, da violência, do individualismo, da solidão e de outros fatores que definem a complexidade da vida social nos dias atuais, a relação médico/paciente infelizmente acompanha essa dinâmica, e dificilmente seria diferente.

Todavia, como dissemos anteriormente, nas comunidades interioranas ou rurais, apesar de tudo, as relações sociais ainda são fraternas, e a relação médico/paciente é mais próxima, mais amiga, mais dedicada, mais confiante e muito mais pura. Portanto, o Governo poderia muito bem aprofundar a questão da

necessidade de interiorização do atendimento médico, que exigiria, inclusive, pouco dispêndio, se os programas fossem criativos e bem administrados.

Aliás, para iniciar tal projeto, já dispomos de um grande capital que é o número de médicos formados em nossas faculdades e prontos para serem recrutados. Vale lembrar que o Brasil é auto-suficiente em profissionais médicos. Entretanto, a maioria deles está concentrada nos grandes e médios centros urbanos, enquanto as áreas do interior sentem a sua ausência. Diante dessa realidade, não precisamos de médicos de outros países. Certa ocasião, queriam levar 30 médicos cubanos para atender à população do Amapá, porém, nós não admitimos que o fizessem de maneira inescrupulosa. Tanto é que, dos 30, apenas dois foram aprovados na nossa universidade. Não devemos deixar os nossos interiores servirem de laboratório para ninguém, para país nenhum, principalmente para o país a que me referi, que tem uma formação médica duvidosa para a realidade brasileira. Diante disso, volto a dizer, não precisamos de médicos de outros países e, sim, criar condições para que os médicos brasileiros saiam das grandes cidades e vão para o interior. Para isso, se quisermos, se tivermos vontade política e iniciativa, conseguiremos, em médio prazo, estruturar um programa exemplar de interiorização do atendimento médico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conclusão a que chegamos é que o sistema de saúde brasileiro precisa ser mudado urgentemente. A esta altura do nosso estágio de desenvolvimento, não é mais possível conviver com corredores lotados de pessoas esperando atendimento em hospitais públicos caindo aos pedaços, pacientes morrendo por falta de assistência, por falta de médicos, de remédios, de atendimento profissional, de equipamentos e de organização. Enfim, é preciso rever todo o sistema público de saúde, que está à beira do caos. Do contrário, a imagem do Brasil continuará sendo, lá fora, a de um país que não tem a menor preocupação com a cidadania, com a dignidade e com os direitos humanos.

Saúdo, neste momento, todos os colegas médicos do Brasil e, particularmente, do querido Estado do Amapá.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tenho a honra de conceder a palavra, neste momento, ao Senador Augusto Botelho, ilustre colega e conterrâneo do Estado de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, colega Josélia, em nome de quem cumprimento todos os convidados presentes a esta sessão, vou fazer inicialmente um parêntese para dizer que me encontro muito emocionado por estar aqui presente entre os convidados uma jovem que eu tive a honra de ajudar a trazer a este mundo, a Tatiana, filha do companheiro Evaldo.

Amanhã é o Dia do Médico, um profissional imprescindível, a tal ponto que de sua importância seria desnecessário falar. Afinal, todo pai que, à noite ou de madrugada, tenha levado um filho ou uma filha ao hospital, angustiado com os possíveis desdobramentos de uma doença ou acidente qualquer, sabe o quanto de esperança e de consolo pode lhe proporcionar o médico de plantão.

Toda futura mamãe prestes a conceber um novo ser humano leva em conta as orientações e os conselhos do profissional que acompanha a gravidez. Todo cidadão acometido de uma enfermidade, principalmente nos casos de maior gravidade, deposita sua confiança na ciência e no discernimento daquele que o atende.

Portanto, penso ser mais que merecido o registro de louvor aos médicos brasileiros, e faço menção especial àqueles que exercem a atividade em meu querido Estado de Roraima.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Senador Tião Viana e Senador Mão Santa, começamos a formar profissionais em 1808. Naquele ano, no Terreiro de Jesus, em pleno centro histórico de Salvador, foi criada a primeira escola de Medicina do Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia. Ali, oferecia-se um curso de Medicina, Cirurgia e Partos. Em 1832, a Escola transformou-se na primeira Faculdade de Medicina do País.

Desde aquela época, e durante muito tempo, o crescimento do número de escolas não foi significativo. Até 1960, por exemplo, foram criadas apenas mais 22 escolas. Não obstante, somente entre 1961 e 1970 foram criadas mais 45 escolas. E, nas últimas décadas, o número continuou a crescer, de modo que chegamos, em 2003, a cerca de 120 escolas de Medicina, mais concentradas no cone sul do nosso País – mas o Estado do nosso companheiro Papaléo não tem uma escola de Medicina até a presente data.

Hoje, temos aproximadamente 250 mil médicos em atividade no Brasil, Senador Reginaldo Duarte, e a cada ano são formados 12 mil novos profissionais. É um contingente respeitável. Um número, na verdade, que nos lança, a nós próprios, médicos, e à sociedade, alguns desafios grandiosos.

Em primeiro lugar, há que se zelar pela qualidade dos cursos, pelo gabarito dos profissionais que deles saem.

Há, também, que se buscar o necessário equilíbrio entre competência técnica e humanismo, para que nossos médicos sejam não apenas profissionais altamente capacitados, mas principalmente cidadãos conscientes da realidade social de nosso País e das necessidades de nossa população.

Há que se estimular, com certeza, uma distribuição mais homogênea dos médicos entre as regiões, os Estados e os Municípios, para que, em alguns lugares, não haja oferta excessiva de serviços e, em outros, insuficiência e até ausência de atendimento médico.

Há que se lutar pela valorização dos profissionais que se dedicam ao setor público, para que, pressionados pela necessidade de manter uma vida minimamente confortável, não sejam obrigados a desdobrar-se em três, quatro ou mais empregos paralelos.

Enfim, Sr. Presidente, Sr. Senador Eurípedes Camargo, são muitos os desafios com que se defronta a classe médica brasileira. Porém, tenho certeza de que serão superados e de que nosso povo poderá, cada vez mais, orgulhar-se da capacidade, da dedicação e do patriotismo de nossos profissionais da Medicina.

Ao encerrar, gostaria de fazer uma homenagem especial aos dois médicos mais antigos, companheiro Mão Santa. Quando se fala em mais antigo, em Medicina quer-se dizer mais experiente, que entende mais da alma humana, que sabe mais como acariciar um sofrimento.

Interrompo para conceder um aparte ao meu companheiro, Senador Sibá Machado, do Acre.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho, estou anos-luz distante de uma profissão tão sublime como a medicina, mas nesta homenagem, depois de ouvir tão bonitos pronunciamentos, como o de V. Ex.^a, fico imaginando que essa é uma profissão que vive em dois extremos: o da grandeza de salvar vidas e o outro, da ingratidão de ter que julgar em alguns momentos. Quantas pessoas não tratam mal membros da profissão médica, sendo que quase todos os pronto-socorros a que tive acesso até hoje, em qualquer lugar do Brasil, a qualquer mo-

mento, são uma mistura violenta de preocupação com os seres vivos que chegam ali e a agonia do pranto, da dor, da dificuldade que as pessoas vivem. Tento imaginar como fica a mente, o espírito do médico ao chegar em casa. Como ele consegue ter alegria em casa, com a sua família, com tantos problemas. É uma situação realmente interessante. Eu queria apenas dizer, com este aparte, que não temos palavras para agradecer às pessoas que decidem trilhar esse caminho e que, em alguns momentos, elas são injustamente pagas pelo trabalho que fazem. Parabéns, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sinto-me honrado com seu aparte e o incorporo às minhas palavras, mas devo dizer também que vejo em V. Ex.^a o espírito do médico quando luta para defender os pequenos, os fracos, os que têm menos voz na sociedade, neste País tão injusto. E todos nós aqui estamos lutando para diminuir essa desigualdade que envergonha, entristece e fere a dignidade da nossa Pátria.

Gostaria de homenagear dois médicos que ainda estão vivos em Roraima. Um foi da Comissão de Limites do Estado de Roraima, o Dr. Dorval Gonçalves, e o outro, o Dr. Jamil Sales, foi o primeiro ortopedista daquele Estado. Os dois trabalharam com meu pai, que também foi médico.

Presto uma especial homenagem ao meu pai, Dr. Silvio Botelho, ao Dr. Elesbão e ao Dr. Reinaldo, que foram aqueles com os quais convivi durante toda a minha vida e tive o prazer de trabalhar durante os primeiros anos de exercício da minha profissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, desejo expressar minha alegria especial por poder participar de uma sessão de homenagem ao Dia do Médico, com a presença de entidades às quais dedico a mais absoluta valorização e respeito, como o Conselho Federal de Medicina e demais entidades médicas participantes deste evento.

Quero dizer que é uma honra estar em uma sessão presidida por V. Ex.^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico, como os Senadores Mão Santa, Papaléo Paes e Augusto Botelho. Seguramente, outros Senadores médicos têm razões que justificam a sua ausência.

De modo muito objetivo, saúdo o dia que deve levar o País inteiro a refletir sobre uma profissão tão elevada e sublime como a nossa, uma profissão que tem história efetiva nas civilizações, porque está no centro de grandes decisões, de grandes desafios à própria sabedoria.

Quando nos reportamos à história da medicina, observamos, por exemplo, a evolução da medicina tradicional chinesa, com cinco mil anos ou mais de sabedoria, de observação judiciosa, de aprendizado e de contribuição efetiva à proteção à saúde das populações, em todos os tempos.

Observamos o forte impacto que a peste trouxe, por exemplo, à Europa, no século XIV, Senador Mão Santa. Após a migração da peste, que veio do Oriente, houve um acometimento que causou a perda da vida de mais da metade da população da Europa. Devemos observar a sempre relevante história da medicina no cenário internacional.

As culturas das civilizações são inteiramente interdependentes do pensamento médico ao longo da história. Estamos no momento de entrada em um novo milênio. O século XXI impõe-se como um século que desafia o respeito, a consideração e a reflexão sobre a prática médica. O médico está numa fase muito difícil, de muito pouca valorização. Foi colocado, nos últimos anos, como uma peça de mercado, integrante de uma visão de comércio e de uma relação de despesa e investimento das sociedades. Não tem sido mais destacado como aquele que carrega, em sua prática e em suas atitudes, o comportamento humanista, uma visão capaz de alimentar a esperança humana e uma expectativa de qualidade de vida distinta e de traçar planos comuns às inteligências dos Estados, dos governantes, para que possam pensar um novo amanhã para as sociedades. Infelizmente, ele é peça condicionada, hoje, da visão de despesa dos governantes, o que deve ser revisto e fortemente ultrapassado.

Quando olhamos a formação médica na América Latina, no mundo ocidental, percebemos que ela passa por uma necessária e urgente revisão. Os currículos médicos estão dissociados de uma visão milenar que as sociedades tentaram construir e preservar ao longo da história. Seguramente, temos que avançar, em caráter de emergência, em uma revisão na formação curricular na área de saúde e na área médica, para preservar a dignidade do profissional, pois sabemos do seu valor ao longo de toda a história.

Acredito plenamente que as nossas entidades médicas – Conselho Federal, associações e entidades representativas – estão à altura do desafio de

propor novos caminhos aos governos, que traçam as grandes gestões e as grandes diretrizes.

Hoje estarei em audiência com o Ministro da Educação, acompanhado do Presidente do Conselho Federal de Medicina, para tratar da formação médica e de assuntos que dizem respeito à nossa categoria. Acredito que essa seja uma luta incessante. Todos os Senadores da área têm procurado fazê-la com muita unidade e com muita convicção.

Entendo que não poderemos jamais deixar que o médico seja vítima de um modelo que objetiva a relação receita e despesa e não o valor sublime da vida, que é exatamente o modelo de saúde que queremos construir.

Uma visão da reforma sanitária brasileira vem sendo consolidada ao longo dos anos. Em 1963, havia a chamada Conferência Nacional de Saúde Municipalista, em que se afirmava a visão de resistir à fragmentação da Medicina como parte de comércio e parte apenas da relação saúde, despesa e receita.

Hoje estamos às vésperas da 12ª Conferência Nacional da Saúde e vamos ter que confirmar a resistência de um modelo de saúde baseado numa visão de integralidade, equidade, universalidade, regionalização e eficiência.

Não podemos imaginar um Sistema Único de Saúde em que se admita que um médico em serviço atenda um paciente que se queixa de dor de cabeça e a sua resposta seja uma receita para dor, um analgésico. Essa não é a Medicina que nós aprendemos e que queremos consolidar no nosso País. Os médicos não merecem ser tratados dessa forma.

Em segundo lugar, atrás de uma queixa como essa, está a visão da integralidade. Se é uma dor, uma cefaléia, ela pode estar acompanhada de hipertensão arterial, de um erro na educação alimentar, pode haver um quadro emocional que esteja interferindo nas atitudes daquela pessoa, ou seja, algo está acontecendo que nos deve obrigar a olhar o cidadão como um todo.

É preciso dar tempo ao profissional médico para que ele possa exercer, de maneira ampla, a sua atividade profissional. É preciso dar essa oportunidade ao cidadão. Estamos numa fase em que a dignidade humana tem que estar entre o profissional e o cidadão usuário do sistema. A equidade e o princípio da justiça estão muito longe de chegar a bom termo, no que significa tratar um pobre e um rico neste País. O médico se encontra no meio dessa confusão, porque o Estado é confuso. O Estado brasileiro conseguiu con-

fundir o que é o valor do profissional e o que é a responsabilidade com a saúde.

A Constituição Federal afirma que 30% do Orçamento da seguridade social tem que ser destinado à saúde, o que nunca foi cumprido. Os últimos 12 anos foram de abandono da norma constitucional. A participação no recurso financeiro federal público era de 65% a 70%, no final da década de 80, na área da saúde, mas, hoje, esse percentual caiu para 56,2%. Portanto, não se pode dizer que está havendo um tratamento respeitoso com a saúde.

A Emenda Constitucional nº 29 apenas diminuiu o tamanho da perda, mas em nada recuperou o orçamento para a saúde que queremos. A renda **per capita** com saúde no Brasil é de US\$190, e o Poder Público só participa com 45%. Nos países de Primeiro Mundo, esse montante é de US\$1,3 mil a US\$2,5 mil. O Uruguai gasta US\$600 **per capita** com saúde; a Argentina, US\$450; e o Brasil, US\$190. Quando haverá uma saúde digna, se não investirmos no mínimo US\$600 **per capita**?

O problema não se encontra no tratamento da relação profissional/sociedade, mas no financiamento, na garantia de um modelo de saúde que esteja à altura da dignidade humana.

Não podemos permitir que se dê esse tratamento à área da saúde, e tenho a mais absoluta tranqüilidade de defender o Presidente Lula, quando tratou dessa matéria orçamentária. O nosso País tem um custo saúde muito questionado e pouco observado pelos gestores. O custo de manter uma atividade médica, um procedimento médico, não está sendo bem administrado pelo Poder Público ao longo dos anos. Temos que rever esse custo. Há lugares em que se aplica muito bem a verba, em que se acompanha muito bem a despesa, mas há lugares em que os recursos não são bem aplicados. Temos que olhar com muita atenção, com muito carinho e com muita responsabilidade esse tipo de necessidade.

Não podemos, de forma alguma, imaginar que Estados e Municípios tenham uma quota suficiente de recursos para gastar. Enquanto a União têm 27,5 bilhões por ano para gastar com saúde, os Estados têm 9 bilhões por ano, e os Municípios, 12 bilhões por ano. É preciso responsabilizar mais os Estados, Municípios e a União, e é preciso assegurar financiamento público.

O Brasil transfere 37% do seu PIB para investimentos em políticas públicas. É uma porcentagem muito alta se comparada com a média mundial, mas o setor de saúde recebe apenas 29 bilhões.

O Presidente da República está coberto de razão, quando diz que investir em saneamento básico é investir em saúde. São 800 mil internações por ano em função da crise de saneamento básico no Brasil, pela falta de água, pela qualidade do lixo recolhido, pelo tratamento e destinação dados aos dejetos deste País. A população adoce por causa da crise de saneamento básico. Oitocentas mil internações se reduzem quando há melhora no saneamento básico. Isso reduz a despesa no setor.

Quando trabalhamos este País em termos de gastos, de investimentos, quem passa fome adoce muito mais do que quem não passa fome. Esse também é um conceito lógico do Presidente. O que Sua Excelência quis dizer – e, neste ponto, permito-me ajudar o Senador Papaléo Paes, que fez, com muita ênfase, a defesa dos médicos, e é justo que assim o faça, porque S. Ex^a é um missionário, dedicado a dar um atendimento digno e honroso à sua população na área da saúde – é que todos participam do debate da saúde, desde os de extrema direita aos de extrema esquerda, porque há um conceito de unidade muito grande quando o tema é saúde na bancada da saúde no Parlamento brasileiro. E, entre seus membros, há aqueles legitimamente corretos e que defendem uma saúde digna para todos, mas há também aqueles que fazem **lobby**. Essa é uma constatação que todos fizemos. Sua Excelência jamais diria que se trata da bancada do **lobby**. Não foi isso o que o Presidente disse, porque eu estava ao lado dele e ouvi suas afirmações. O Presidente disse que se deve tratar o assunto com delicadeza, que é preciso discutir o Orçamento.

O Brasil vive um momento de crise. Como já falei, saímos de uma clara situação de retração dos gastos com saúde: de 65% a 70% para 56,2%. A União retraiu os gastos ao longo dos anos, e temos que reparar isso. Mas, neste momento, o Presidente queria conciliar saneamento e segurança alimentar com assistência, proteção e promoção. Temos que encontrar o caminho. Determinou uma reunião com o Ministro da Fazenda, com o Ministro da Casa Civil, com o Ministro da Saúde, com a bancada da saúde, para exaurirmos as possibilidades de encontrar uma solução à altura das necessidades.

A crise de manutenção das despesas com assistência hospitalar é real, está aos olhos de todos, e há custos equivocados ainda. Somos médicos e sabemos que, se fizéssemos uma análise judiciosa dos hospitais, talvez 60% das internações fossem desnecessárias se houvesse um tratamento ambulatorial. Mas não fazemos esse questionamento. Portanto,

não é justo que puxem a corda do gasto público e que nós, gestores, não façamos a nossa parte.

O que se quer é criar uma unidade de discussão tal em que a responsabilidade da frente da saúde, a responsabilidade dos diretores de hospitais, a responsabilidade do Ministério da Saúde e do Governo sejam uma só, transformem-se em uma só. Acredito que com isso vamos valorizar o médico.

Senadores Papaléo Paes e Mão Santa, no meu Estado, quando assumiu o Governo o Governador Jorge Viana, há cinco anos, um médico aposentava-se com R\$378,00. Observamos esse fato e pensamos: “Esse valor não está à altura da dignidade de uma profissão como essa”. Hoje, um médico que aposenta com menos, com dois contratos, no meu Estado, aposenta-se com R\$4,8 mil. É o mínimo que concedemos, sem contar todas as vantagens que ele adquire, contando apenas o salário básico. Para nós, isso é o básico da dignidade que se pode construir.

Não se podia conceber que, no meu Estado, um soldado da Polícia Militar se aposentava com R\$2,4 mil e que a aposentadoria de um médico era de R\$378,00. Não há nada mais humilhante e mais degradante para um profissional médico do que dar a sua vida, expor-se todos os dias às doenças, às adversidades, e, na hora da aposentadoria, quando envelhece, não ter o mínimo de proteção do Estado para assegurar a dignidade da sua família.

Portanto, o nosso empenho é o de criar um sentimento de muito respeito à saúde. O médico deve ser um centro de sabedoria, deve ter uma visão de civilização, que deve ser muito bem construída e valorizada. Não podemos imaginar que toda a história milenar da Medicina venha a redundar na desconsideração de uma profissão tão sublime.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, que passou dramas de ordem pessoal na porta dos hospitais, quando jovem, com a sua jovem esposa, com seu bebê, que teve de passar por uma dor muito grande, é conhecedor da solidariedade que se deve impor à prática da saúde que queremos construir neste País e está à altura dessa solidariedade.

Não tenho dúvida de que vamos consolidar o modelo que queremos, que merecemos e que sabemos construir. Não é uma tarefa fácil. A crise orçamentária existe, mas a saúde, sem dúvida alguma, deverá ter preservada a sua autoridade e a sua integridade para assegurar a dignidade que a sociedade brasileira deseja.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, que deseja manifestar-se.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, em relação ao tema que V. Ex^a aborda, ocorreram-me algumas lembranças. Quero fazer uma comparação entre o trato das políticas públicas para a gestão de saúde e o que pude captar de um exemplo vivido na guerra do Vietnã. O exército vietnamita, desprovido de armas e de tudo o mais, usou de muita criatividade. E um aspecto que perceberam rapidamente é que, ao matar um soldado inimigo, os demais fugiam, iam embora. Quando o soldado era apenas ferido, dois outros soldados largavam todas as suas tralhas de guerra para atender ao que estava ferido. Então, eram três soldados fora de combate e menos a parafernália de guerra. Essa foi a descoberta que fizeram, e, com isso, passaram a não mais matar militares americanos. Fico imaginando – a comparação pode ser absurda – que a política pública de saúde acaba fazendo o mesmo que fez o exército vietnamita, na primeira versão. Quando uma pessoa adoecer e procurar o serviço de saúde, sempre haverá mais alguém ao lado dela para atendê-la. Assim, se é para discutirmos o problema do ponto de vista econômico, haverá duas pessoas fora do trabalho para atender àquela que está necessitando de cuidados. Neste momento de cuidar da saúde pública, fico imaginando: quando se constrói uma cidade ou um núcleo urbano no Brasil, a primeira coisa que se faz é virar-se de costas para o seu curso d'água principal, um rio; em seguida, transforma-se esse curso d'água em um verdadeiro Tietê. Observando-se as cidades, das menores às maiores, ocorre isso. Assim, surgem enormes problemas de saúde para o restante da população e a demanda por tratamentos e medicamentos até o retorno para casa, após o restabelecimento da saúde. Então, eu me pergunto: no momento da elaboração dos chamados planos de gestão do Município, das cidades ou coisa parecida, algum profissional médico é convidado para esse planejamento? Pelo que observo, tal responsabilidade é dada única e exclusivamente ao arquiteto. O arquiteto pensa a cidade maravilhosa, a cidade dos sonhos. Mas são levadas em conta essas pequenas nuanças? Senador Tião Viana, creio que a transversalidade da questão de saúde no Brasil está posta em qualquer ramo da nossa sociedade. E isso fará com que seja dado, digamos assim, um novo passo na economia. Ao alocar recursos para obras de construção de determinada cidade, podemos contribuir para que aquela cidade demande gastos exorbitantes para o tratamento de saúde. Então, quero entender, nas palavras de V. Ex^a, que o grande objetivo do tratamento de saúde é evitar que a pessoa adoça. Em seguida, viria o tratamento dos

problemas biológicos. Senador Tião Viana, parabeni-
zo-o duplamente: pelo pronunciamento e pelo seu tí-
tulo de doutor. Sr^{as} e Srs. Senadores, o Doutor Tião
Viana acaba de concluir seu doutorado em Medicina,
no momento em que o limite da sua capacidade hu-
mana foi posta à prova por estar na Liderança do Par-
tido no Senado e por ter assumido a Relatoria de uma
das mais importantes matérias que circulam nesta
Casa. Espelho-me em V. Ex^a para tentar aprender
algo de bom. Obrigado!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço
a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, encerro, dizendo da minha satis-
fação neste momento. A Medicina brasileira se afirma
como a terceira na história da América Latina: os ir-
mãos da América Central iniciaram a primeira escola
médica; os irmãos peruanos, a segunda; o Brasil, a
terceira, no Terreiro de Jesus.

Neste ano, visitei o prédio da primeira Faculda-
de de Medicina do Brasil. Poderíamos prestar uma
bela homenagem à Medicina brasileira se restaurás-
semos aquela obra sublime e maravilhosa que está
no Terreiro de Jesus, em Salvador. Seria um tributo à
história da Medicina na América Latina e uma marca
da nossa civilização em relação ao médico.

Acredito que jamais poderemos separar a visão
ética, profissional e tecnológica da visão humanista,
que deve pairar sempre sobre o médico. Incorporo
sempre o sentimento, Senador Mão Santa, de que a
mão do médico é o coração de Deus. Essa frase diz
tudo. Se pudermos tratar o médico sempre assim, es-
taremos à altura do tratamento que esse profissional
merece ter das sociedades, das civilizações, acolhen-
do-o sempre como um bom conselheiro do que é uma
visão de qualidade de vida.

Vale lembrar que, no século XIX, o grande patolo-
gista Rudolf Virchow afirmava que a doença é a ex-
pressão de condições desfavoráveis de vida. Temos
sempre que conciliar essa visão anterior com a visão
contemporânea, pois a doença está nos centros urba-
nos, de maneira muito incômoda. Se imaginarmos que,
alguns anos atrás, a grande epidemia, a grande pan-
demia eram as doenças diarréicas, vamos tratá-las
com certo enfoque. Mas, se olharmos para os lados e
observamos que, no Brasil, há meio milhão de feridos
todos os anos no trânsito, 45 mil mortes, sem contar as
mortes por armas de fogo, por assassinatos, e que es-
sas doenças estão superlotando os hospitais, vamos
constatar que é necessária uma visão muito maior e
muito mais estruturante para o setor, que, mais do que
nunca, precisa de nós e tem como comandante em
chefe um médico nessa batalha pela vida.

Parabéns a todos nós, médicos!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Agora, até para dar um toque feminino a esta sessão
especial, tenho a honra de conceder a palavra à no-
bre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT
MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da
oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Caval-
canti, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores
aqui presentes, em primeiro lugar, quero agradecer
ao Senador Aelton Freitas por ter cedido seu lugar à
minha pessoa.

Realmente, Senador Mozarildo Cavalcanti, aqui
é difícil para as mulheres, porque a grande maioria
são homens. São apenas 10% de mulheres, mas, de
vez em quando, nós, companheiras mulheres, conse-
guimos algum espaço neste Poder, até para falar, não
é, Senador Mão Santa?

Pedi auxílio, porque não sou médica, e até ago-
ra só falaram os médicos. Os senhores médicos e as
senhoras médicas que estão aqui nos assistindo es-
tão tranquilos, porque são da área e sabem das coi-
sas. E eu não entendo muito do assunto. Mas, antes
de ler o discurso, que até pedi para me ajudarem a fa-
zer, eu queria falar um pouco mais espontaneamente
do que penso sobre uma das mais antigas profissões.

Na maioria das profissões, basta a pessoa que-
rer exercê-las. Se quero ser advogado, serei advoga-
do; se quero ser arquiteto, serei arquiteto; se quero
ser engenheiro, serei engenheiro. Mas há dois tipos
de profissionais que, além de querer seguir a profis-
são, precisam ter muito mais: o médico e o professor.
Eles precisam acreditar, precisam de vários outros
qualificativos, precisam ter vocação. Não é que de-
vam viver apenas de ideal, não. É uma profissão
como outra qualquer e, como tal, precisa ser valoriza-
da, deve ser bem cuidada, e é preciso que haja condi-
ções excelentes de trabalho, bons salários, condições
dignas para quem a exerce. Mas é preciso também
que esse profissional tenha vocação, porque o médi-
co atende as pessoas em seus momentos mais difí-
ceis. Se estamos cheios de saúde, não procuramos o
médico. O cidadão procura o médico no momento em
que está mais fragilizado, em que precisa realmente
de um auxílio decisivo e determinante para a coisa
mais importante do mundo, que é a vida. Sem a vida,
o que podemos fazer? Sem a vida, deixamos de exis-
tir. Por conseguinte, o médico está junto do cidadão e
da cidadã no seu momento mais difícil.

Outra face importante da profissão é que o mé-
dico é quem se depara com os problemas sociais.
Aliás, isso acabou de ser dito aqui por praticamente
todos os oradores que nos antecederam, todos eles

médicos, e pelo Senador Sibá Machado, que não é médico, mas que mencionou esse problema da questão social. O médico está tratando de alguém e percebe que o problema dele muitas vezes é muito mais social do que de saúde. E o social escapa da mão do médico, foge do seu alcance, foge do poder dele como profissional. O médico, como profissional, pode tratar do físico, do psíquico, mas há várias coisas que circundam o cidadão das quais ele não pode tratar. Não compete a ele resolver esses problemas. Imaginem a angústia que assola esse cidadão, essa cidadã. Como médico, ele sabe tratar de uma coisa aparentemente simples, como o caso da verminose de uma criança. Mas ele sabe que aquela criança, ao chegar à sua casa, estará em contato direto com as condições que levam à verminose. Não há saneamento, não existem condições mínimas de saúde, de alimentação, de cuidados higiênicos. Imaginem a angústia do médico. Então, não é de se surpreender quando os próprios médicos são afligidos por problemas de saúde, porque essa profissão não é brincadeira. Realmente, essa profissão é das mais complexas, mais difíceis, mais honradas, com certeza, mas esse é um problema complicado.

Quería ainda fazer uma saudação aos que... Não sei onde coloquei minhas anotações. Está meio difícil encontrá-las.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT AC) – Senadora Serys Slhessarenko, permite-me V. Ex^a um aparte enquanto procura suas anotações?

A SRA. SERYS SLHESSAENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu pediria ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por uma questão de justiça de gênero, já muito bem observada por V. Ex^a, que, no painel eletrônico, no futuro, em um momento como este se possa acrescentar, ao Dia do Médico, o Dia da Médica. Que V. Ex^a apresente esse requerimento, que não seja por parte dela, porque se trata de um reconhecimento da nossa parte, pela justiça da causa do gênero. Obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Inclusive saudamos aqui médicos e médicas. É imprescindível que diferenciemos o gênero permanentemente, porque queremos essa mudança na sociedade. As mulheres querem igualdade de condições no trabalho, exigimos igualdade de tratamento no trabalho, na família e no poder estabelecido – apesar de sermos apenas 10% nesta Casa. O poder aqui é extremamente “macho”, mas nós o estamos feminilizando, aos poucos. Vamos conquistar pelo menos a

igualdade. Somos 52%, por que não podemos ter 50% de poder, no mínimo?

V. Ex^a foi mexer logo onde não devia agora, porque vou partir para o discurso da mulher e esquecer o Dia da Médica e do Médico.

Quero fazer uma saudação especial, em nível de Brasil, pela representatividade que têm, ao Presidente do CFM, Dr. Edson de Oliveira Andrade; ao Presidente da AMB, Dr. Eleuses Vieira de Paiva; e ao Presidente da Confederação Nacional dos Médicos, Dr. José Erivalder Oliveira.

Quero fazer uma saudação muito especial ao povo brasileiro, no Dia do Médico, nas pessoas dos Senadores Papaléo Paes, Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Tião Viana. Em nome desses cinco Senadores, quero saudar o povo brasileiro no dia de hoje, porque a representatividade dos médicos nesta Casa deve-se ao povo brasileiro de alguns rincões do nosso País, de alguns Estados. Por isso, faço uma saudação muito especial a esses cinco Senadores.

Quero saudar aqueles que exercem a Medicina aqui, no Senado, na pessoa do Dr. Luís Roberto Magalhães. Quero também saudar a todos os demais, apesar de não poder citá-los, pois acabei por não pegar o nome de todos, mas que se sintam realmente louvados e saudados todos aqueles que exercem a profissão no nosso dia-a-dia, especialmente as mulheres.

Quero saudar a cooperativa que envolve a saúde, mas, especialmente, a Medicina, a Unimed do meu Estado, e, na pessoa do Dr. Farina, que é o Presidente da Unimed de Mato Grosso, saúdo todos os médicos, sócios, cooperados e todas as cooperativas de médicos do Brasil.

Quero saudar os médicos de Mato Grosso na pessoa do meu primeiro suplente, que é um médico, o Dr. Wanderley Pignati. E, é óbvio, como o disse o Senador Mão Santa, tenho que saudar a minha família, a Dr^a Natasha Slhessarenko e o Dr. Roberto Fraife Barreto – meu genro, Senador Mão Santa!

Quero que todos as médicas e médicos do meu Estado – sei das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia de trabalho – sintam-se homenageados dentro dos nossos limites do Senado da República. Esta parte do Poder em nosso País está, neste momento, homenageando todos os médicos do Brasil, especialmente os de Mato Grosso.

Quero saudar aqui a Dr^a Maria Silva Sucupira, a Dr^a Yêda Sales Braga e o Dr. Antônio Carlos Amorim, que são os médicos que cuidam da nossa saúde no

Senado, bem como da dos servidores e trabalhadores desta Casa. Honra-nos muito a presença das senhoras e dos senhores neste momento.

Vou tentar ler um discurso – não sei ler discurso, mas vou me esforçar, porque há algumas questões que quero abordar.

Desde o século XVIII, quando os revolucionários iluministas abarrotavam de esperanças as limitadas expectativas de vida da população, poucas áreas do conhecimento experimentaram tanto avanço, crescimento e transformações extraordinárias quanto as chamadas ciências médicas. Feito capitaneado por médicos e pela Medicina, a humanidade logrou conquistas tão fantásticas, que vão desde a expansão da vida até a controversa clonagem de hoje.

E, comparado ao que existia no século XVIII, há que se perguntar, hoje, por que, depois de tantas e tantas conquistas, ainda não desfrutamos da completa felicidade de uma vida plena de saúde, Senador Mão Santa?

A resposta para essa pergunta não é tarefa fácil.

Ao analisarmos a realidade atual, passados quase três séculos dos ideais iluministas, verificamos que a Medicina e os médicos vivenciam realidades tão distantes que parecem ter realizado um divórcio, empurrados que foram para caminhos diferentes e sem perspectivas de encontro no futuro. Como que trilhando em raias paralelas que dificilmente se tocarão, temos, em uma delas, a Medicina, andando a passos largos, ligeira, com o apoio de infinitos recursos tecnológicos, e, na outra, os médicos, muitas vezes enfrentando muitas dificuldades; muitas vezes, com dificuldades de condições de trabalho; muitas vezes, desmotivados, até ficando para trás, absorvidos que estão por uma rotina estafante, que, em tudo e por tudo, pouco lembra o papel multidimensional que já desempenharam na sociedade.

É nesse contexto que transcorre o Dia Nacional do Médico, data em que a categoria ainda não tem muito a comemorar. A atividade médica contemporânea é exercida em condições precaríssimas de trabalho. Muitas vezes, com remuneração aviltante e pouco reconhecimento.

Muitos médicos estão reduzidos a especiais vítimas de um contexto com excesso de profissionais. Aqueles competentes, que insistem, muitas vezes têm que se limitar quase que a sobreviver em subemprego e em condições muitas vezes de reféns de planos de saúde mercantilistas.

Alguns podem entender que o meu discurso não é muito apropriado para o dia de hoje, mas realmente sou uma Senadora polêmica e gosto de falar sobre

assuntos polêmicos. Acredito que muitos planos de saúde atualmente exploram os médicos.

Cerca de 90% dos profissionais médicos do País são assalariados e atuam em dois ou três empregos. A necessidade de ter mais de um emprego está expressa em números como este: a remuneração básica de um médico do SUS com 18 anos de trabalho está em torno de R\$1,5 mil. Em contrapartida, só para acompanhar os avanços na sua área, ele precisa, pelo menos, manter em dia a leitura de publicações especializadas, que não chegam ao mercado por valor inferior a US\$100. Como consequência mais imediata, a qualidade dos serviços prestados pode ser medida, muitas vezes, pelas notícias de jornais, em que se sucedem denúncias de erro médico.

Neste momento, quero fazer uma pausa. Temos, com certeza, milhões de atendimentos médicos por dia, considerando-se toda a população brasileira. Temos milhões de acertos, milhões de vidas são salvas diariamente, mas um erro que aconteça é suficiente para baixar a auto-estima e derrubar os profissionais. Como já disse esse Senador polêmico, que fala mais do que deve – acho que mais do que S. Ex^a só falo eu; ou melhor, acho que S. Ex^a ainda fala mais do que eu –, que é o Senador Mão Santa, as mãos do médico têm que ser guiadas por Deus. E, com certeza, têm mesmo, porque é muito difícil fazer medicina. Um erro, em um momento de decisão, em que, às vezes, ele tem uma dificuldade muito grande, pode ser fatal. Imagino o que seja a dificuldade de um cirurgião, na hora em que está fazendo uma cirurgia, de tomar uma decisão. Se ocorre algo diferente daquilo que foi planejado, e bem planejado, pois, como já foi dito aqui, o médico planeja e muito para exercer a profissão – se um imprevisto surge em uma sala de aula, comigo, que sou professora, ele pode ser contornado sem grandes malefícios; mas, quando não quando surge na hora em que o cirurgião está fazendo a cirurgia –, ele pode realmente, diante de uma dificuldade, tomar uma decisão que leve à perda de uma vida. Portanto, é realmente gigantesca a dificuldade desse profissional e, por isso, a cada momento em que eu estiver falando, quero que todos vejam que compreendemos, mesmo não sendo profissional da área, a dificuldade do exercício dessa profissão.

Esses fatores que citei agora são externos e, combinados, atingem em cheio a auto-estima, a disposição e a saúde desses profissionais médicos, que padecem cada vez mais e em velocidade impressionante de mazelas como doenças cardiológicas, hipertensão, diabetes e até dependência química.

Há dias, li um texto que apresentava a existência de um número considerável de médicos que sofrem de dependência química. Precisamos falar des-

sa realidade. Ela tem de ser divulgada para que toda a sociedade se sensibilize no trato com esses profissionais. Essa questão é muito séria, e, se esses profissionais encontram-se nessa situação, a sociedade, as autoridades e nós do Congresso Nacional temos de nos sensibilizar. Não são profissionais que estão ali sentados, ao lado da mesa, apenas atendendo ou fazendo um exame clínico num paciente. Esses profissionais são gente como nós, são feitos de carne e osso e têm sangue vermelho correndo nas veias, mas absorvem toda essa problemática. Por conseguinte, a sociedade como um todo tem de ter realmente o entendimento acerca desses profissionais, para que não sejam julgados muitas vezes de forma indevida.

Quero ainda falar um pouco sobre a situação da formação dos nossos médicos. Há toda uma discussão hoje no Brasil sobre o crescimento vertiginoso das faculdades de Medicina. Conforme dados do CFM e da AMB, um dos grandes problemas está na criação desenfreada de faculdades de Medicina, partindo do pressuposto de que a abertura de faculdades cria mais oportunidades. É meio complicada essa situação. Cito alguns dados para se ter uma idéia do descompasso existente no número gigantesco de escolas que estão sendo criadas.

Existem hoje no Brasil 117 escolas médicas autorizadas, 37 delas criadas nos últimos oito anos, sendo que 20, de 2000 até hoje, apesar de parecer contrário, em muitas situações, do Conselho Nacional de Saúde, a quem cabe avaliação da necessidade social dessas escolas. Das escolas criadas, quase todas são particulares; 47% estão concentradas na região Sudeste, sendo 23 no Estado de São Paulo.

Não sou contra que se crie faculdade de Medicina em São Paulo, mas quero que se crie no Amapá, onde o Senador Papaléo apontou haver necessidade. Então, que se tenha clareza da situação, da distribuição, da adequação, da necessidade. E, uma vez criada, que haja controle e fiscalização.

Conversei agora com o Senador médico Mão Santa – e S. Ex^a diz que é médico e Senador –, que me dizia que essa era uma das questões importantes. Tenho certeza de que, se eu conversar com todos os presentes, esta será a avaliação: precisamos de fiscalização e de controle, e existem os órgãos competentes para tanto. Não somos contra a criação de faculdades de Medicina. Tem-se que criar.

Com certeza, quando o Senador Papaléo Paes fala da necessidade de uma faculdade de Medicina no Amapá, realmente ela é necessária; com certeza, contará com o nosso apoio também, que é mínimo, pequeno, mas que pode ajudar.

Mas não podemos sair criando, de forma indiscriminada. Onde já há uma enchente de faculdades,

não se deve permitir que se crie mais, sem condições de preparo, porque jogar com a vida das pessoas sem estar bem preparado é um risco, porque a vida é uma só e ela se acaba.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senadora Serys, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Gostaria de fazer um esclarecimento sobre a falta de uma faculdade de Medicina no nosso Estado. Queremos que isso ocorra, mas queremos que seja de qualidade, como citamos no nosso discurso, sem nenhuma discriminação curricular, visto que queremos e desejamos a unificação curricular do curso de Medicina, para não haver essas distorções regionais quanto à qualidade de ensino. Quando fiz a citação e disse que ia um recado para o meu Estado, é porque existe um movimento para a criação da faculdade, em que estou envolvido, mas existe um grupo que quer um currículo diferenciado – não para melhor, mas para pior. Considera esse grupo que um currículo unificado para a faculdade do Estado do Amapá iria impedir que os médicos formados ficassem – olhem a mediocridade – no Estado, porque não teriam condições de concorrer na Medicina em outro Estado. Se precisamos de dois anos para fazer uma faculdade nesse estilo, devemos esperar dez para fazermos uma que tenha qualidade e que venha a honrar cada vez mais o Estado do Amapá. Agradeço a V. Ex^a pelo apoio que tem dado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Endosso as palavras do Senador Papaléo. Não vou repeti-las porque o Presidente já está me avisando que o meu tempo esgotou.

Ainda gostaria de demonstrar, e inclusive vem ao encontro do que Senador Papaléo acaba de falar, a nossa preocupação com a qualidade. Se for preciso, que não se faça em dois anos, mas em quatro, seis, oito ou dez, mas que seja um faculdade de qualidade.

Com relação a essa questão, não podemos continuar tendo profissionais em nossas escolas de Medicina sem mestrado, sem doutorado, sem especialização realmente. Há necessidade de estímulo a cursos de pós-graduação para médicos profissionais educadores. Os educadores profissionais na área de Medicina precisam ser estimulados a fazer seus mestrados e doutorados. Está passando da hora de as nossas escolas superiores realmente terem aquelas pessoas que exercem a prática, com competência, pelo tempo de profissão que têm, pela prática que desempenham, mas precisamos também, e principalmente os novos formados, que sejam pós-graduados. Os custos de mestrado e de doutorado precisam ser

estimulados a todos os profissionais de universidades, mas, em especial, às áreas de saúde e, especificamente, aos nossos profissionais médicos.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys, realmente, o essencial é invisível aos olhos. Nesta Casa, V. Ex^a só recebe dez, mas vale por dez – já são vinte. Há outra mulher, companheira do médico, enfermeira, professora, a Senadora Heloísa Helena. Essa vale por dez também. A Senadora Heloísa Helena criticou a redução do orçamento para saúde. “Gastos com o setor não podem incluir os recursos destinados ao combate à pobreza”, afirmou a Senadora Heloísa Helena, que disse ainda que “não é lobista de hospital, nem gigolô do FMI”. Essa mulher é forte mesmo. Ela é enfermeira, companheira do médico. Por isso, cumprimentamos nesta sessão, Senador Mozarildo, o médico e a enfermeira, para quem não se promovem homenagens, desfiles, condecorações. As pessoas só se lembram de ambos na hora do desespero, na hora do infortúnio e na hora da dor. Quanto à faculdade de medicina, faço a minha observação prática de homem do Nordeste, médico de santa casa, e, com orgulho, médico Senador: Minha visão é de ser contra alguns que são míopes. Cuba, tão decantada, pequena, vai de Floriano ao litoral, cabe dentro do Piauí, tem pouco mais de dez milhões de pessoas, e vinte e seis faculdades de medicina. Tanto isso é verdade que quase o Papaléo importa médico de Cuba, pois lhe ofereceram. Então lá há vinte e seis faculdades de medicina e neste Paísão de 180 milhões de habitantes há pouco mais de cem. Atentai bem! O Dr. Papaléo começou a sentir a necessidade do seu Estado. É muito difícil um médico sair de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e ir para lá. Só ele mesmo foi e ainda levou a mulher que é médica. É muito amor à ciência! Queria explicar o meu raciocínio. As faculdades de medicina – e eu creio que isto é o que ocorre no meu Estado – não têm mais de 40 alunos por ano, em função das condições – microscopia, laboratório, que V. Ex^a conhece mais do que eu – e se formam em seis anos. E o médico que acompanha a evolução da ciência, pois essa é a sua responsabilidade, porque vai tratar com aquilo que é mais importante, a vida, o ser humano, vai fazer residência, pós-graduação. Precisa, portanto, para estudar, de nove anos. E hoje não é mais aquele médico único. Ele é diversificado em várias especialidades. Desses quarenta, um vai ser oftalmologista, um cardiologista, um dermatologista, um ginecologista. Quer dizer, o mercado necessita de médico para oferecer ao povo do Brasil uma medicina avançada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, vou tentar encerrar. Vou parar o meu discurso por aqui, porque meu tempo já se esgotou.

Mas, antes, eu queria dizer ao Senador Mão Santa, para que não fique o equívoco aqui, que não somos contra as escolas de medicina de jeito nenhum; somos contra aquelas escolas que estão formando gente de qualquer jeito. E elas existem, sim. Há cursos por aí com vagas para a entrada de 150 alunos; com 100 vagas, eu sei que são várias – todas sem condições. Se fossem de vinte ou quarenta só, estava de bom tamanho, Senador, mas são 100 e 150, sem laboratório, sem as mínimas condições. Aí é perigoso! É aquilo que eu disse: se eu errar na alfabetização do menino, posso acertar na frente; mas se eu errar no atendimento médico aqui, ele morre logo ali, e, depois que a vida acabou, não adianta querer costurar e ajeitar, porque não vai acertar mais.

A nossa posição tem que ficar muito clara, para que não fique o mal entendido: nós queremos faculdades de medicina quantas forem necessárias, mas de boa qualidade, com condições reais de preparo, com pessoal pós-graduado, com profissionais doutores ou mestres nas áreas específicas e na generalidade, e com laboratórios da melhor qualidade. Se o pessoal é bem preparado, pode abrir vagas até para 200. Se esses alunos saírem bem preparados, nós vamos apoiar, endossar e reforçar a iniciativa.

Precisamos é de condições, porque com a vida não se brinca. Sei que o senhor também pensa assim – não tenho nenhuma dúvida disso – mas tínhamos que esclarecer bem essa questão.

Para encerrar, saúdo todos os médicos e médicas deste País – o Senador Mão Santa lembrou aqui todos os profissionais da área de saúde, mas não os incluímos na saudação de hoje, porque cada um tem o seu dia – e os parabênzo. Na verdade, penso que todos os dias são dos médicos, dos enfermeiros, dos profissionais da educação, enfim, de todos os profissionais deste Brasil, assim como das mulheres tão discriminadas, tão marginalizadas e que sofrem tanta violência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Tão amadas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sei que todos os homens aqui são pessoas de cabeça arejada. Ninguém aqui tem princípios machistas. Todos aqui vêem a participação da mulher na sociedade de igual para igual, todos participam das lidas de casa de igual para igual com suas companheiras mulheres. Sabemos que aqui todo mundo é avançado, progressista e para frente, mas nós mulheres enfrentamos problemas seriíssimos de discriminação.

Voltando ao assunto, ressalto que medicina no Brasil já avançou muito e vai continuar avançando. As pesquisas estão aí. Mas há outra situação: a de que precisamos de condições e de recursos. Precisamos de cursos de pós-graduação, tanto mestrado como doutorado em todas as especialidades da área médi-

ca e precisamos de recursos para pesquisa. Só assim vamos avançar.

Parabéns a todos! Que São Judas Tadeu esteja junto de cada um em todos os momentos de sua vida! Parabéns a todos, com a certeza do sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Aelton Freitas, digo ao Senador Sibá Machado que sua observação com relação ao Dia do Médico e da Médica já está registrada em Ata, assim como a homenagem às médicas, embora, haja o costume de se tratar o profissional no masculino. Obviamente, sintam-se as médicas também homenageadas neste dia.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, Dr. Washington Corrêa, Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálises e Transplantes – ABCDT; Dr. Pablo Magalhães Chacél, representante do Conselho Federal de Medicina; Dr. Evaldo Carneiro Nogueira, da Clínica Médica de Roraima; Dr. Cláudio Vieira, Secretário-Geral do Conselho Regional de Medicina; Dr^a. Maria Silva Sucupira, ex-Diretora do Serviço Médico do Senado; médicos do Senado, Dr. Luiz Roberto Magalhães, Dr. Antonio Carlos Amorim, Dr. Lêda Braúna Braga; autoridades médicas – cujos nomes peço desculpas por não mencionar, mas estamos gratos pelas presenças –, brasileiros que acompanham o trabalho desta Casa pela Rádio Senado e TV Senado, como Senador mineiro, para mim, é muito gratificante poder estar aqui, nesta data, em poucas palavras, trazendo nosso reconhecimento por essa classe que muito bem faz aos brasileiros.

É com bastante justiça que o Senado Federal homenageia hoje os profissionais que destinam incansáveis horas de dedicação e carinho, para trazer de volta, muitas vezes, um sorriso no rosto de quem recupera o prazer da vida. Os médicos nacionais merecem todo o nosso respeito, pois não é por acaso que a Medicina brasileira ocupa hoje posição de destaque no cenário mundial.

Impulsionados pela nobre missão de salvar vidas, suas mãos e seus sentidos carregam uma responsabilidade incomparável: crianças, adultos e idosos têm na confiança em um bom médico o socorro providente nas horas de desespero. A qualquer hora do dia ou da noite, com ou sem condições adequadas de trabalho, sempre, lá estão os médicos se desdobrando contra os limites do corpo.

Aproveito para deixar aqui meus honrosos cumprimentos aos Senadores médicos, que significam 6% do Senado Federal – são cinco médicos. Dedicaram boa parte de suas vidas, com muito boa vontade,

aos desafios da Medicina. É evidente que eu, um mero engenheiro agrônomo – e somos apenas dois por enquanto: o Senador Aelton Freitas e o Senador Osmar Dias, do Paraná, em bem menor quantidade do que a classe médica – não tenho conhecimento de causa que os senhores médicos sobre o assunto. Mas eu gostaria de me arriscar a tecer alguns rápidos comentários a respeito da Medicina brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao celebrar esta data, acho importante fazer um alerta ao Governo Federal, especialmente no que se refere aos Ministérios da Saúde e da Educação. As atuais carências de nossa estrutura hospitalar pública comprometem a eficiência do trabalho dos profissionais da Medicina. Por mais competentes e dedicados que sejam, os médicos não são mágicos nem santos milagreiros – embora tenhamos na Casa um grande Mão Santa – apesar de muitas vezes parecer que fazem o impossível.

Mesmo diante de limitações orçamentárias, o Governo precisa, com todo esforço, encontrar alternativas para incentivar de maneira mais efetiva o fortalecimento das estruturas públicas de saúde do interior do País. Só assim a demanda excessiva das cidades-pólo, que resulta em casos absurdos de falecimentos em filas, poderá ser aliviada. O interiorano não vai às capitais procurar tratamento porque quer, mas, sim, por não ter outra opção.

Entre a teoria e as condições práticas de se fazer existe um vácuo, mas a melhoria do serviço público de saúde tem de estar sempre entre as prioridades e preocupações máximas do Governo, e também de nós, Parlamentares.

Quero ainda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrar a minha preocupação com a proliferação de cursos superiores no País. A formação em Medicina, pelo alto grau de responsabilidade pública da profissão, tem de ser extremamente criteriosa, não admitindo cursos de qualidade duvidosa.

O Ministério da Educação tem de estar atento e vigilante, pois, infelizmente, temos observado pelo País afora inúmeros exemplos de cursos superiores sendo criados apenas para atender a sede mercadológica de empresários. O médico precisa de muito mais do que um diploma para exercer o seu ofício com o brilho e a eficiência de que a sociedade precisa.

Ao encerrar estas breves palavras, reafirmo as minhas homenagens a toda a classe médica brasileira, especialmente aos profissionais que persistem em sua luta, mesmo diante das dificuldades estruturais. O maior presente que nós, da classe política, podemos oferecer é o compromisso com o fortalecimento

do setor, dando-lhe condições de salvar, ainda mais e cada vez mais, vidas do nosso povo brasileiro.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. médicos aqui presentes, para homenagear também o Dia do Engenheiro Agrônomo, comemorado no dia 12 de outubro. Sou engenheiro e, em público, estendo o meu abraço e os meus parabéns a todos que também defendem essa classe do setor primário, que tem garantido o desenvolvimento e o superávit de nosso País. Estendo também essa homenagem aos profissionais ligados diretamente à medicina, em especial aos fisioterapeutas, cujo dia comemora-se em 13 de outubro. Não há, nesta Casa, nenhum Senador com esta profissão, mas tenho certeza de que falo em nome dos cinco Senadores médicos. A classe médica tem, nesse segmento, um auxiliar diretamente ligado principalmente ao setor da ortopedia. E, por meio desse microfone, estendo o meu abraço e os meus parabéns a todos os fisioterapeutas brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Srs. Médicos, parabéns pelo seu dia! Continuem sendo, cada vez mais, esse trabalhador que exerce a sua profissão com o coração, com boa vontade e dedicação.

O meu abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Eurípedes Camargo.

O SR. EURÍPEDES CAMARGO (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que propôs esta sessão em homenagem ao Dia do Médico, Senadora Serys Shessarenko, comunidade médica aqui presente, falo na condição de serralheiro, minha profissão de origem, mas também como paciente, como usuário do sistema de saúde de nosso País.

Venho do interior e, em nosso dia-a-dia, ficamos marcados por algumas referências de nossa comunidade. Entre elas, cito aquelas de que nos lembramos, desde nossa infância, e que levamos para o resto de nossas vidas. Refiro-me ao professor, ao padre e ao médico. São essas as referências que trazemos ao longo de nossa existência. Lembro o Dr. Domingos, o Dr. Jair, nos anos de implantação da colônia agrícola Bernardo Saião, na região que hoje é o vale do São Patrício. São fortes referências que tenho em minha memória.

Aproveito este pronunciamento para lembrar e homenagear o trabalho inestimável da organização Médicos Sem Fronteira, cuja principal função é prote-

ger o bem maior: a vida. Trata-se de uma organização independente de governos, que trabalha em situações de crise. Fundada desde a década de 70, tem aderido ao princípio de que toda vítima de desastres, sejam estes de origem natural ou humana, tem direito a uma assistência profissional, fornecida da forma mais eficiente possível.

Lembro o momento por que passa a Bolívia, a situação de sofrimento e de conflito que está vivendo. Em momentos como esse, entra em ação a organização Médicos Sem Fronteira, com seu trabalho de resgate da saúde daquelas pessoas que estão sofrendo, que seria desnecessária se não houvesse essa situação de conflito. Sabemos que todos estão trabalhando para encontrar uma saída, porque são se trata de uma questão apenas de natureza humana, de saúde, mas do princípio de soberania. Limites territoriais nacionais e circunstâncias ou preferências políticas jamais devem interferir na prestação de ajuda humanitária.

É importante ressaltar que o trabalho dos Médicos Sem Fronteira envolve também a denúncia das causas das catástrofes humanitárias. Apontando-as, a organização ajuda a formar a opinião pública em oposição às violações e abusos de poder.

O seu trabalho é abrangente e parte de diagnósticos amplos diante da existência de crises humanitárias. Levam em conta diagnósticos sobre necessidades médicas, nutricionais e sanitárias, o contexto político e ambiental, as condições de segurança, transporte e as capacidades locais.

Suas principais ações são: campanhas de vacinação; ação de prevenção de doenças; assistência a campos de refugiados; nutrição terapêutica e suplementar; distribuição de alimentos em regiões de fome aguda; distribuição de medicamentos; assistência médica dentro de instalações públicas pré-existentes; apoio à reinserção social; formação de pessoal de saúde, entre outros.

Muitas vezes, a sua intervenção torna possível a ajuda humanitária e também a busca pela paz e reconciliação em situações de conflitos ignorados, falência de sistemas de saúde, epidemias mundiais, como Aids, ou doenças negligenciadas, como a tuberculose e a malária.

Ganhadora do Prêmio Nobel da Paz, em 1999, a organização Médicos Sem Fronteira pode aqui ser tomada como símbolo maior de todos os profissionais que aqui em nosso País se defrontam diariamente com o quadro de violência gerado pelo trânsito, pela brutalidade urbana, pelas doenças geradas pela miséria e tantos outros males que são enfrentados com

dignidade e dedicação no dia-a-dia de nossos hospitais, fazendo dos médicos e médicas brasileiros militantes pela paz em prol da vida.

Deparamo-nos, no dia-a-dia de nossas comunidades, com a preocupação do médico em relação à pessoa que recebe a receita e a transforma em remédio, fervendo a receita. Nesse contexto, há a questão social colocada também, e esse é o conflito que vive o médico em seu dia-a-dia. Sei que esse é um conflito que desumaniza, é um ingrediente a mais nessa relação em que o médico sofre, porque se depara, em seu cotidiano, com essa situação. Portanto, não é apenas com a precariedade salarial que o médico convive no exercício de sua profissão, mas também com a desumanidade, com a situação atual do sistema de saúde.

Ficam aqui os nossos parabéns aos médicos por sua atuação e escolha de tão abnegada profissão. Em nome da população excluída do processo de tratamento médico, que encontra refúgio nessa categoria, agradeço e enalteço os médicos.

Essa é a nossa contribuição para minorar a situação não só dos médicos, mas também da nossa população.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande satisfação que venho homenagear o Dia do Médico, celebrado anualmente no dia 18 de outubro.

Sr. Presidente, o exercício de uma medicina de qualidade é requisito primordial para assegurarmos, de fato, o direito à saúde, consagrado no texto constitucional como um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ser médico, no Brasil, representa, acima de tudo, ir além das limitações orçamentárias, da insuficiência de equipamentos e de medicamentos, em nome do ideal de levar conforto e assistência aos necessitados, onde quer que se encontrem.

Felizmente, temos sido brindados, através da história, por médicos que há muito transcenderam os bancos escolares para se tornarem exemplos não só sob o ponto de vista técnico, mas também – e sobretudo – sob o aspecto humano. Uma das vantagens em se estabelecer uma data comemorativa específica é a de podermos, ao menos uma vez por ano, lembrar daqueles médicos, homens dotados de vocação inata para exercitar o bem, que fizeram história por possuírem o dom de se entregar à paixão pela medi-

cina, essa atividade que, em última análise, se traduz no amor ao próximo, tão caro às tradições cristãs.

Para que esse pequeno exercício de memória se realize, basta relembrarmos de alguns nomes que se tornaram exemplo no Brasil e no exterior. Nesta seleta lista não podem faltar, de maneira alguma, nomes como o do médico e sanitarista Oswaldo Cruz, fundador da medicina experimental no Brasil.

Como deixar de mencionar o mineiro Vital Brasil, responsável pela descoberta do soro antiofídico, universalmente conhecido e aplicado com êxito nas picadas de cobras venenosas?

Ainda no alvorecer do século XX, mais precisamente nos idos de 1909, o Brasil adquire notável projeção no seleto grupo dos cientistas e inventores, com a descoberta da chamada doença de Chagas. Outro médico mineiro, Carlos Chagas foi o responsável por pesquisar os aspectos clínicos, epidemiológicos, parasitológicos e políticos de uma enfermidade que, ainda hoje, acomete 18 países latino-americanos e ameaça um total de 70 milhões de indivíduos, desde o sul dos Estados Unidos até a Patagônia.

Esses nomes citados – e já adianto que a omissão de tantos outros é tão injusta quanto inevitável – nos chamam a atenção para o aspecto social e para o aspecto político, intrinsecamente ligados à prática médica. Não é possível dissociar a base teórica obtida na França por Vital Brasil, ou a temporada no Instituto Pasteur de Paris por Oswaldo Cruz, do meio social em que viviam. O toque de gênio desses luminares da medicina brasileira está precisamente em transpor para o dia-a-dia o espírito crítico e o rigor científico na busca de invenções e de soluções para os inúmeros problemas de saúde pública existentes em nosso País.

Nos dias de hoje, isso é feito com muita habilidade por aqueles que ainda acreditam que ajudar as pessoas por meio do exercício de uma profissão que se assemelha a um sacerdócio compensa os gravames de uma rotina estafante, da inconstância nos horários de trabalho, da remuneração muita vez incompatível com a complexidade e a relevância social da atividade exercida.

E é precisamente neste ponto que invoco, ainda, uma segunda vantagem em comemorarmos o Dia do Médico, anualmente, em 18 de outubro: a singular oportunidade que temos de nos questionarmos acerca dos rumos da saúde neste País. Em um exercício crítico, Sr^{as} e Srs. Senadores, pergunto a V. Ex^{as} se a Nação brasileira tem valorizado o médico na proporção e na medida de seu merecimento.

Devo confessar que, apesar dos avanços inconteste nos índices de mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida, que denotam, juntos, a existência de uma população supostamente mais saudá-

vel, ainda há muito o que fazer pela classe médica e pela saúde pública neste País.

Não podemos fiar o direito à saúde exclusivamente ao idealismo profissional, se não proporcionarmos ao médico condições de trabalho e de remuneração dignas do papel fundamental que sua profissão possui no seio de nossa sociedade.

Creio que a prática médica poderá ter salto qualitativo notável, à medida que problemas como a fome, a pobreza e a violência forem sendo expurgados de nosso cotidiano. Afinal, outro expoente brasileiro de projeção internacional, o médico Josué de Castro, ex-Presidente do Conselho de Administração e Agricultura da Organização das Nações Unidas e autor do universalmente conhecido **Geografia da fome**, sempre nos alertou a respeito do impacto dos problemas sociais sobre a saúde e sobre o subdesenvolvimento dos povos.

Para acabar com essas chagas sociais, Sr. Presidente, é preciso investimento, é preciso concertação política que deixe claro que a saúde pública de qualidade é política de Estado, que deve prevalecer sobre toda e qualquer forma de restrição orçamentária.

Porque criatividade, competência e determinação os médicos brasileiros já provaram ter de sobra. Pois só a soma e o reforço recíproco e simultâneo dessas três qualidades explicam o fato de o primeiro transplante cardíaco nas Américas haver sido realizado por um médico brasileiro. O Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, o autor da façanha em 1968, fez escola e espalhou discípulos, ao criar em São Paulo o Centro de Ensino de Cirurgia Cardíaca, embrião do futuro Instituto do Coração.

Um de seus seguidores, o cardiologista e homem público Adib Domingos Jatene, vem, há anos, valendo-se de seu inegável prestígio para revitalizar a importância do contato pessoal entre médico e paciente, tão negligenciado pelo ritmo frenético das nossas vidas.

A Rede Sarah Kubitschek, por sua vez, demonstra de modo cabal que, sob a batuta de maestros da estirpe de um Doutor Campos da Paz, os médicos brasileiros são plenamente capazes de manterem o Brasil no rol dos países que mais têm contribuído com soluções para os problemas que afligem a saúde pública mundial. Nosso elogiadíssimo Programa de Combate à AIDS é apenas o sintoma mais visível do que acabo de dizer.

Por outras palavras, Sr. Presidente, e para deixar bem clara minha mensagem, nossa melhor homenagem virá por meio de investimentos maciços na formação do médico, nos centros de pesquisa e na saúde

de pública, pilares de uma experiência verdadeiramente democrática e cidadã.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao encerrar esta parte da sessão, destinada a homenagear a medicina brasileira, os médicos e médicas deste Brasil, eu gostaria de registrar, além da presença das médicas do Serviço Médico do Senado, a presença da esposa do Senador Papaléo Paes, Dr^a Josélia. Se já é um pouco difícil ser esposa de médico, ser médica e esposa de médico é duplamente difícil.

Quero dizer da nossa satisfação, de nós, Senadores médicos, que subscrevemos o requerimento e que tivemos a oportunidade de falar, por participar desta sessão. Agradeço também aos Senadores que, mesmo não sendo médicos, prestaram uma homenagem até mesmo mais eloqüente do que nós à classe médica.

Que esta homenagem à classe médica – a primeira que o Senado faz –, sirva como reflexão, como um ponto de mudança do serviço médico no Brasil, no que tange aos temas aqui abordados, principalmente em relação à criação de novas escolas médicas, porque a concentração das faculdades de medicina no Sul e no Sudeste é um fator que contribui para agravar as desigualdades regionais, privilegiando a assistência em áreas relativamente bem assistidas, em detrimento de outras que ainda não têm curso de medicina, como o Amapá. Roraima tem a felicidade de contar com uma. O Brasil devia ter, como política, pelo menos uma faculdade em cada Estado, especialmente nos Estados da Amazônia.

Agradeço a todos pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Passamos para a segunda parte da sessão.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 209, DE 2003

(Nº 525/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conforme com art. 52, inciso III, da Constituição, combinado com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Fernando Antônio da Câmara Freire, para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Brasília, 14 de outubro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE
CURRICULUM VITAE

FERNANDO ANTÔNIO DA CÂMARA FREIRE

Data nascimento: 22-03-1954, Recife-PE

Filiação: Jessé Pinto Freire e Ivanise Câmara Freire

Casado: 29-09-1972, com Eliane Magda de Sousa Freire, dois filhos: Fernanda Câmara de Sousa Freire e Fernando Antônio da Câmara Freire Filho, quatro netos.

Escolaridade: Primário e Secundário: Colégio Mallet Soares e Colégio São Vicente de Paula, Rio de Janeiro, RJ,
Superior: Internatinal Studies, Londres-Inglaterra.

Idiomas: Inglês e Espanhol.

ATIVIDADES EM ORDEM CRONOLÓGICA

1973/1980: Assessor Comércio Exterior da Confederação Nacional do Comércio-CNC. Rio de Janeiro-RJ.

1974/1980: Assessor da Câmara de Comércio Inernacional-CCI, sede em Paris, França. Rio de Janeiro-RJ.

1974/1981: Assessor do Sindicato Nacional dos Representantes Comerciais. Rio de Janeiro-RJ.

1976: Curso de Carga Aérea na KLM, em Amsterdã-Holanda.

1976: Secretário Executivo Missão Comercial ao Mexico, patrocínio CNC.

1977: Secretário Executivo Missão Comercial à Coréia do Sul, patrocínio CNC.

1977: Secretário Executivo Missão Comercial à Tailândia, patrocínio CNC.

1978/1987: Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro-RJ.

(Nesse período participou como colaborador de diversos congressos e seminários, com destaque no Congresso Internacional da CCI, no Rio de Janeiro e na IV Conferência das Classes Produtoras (IV CONCLAP), também no Rio de Janeiro)

1978/1984: Assessor Comercial da Arki Serviços. Rio de Janeiro-RJ.

1979/1984: Sócio-Gerente da Sunkiong do Brasil Ltda. Importação e Exportação. Rio de Janeiro-RJ.

1984/1986: Diretor Financeiro da Cia. Nacional de Alcalis. Rio de Janeiro-RJ.

1986/1991: Diretor da Brasita S. A. Concessionária Ford. Rio de Janeiro-RJ.

1986/1991: Diretor da Seridó S. A. Concessionária Volkswagen. Natal-RN.

1986/1991: Diretor da Piasa S. A. Concessionária Fiat. Natal - RN.

1986/1991: Diretor da Jessé Freire Agro-Comercial Ltda. Concessionária Massey Ferguson. Natal-RN.

1991/1995: Deputado Federal , PPR-RN.

Atividade Parlamentar, sumário: Câmara dos Deputados: Segundo Vice-Presidente, Comissão de Finanças e Tributação: 1991-1992; suplente, Comissão de Defesa Nacional: 1991-1992; suplente , Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: 1991-1993; titular, Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: 1992; titular, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público: 1992; Vice-Líder: 1992-1993; suplente, Comissão de Finanças e Tributação: 1992-1993; Vice-Líder: PPR 1993; titular, Comissão de Relações Exteriores: 1993; suplente, Comissão Especial da Seca no Nordeste: PPR, 1993; Vice-Líder do Bloco (PFL, PTB, PRN, PDC, PSC, PRS, PSD, Prona): 1993; titular, CPI Mista Denúncias na Destinação de Recursos do Orçamento da União: PPR, 1993; titular, Comissão de Relações Exteriores: PPR, 1994-1995; suplente, Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: PPR, 1994-1995; titular, CPI Fuga de Capital e Evasão de Divisas do Brasil: PPR, 1994.

(Missão Oficial Câmara dos Deputados, Cidade do México, 1992. Pronunciamentos, atividades nas comissões, projetos e diversas relatorias, vide arquivo da Câmara dos Deputados.)

1995/1999: Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

1999/2002: Reeleito Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

2002: Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

2003: Membro do Diretório Estadual do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

Condecorações:

Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, outorgado em 12 de maio de 2000

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgado em 13 de agosto de 2002

Medalha Mérito Tamandaré, outorgado em 19 de novembro de 1998

Mérito Policial "Luiz Gonzaga", outorgado em 27 de novembro 1998

Mérito Bombeiro Militar "Maj José Osias", outorgado em 2 de julho de 1997

Medalha do Mérito da Saúde "Cel. PM Médico Pedro Germano Costa", outorgado em 1 de novembro de 2001

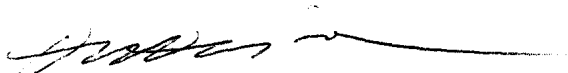
Mérito Contábil Ulisses Celestino de Góis, outorgado em 10 de setembro de 1999

Título de Cidadão Honorário das seguintes cidades do Estado do Rio Grande do Norte: Natal, Mossoró, Assú, Areia Branca, Macaíba, Caicó, Cruzeta, Arês, Nova Cruz, Pedro Velho, Pau dos Ferros, Passagem, Martins, Lucrécia, Equador, Macau, Caraúbas, Elói de Sousa, Brejinho, Cerro Corá, São José do Campestre, Alexandria, Luiz Gomes, Severiano Melo, Pilões, Marcelino Vieira, Parazinho, Taipú, Bodó, Pedra Grande, São João do Sabugi, Jucurutú, Jardim de Piranhas, São Gonçalo do Amarante, Maxaranguape e Timbaúba dos Batistas.

Endereço residencial: Rua Francisco Gurgel, 1080, Ponta Negra
Natal, RN - CEP 59050-090
Telefones: 84 219-0310 e 219-0320
Fax: 84 219-0330

Endereço comercial: Rua Miguel Castro, 1095 - 3º andar
Edifício Pro-Natal, Lagoa Nova, CEP 59076-740
Natal, RN
Telefones: 84 234-4291 e 234-4274
Fax: 84 234-4256

emai: golfrato@ibest.com.br



Fernando Antonio da Câmara Freire
RG 2.435.800 – SEDS-RN

CIC 295.607.057-68

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
- c) governador de Território;
- d) presidente e diretores do Banco Central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.156-5,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.

.....
Art. 13. O Diretor-Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República, sendo pelo menos um deles escolhido dentre servidores públicos federais.

§ 1º Os Diretores serão nomeados após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição.

§ 2º O regulamento disporá sobre a forma de substituição dos Diretores em seus impedimentos.

.....

(Á Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A mensagem lida será publicada e remetida à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte

PARECER Nº1494 DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 206, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, que institui o ano de 2004 como o ‘Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira’.

Relator: Senador Jefferson Péres

Relator “ad hoc”: Senador Papaleo Paes

I – Relatório

O projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, propõe instituir o ano de 2004 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”.

A proposição autoriza o Poder Executivo a emitir selo comemorativo, cujo motivo e estampa serão escolhidos mediante concurso realizado entre os estudantes do ensino fundamental de todo o País. Determina, ainda, que compete à Comissão Filatélica Nacional coordenar o concurso, bem como estabelecer a forma de premiação (art. 20).

Consoante as normas regimentais, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação (CE) para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo estipulado.

II – Análise

A Amazônia brasileira, além de abrigar as maiores reservas de água doce mundiais e extensas jazidas minerais, é reconhecidamente uma das áreas mais biodiversas do planeta – depositária de um valioso estoque genético, nomeado, de maneira bastante apropriada, como o “ouro da floresta”. A riqueza biológica escondida na floresta amazônica – parcamente conhecida e pesquisada,

porém muito cobiçada – representa um potencial nada desprezível para a bioprospecção de princípios ativos vitais ao desenvolvimento de novos fármacos, por exemplo.

Na justificação da proposta, o autor argumenta que nenhum brasileiro pode concordar com a tese, sustentada por várias personalidades internacionais, de que a Amazônia é “patrimônio da humanidade”, e como tal deveria ser colocada sob a administração da Organização das Nações Unidas.

Defende, ainda, com muita propriedade, “sem xenofobia retrógrada, uma Amazônia com o status de patrimônio brasileiro (...) embora [a região] represente uma riqueza em biodiversidade cujos benefícios possam ser usufruídos por toda a humanidade”.

No mérito, consideramos a proposta válida, pois certamente despertará nos cidadãos brasileiros a exigência de se promover a conservação e o uso racional e sustentável dos recursos naturais da região, de modo a garantir o bem-estar social e econômico para as atuais e futuras gerações.

Incontestavelmente, a iniciativa do nobre colega contribui para o fortalecimento da conscientização ambiental nacional, vindo, por conseqüência, ao encontro de mandamento expresso pelo inciso VI, § 1º, art. 225 da Constituição Federal, verbis:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

.....
VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
.....

Conforme entendimento com o autor da proposição, foi vislumbrada a possibilidade de criar-se, no âmbito do Congresso Nacional, uma comissão especial temporária destinada a realizar-se missões, seminários e reuniões preparatórias para a instrução dos eventos e comemorações a serem realizadas no ano em defesa da Amazônia.

Outro aspecto a ser considerado refere-se à data tencionada para comemorar o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”, que seria o ano de 2004. Em razão da exigüidade do tempo para o trâmite da proposta no Congresso Nacional e para a adoção das providências que, certamente, tal medida exigirá, sugerimos postergar a celebração para o ano de 2005.

Finalizando o exame da matéria, observamos que o projeto atende os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar.

III – Voto

Tendo em vista o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, com as alterações decorrentes das emendas que apresentamos.

EMENDA Nº 01 – CE

Substitua-se o termo “2004” da ementa e do art. 1º do PLS nº 206, de 2003, pelo termo “2005”.

EMENDA Nº 02 – CE

Acrescente o seguinte artigo ao PLS nº 206 de 2003, renumerando-se os demais:

Art. O Congresso Nacional criará comissão especial temporária, composta de três senadores e três deputados, com igual número de suplentes, destinada a realizar missões, diligências, seminários, conferências e debates com a sociedade, com o objetivo de instruir e preparar os eventos e comemorações de que trata esta lei.

Sala da Comissão, 23 de setembro 2003. –
Osmar Dias, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator *ad hoc* – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **Ideli Salvatti** – **João Capiberibe** – **Duciomar Costa** – **Aelton Freitas** – **Eurípedes Camargo** – **Hélio Costa** – **Valdir Raupp** – **Demóstenes Torres** – **Marco Maciel** – **Leonel Pavan** – **Eduardo Azeredo**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 200 103

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE-PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE-PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				EURÍPEDES CAMARGO	X			
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES	X			
DUCIOMAR COSTA	X				VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
VALMIR AMARAL	X				VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 1091 2003


 SENADOR OSMAR DIAS
 Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 306¹⁰³ EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				EURÍPEDES CAMARGO	X			
JOÃO CAPIBERIBE	X				PAPALÉO PAES	X			
DUCIOMAR COSTA	X				VAGO				
ABELTON FREITAS	X				VAGO				
V ALMIR AMARAL					VAGO				
HELOISA HELENA					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					AMIR LANDO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
LEOMAR QUINTANILHA					MARCO MACIEL	X			
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO	X			
REGINALDO DUARTE					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA					ÁLVARO DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 23 / 09 / 2003


SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2003**Institui o ano de 2005 como o 'Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira'.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o ano de 2005 como o "Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira".

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir selo comemorativo com a temática referida no artigo anterior.

§ 1º O motivo e a estampa do selo serão escolhidos dentre os elaborados por estudantes do ensino fundamental de todo o País, em concurso de divulgação em âmbito nacional.

§ 2º Compete à Comissão Filatélica Nacional a coordenação, além do estabelecimento da forma de premiação desse concurso.

Art. 3º O Congresso Nacional criará comissão especial temporária, composta de três Senadores e três Deputados, com igual número de suplentes, destinada a realizar missões, diligências, seminários, conferências e debates com a sociedade, com o objetivo de instruir e preparar os eventos e comemorações de que trata esta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Senador Papaléo Paes**, Relator *ad hoc*

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA***CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

O projeto de lei sob exame, de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, propõe instituir o ano de 2004 como o "Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira.

A proposição autoriza o Poder Executivo a emitir selo comemorativo, cujo motivo e estampa serão escolhidos mediante concurso realizado entre os estudantes do ensino fundamental de todo o País. Determina, ainda, que compete à Comissão Filatélica Nacional coordenar o concurso, bem como estabelecer a forma de premiação (art. 2º).

Consoante as normas regimentais, a matéria foi distribuída a esta Comissão de Educação (CE) para análise em caráter terminativo, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

A Amazônia brasileira, além de abrigar as maiores reservas de água doce mundiais e extensas jazidas minerais, é reconhecidamente uma das áreas mais biodiversas do planeta – depositária de um valioso estoque genético, nomeado, de maneira bastante apropriada, como o "ouro da floresta". A riqueza biológica escondida na floresta amazônica – parcamente conhecida e pesquisada, porém muito cobiçada – representa um potencial nada desprezível para a bioprospecção de princípios ativos vitais ao desenvolvimento de novos fármacos, por exemplo.

Na justificação da proposta, o autor argumenta que nenhum brasileiro pode concordar com a tese, sustentada por várias personalidades internacionais, de que a Amazônia é "patrimônio da humanidade", e como tal deveria ser colocada sob a administração da Organização das Nações Unidas.

Defende, ainda, com muita propriedade, "sem xenofobia retrógrada, uma Amazônia com o status de patrimônio brasileiro (...) embora [a região] represente uma riqueza em biodiversidade cujos benefícios possam ser usufruídos por toda a humanidade".

No mérito, consideramos a proposta válida, pois certamente despertará nos cidadãos brasileiros a exigência de se promover a conservação e o uso racional e sustentado dos recursos naturais da região, de modo a garantir o bem-estar social e econômico para as atuais e futuras gerações.

Incontestavelmente, a iniciativa do nobre colega contribui para o fortalecimento da conscientização ambiental nacional, vindo, por conseqüência, ao encontro de mandamento expresso pelo inciso VI, § 1º, art. 225 da Constituição Federal, **verbis**:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

.....
VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; (*Grifo nosso.*)
.....

Salientamos, no entanto, que a proposta falha ao atribuir obrigação ao Poder Executivo, conforme dispõe o art. 2º do projeto. Tal determinação conflita com o princípio basilar da independência dos Poderes, fixado no art. 2º da Lei Maior. A propósito, a emissão de selos postais é regulada pela Norma nº 10/96, aprovada pela Portaria nº 818, de 17 de julho de 1996, do Ministério das Comunicações. Dessa feita, com o intuito de aprimorar o PLS nº 206, de 2003, propomos a supressão do dispositivo.

Finalizando o exame da matéria, observamos que o projeto atende os requisitos constitucionais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar.

III – Voto

Tendo em vista o exposto, votamos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, com a alteração decorrente da emenda que apresentamos.

EMENDA Nº – CE

Suprima-se o art. 2º do PLS nº 206, de 2003, e renumere-se o artigo subsequente.

Sala da Comissão, **Jéfferson Peres**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 961, DE 2003

Requer voto de aplauso ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, pela manifestação de independência, de patriotismo e de altivez pela reiteração de que não admitirá inspeção da ONU no Poder judiciário.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, voto de aplauso ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, pela altiva declaração, reiterando que o Poder Judiciário não se sujeitará a quaisquer interferências externas, inclusive a sugerida pela ONU e oficiosamente acatada por membros do Governo Federal

Justificação

A homenagem que ora o Senado Federal defere ao Presidente do Supremo Tribunal Federal justifica-se pela altivez com que Sua Excelência, o Ministro Maurício Corrêa, reafirmou a independência do Poder Judiciário Brasileiro, ao declarar que não admitirá a pretendida inspeção da ONU, levada como sugestão ao Poder Executivo e informalmente acatada por membros do Governo Federal.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O requerimento lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 962 de 2003

Requer informações, ao Ministro das Relações Exteriores, acerca do envio de Missão Brasileiro-Argentina à Bolívia, destinada a estabelecer procedimentos conjuntos em favor daquele país.

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas informações ao Ministro das Relações Exteriores, acerca do protocolo concluído em Buenos Aires pelos Presidentes do Brasil e da Argentina, no sentido do envio à Bolívia de uma Missão Mista Brasil-Argentina, com intuito de estabelecer procedimentos de cooperação com aquele país.

Justificação

No título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela e, sobretudo, por se tratar de assunto de política externa, formulo este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se sobre a modalidade do programa que pretende o Ministério das Relações Exteriores, em conjunto com a República Argentina, para que venham a ser implantadas políticas de cooperação com a Bolívia.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2003. –
Arthur Virgílio, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 963 DE 2003

Requer informações, ao Ministro da Cultura, acerca dos Projetos Mais Cinema 1999 e Mais Cinema 2000.

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro da Cultura, informações sobre os projetos de filmes constantes dos programas “Mais Cinema 1999” e “Mais Cinema 2000”, especificando os responsáveis pela produção e direção de cada projeto, valores financiados, prêmios e garantias específicas, e a situação atual de cada um no cronograma de exibição, bem como a respeito do cumprimento de quitação de cada projeto e providências tomadas para o fiel cumprimento dos contratos bancários.

Justificação

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se sobre os rumos e as perspectivas do cinema brasileiro.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 964, DE 2003

Requer Informações ao Ministro da Fazenda, acerca dos contratos de financiamento do Banco do Brasil aos Projetos “Mais Cinema 1999” e “Mais Cinema 2000”.

Nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, Informações do Banco do Brasil acerca dos financiamentos aos projetos de filmes constantes dos programas “Mais Cinema 1999” e “Mais Cinema 2000”, especificando os responsáveis pela produção e direção de cada projeto, valores financiados, prêmios e garantias específicas, e a situação atual de cada um, bem como a respeito do cumprimento de quitação de cada projeto, juros cobrados e providências tomadas para o fiel cumprimento dos contratos bancários.

Justificação

No Título IV, Capítulo 1, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalização e controle, portanto de acompanhamento das ações do Governo nas diferentes áreas. No caso em tela, formulamos este requerimento para que o Senado da República possa inteirar-se sobre problemas de ordem financeira das produtoras cinematográficas brasileiras.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os requerimentos lidos serão publicados e remetidos à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 965, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada, em definitivo, do Projeto de Lei do Senado Nº342/03 – Complementar

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2003. –

Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, como primeira oradora inscrita.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a sessão de homenagem ao Dia do Médico, trago aqui um assunto que, se não estou equivocada, o Senador Maguito Vilela abordou ontem desta tribuna, e que, de certa forma, relaciona-se muito com a questão da saúde: o leite.

O Senador Maguito Vilela reivindicou a aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que determina a inclusão do leite fluido e pasteurizado no Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende a 37 milhões de alunos matriculados no ensino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas.

Após ouvir o discurso do Senador Maguito Vilela, lembrei-me de um trabalho de pesquisa extremamente sério e decidi trazê-lo ao conhecimento do plenário.

Com a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 51, de 2002, o setor leiteiro ingressou em um novo ciclo de qualidade na produção. Trata-se de uma legislação que promove, em princípio, o melhoramento da qualidade do leite exportado e consumido no Brasil. Na realidade, as indústrias já se haviam antecipado à norma, exigindo e pagando, há algum tempo, por um produto mais qualificado.

Aproveito a ocasião, portanto, para desenvolver algumas reflexões sobre os desdobramentos de ta-

manha reestruturação das normas de qualidade do leite em todo o País, atendendo a uma reivindicação tão legítima quanto oportuna por parte de toda a nossa cadeia produtiva e consumidora.

Em primeiro lugar, já era tempo de o Brasil promover mudanças organizacionais no trato do mercado de laticínios. Apesar das polêmicas geradas, não restam dúvidas de que a Instrução Normativa nº 51 acima referida trouxe alento tanto a produtores quanto a consumidores naquilo que mais lhes deveria inquietar: o alcance da qualidade do leite. Com as devidas orientações legais sinalizadas, o povo brasileiro não somente respira mais aliviado como também se alimenta melhor, bem melhor.

Na verdade, bom seria se tudo fosse apenas reduzido à mágica das leis. Todavia, sua acomodação ao mundo desenfreado das práticas econômicas segue uma lógica nem sempre previsível, tão pouco razoável. Lamentavelmente, tal estado de desconhecimento tem contado com a anuência e a assistência passiva do Poder Público.

Em outras palavras, premissa básica para a implantação da norma é o soerguimento de um rigoroso aparelho de controle da qualidade produtiva.

Ocorre que, com o Estado dando passos mais largos que suas próprias pernas, a estrutura de fiscalização vigente não tem conseguido acompanhar as novas demandas ao serviço. O monitoramento eficaz da qualidade pressupõe um detalhado plano estratégico, com imediata implantação. Tal planejamento, por sua vez, requer o acompanhamento do desenvolvimento paralelo da ainda debilitada infra-estrutura brasileira, sem o qual qualquer esforço normativo termina por ser inócuo, inútil e improdutivo.

Desse modo, boa parte dos produtores brasileiros localizados longe da costa sequer dispõem de energia elétrica em suas propriedades. Muito pior é o estado das estradas do interior, por onde supostos fiscais teriam necessariamente que transitar para efetivar o serviço. Isso tudo deve ser levado em consideração quando se pretende, com franqueza, otimizar os recursos e métodos relacionados à melhoria do leite.

Senador Eurípedes Camargo, nosso grande companheiro que preside o Senado neste momento, um dos maiores especialistas no assunto é o Professor Luís Fernando Laranja da Fonseca – que muito nos orgulha ser do Estado de Mato Grosso – , para quem outro problema não solucionado tem raiz na falta de preparação educacional dos produtores, na direção de proporcionar conhecimentos mais específicos sobre a qualidade leiteira. Segundo ele, sem verbas para cursos e treinamentos, será impossível ca-

pacitar pessoas a seguirem normas de qualidade. Isso se justifica na medida em que o conteúdo do Programa Nacional de Melhoria de Qualidade do Leite, no qual se inspirou a nova legislação, previa um tripé programático que incluía o treinamento como peça chave de um projeto de mudanças.

De todo modo, a Instrução Normativa nº 51 teve o atributo de ser elaborada de maneira transparente, democrática, com a participação de vários segmentos do setor, desde a produção, indústria e distribuição até a pesquisa, técnicos, universidade e consumidores. Tal prova de legitimidade foi atestada por dois anos de intensos debates e pela realização de inúmeras audiências públicas, por meio das quais se puderam acomodar concordâncias e divergências numa atmosfera de livre manifestação de idéias. Disso resultou um projeto amadurecido, de alcance amplo, cumprindo a tarefa maior de definir parâmetros para melhoria da qualidade do setor lácteo.

Bem a propósito, o Plano de Apoio ao Programa Fome Zero, Fortalecimento da Pecuária de Leite para o Pequeno Produtor, repousa hoje sobre a necessidade de expandir a nossa pecuária leiteira, que é praticada em todo o território nacional, em mais de um milhão de propriedades rurais, com uma ocupação de quase quatro milhões de trabalhadores. Com o apoio a tal expansão produtiva, o Governo agrega aliados indispensáveis à erradicação da fome, consolidando uma rede poderosa de agentes econômicos em favor de uma causa tão justa.

Por outro lado, como bem insistem os economistas sociais, em relação à geração de emprego e renda, a cada real de aumento da produção no Sistema Agroindustrial de Leite, há um crescimento de quase cinco reais no aumento do PIB. Em outras palavras, uma elevação da demanda final por produtos lácteos em um milhão de reais gera anualmente quase 200 empregos permanentes no setor.

Diante desse quadro, não nos causa espanto que a Comissão Nacional de Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil tenha encaminhado ao Ministério Extraordinário de Segurança e Combate à Fome um protocolo de intenções reivindicando a pecuária do leite como precursora do desenvolvimento regional. Isso, certamente, gerará maior ocupação na área rural pela intensificação da utilização de mão-de-obra, propiciando, por sua vez, renda local para os pequenos produtores de leite. Incentivando as demais atividades produtivas locais, contribuirá para o beneficiamento e comercialização de produtos lácteos nos Municípios contemplados com o Programa Fome Zero.

Na realidade, os cálculos da quantidade de alimentos que compõem a cesta básica do trabalhador

brasileiro definem que o consumo de lácteos deve ser de 15 litros por habitante/mês. Segundo o Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos, para suprir uma demanda de um milhão e quinhentas mil famílias compostas de dois adultos e duas crianças são necessários oitocentos milhões de litros de leite apenas no primeiro ano. Pela primeira vez na história, o Brasil depara com uma realidade que sugere a existência de uma superprodução de leite, em virtude da qual uma eliminação gradual na escala de importações já está sendo seriamente avaliada. Naturalmente, a cautela no corte justifica-se pela necessidade de escoar a produção para o atendimento das expectativas do Fome Zero.

A produção de leite informal, as exportações de lácteos e a participação dos pequenos produtores contribuem para o surgimento de um debate mais consequente sobre o tema, já que o apoio a tais atividades ajuda a fixar o homem no campo e emprega muita gente. Em nossos dias, a redenção da pecuária leiteira do Brasil tangencia necessariamente a erradicação da fome. O próprio Ministro Roberto Rodrigues avisa que o Fome Zero implica maior demanda por alimento, e isso significa crescimento da agropecuária e da cadeia do **agrobusiness**. Nesse contexto, a Confederação Nacional de Agricultura elaborou um estudo segundo o qual, com o programa Fome Zero, haverá um acréscimo potencial de consumo da ordem de 23% para o leite, e isso representa uma demanda adicional de cinco bilhões de litros/ano à disponibilidade estimada em 2002. Apenas para atender à fase inicial e mais imediata do programa, a CNA projeta uma necessidade extra de 1,1 bilhão de litros de leite, ou seja, o impacto positivo que uma política proposta pelo Estado pode ter sobre a economia láctea é de incomensurável produção.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Serys, tive oportunidade de governar a Prefeitura de Parnaíba e o Estado do Piauí com quatro ex-presidentes: o Presidente Sarney, o Presidente Collor, o Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique. De todos, o melhor programa que acompanhei foi o Programa de Leite do Presidente Sarney. É uma pena que neste país, Presidente Eurípedes Camargo, essas ações não tenham continuação. Quando eu era prefeito, havia esse Programa do Leite do Presidente Sarney; o Presidente Collor acabou com o programa. Depois, governando o Estado, inspirado nessa experiência, fiz o mesmo com a merenda escolar. V. Ex^a, que é professora, sabe que um dos mais bem inspirados programas que existem na nossa Pátria em favor da educação é a merenda escolar. Eu não municipali-

zei, eu escolarizei: o dinheiro da merenda, eu o passava para as diretorias, que são fantásticas, simbolizam a sua ação, a sua honradez, e orientava para que comprassem o leite na região. Porque isso, Sr. Presidente, fixa o homem na sua região; evita o êxodo em busca das cidades grandes. Senador Serys, V. Ex^a. cita um dos programas mais importantes. V. Ex^a, que tem tanta capacidade de influência e persuasão junto ao Presidente da República, faça um pleito para que volte aquele Programa do Leite do Presidente Sarney, que era fantástico.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Continuo, Sr. Presidente.

Em decorrência do crescimento sistemático da produção de leite no País, que alcançou, em média, a taxa anual de 4% nos últimos trinta anos, vigora uma situação, como havia antecipado, de super-oferta do produto e conseqüente queda do preço. Isso tende a satisfazer as condições necessárias para atender ao consumo de 20 bilhões de litros/ano, de que, teoricamente, uma população de 160 milhões de brasileiros precisa. Não seria descabido, no entanto, lembrar que, enquanto a recomendação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição seja de 146 litros por habitante/ano, o consumo de lácteos no Brasil foi menor que 135 litros em 1999.

Na região Centro-Oeste, para uma população estimada em quase 12 milhões, a fatia de consumo de leite em reais não equivale sequer a 10% do total brasileiro, ao passo que somente a região Sudeste abocanha mais de 50%. Isso significa que ainda prevalece uma concentração exagerada nos gastos com lácteos nas regiões ao sul do País, reflexo de uma leve concentração regional da riqueza. Para se ter uma leve idéia comparativa, somente as famílias de São Paulo despendem mais que o somatório das famílias todas das regiões Centro-Oeste, Sul e Norte juntas. Não queremos que se diminua o consumo lácteo em São Paulo; queremos que aumente, porque é importante o consumo, mas precisamos de condições, de organização da produção dos produtos lácteos, com muita firmeza e determinação, nas outras regiões, para que os consumidores das outras regiões tenham a possibilidade de consumir mais.

Em suma e à guisa de conclusão, cabe ao Governo do nosso Presidente Lula encaminhar uma proposta política que leve a ferro e fogo os princípios da busca de qualidade do leite, encerrados na Instrução Normativa nº 51, citada no início da minha fala, que é

de autoria do Senador Hélio Costa e que foi muito bem defendida na última sessão pelo Senador Maguito Vilela.

Produtores e consumidores estão ávidos por um serviço de fiscalização mais competente e eficaz por parte do Estado brasileiro. Para tanto, dependem, ambas as pontas da cadeia produtiva, de um desenvolvimento paralelo das condições sociais e de infra-estrutura do País. E isso somente será concretizado em definitivo se logramos aprovar todas as propostas em andamento com relação à produção do leite, especialmente no Congresso Nacional.

Analisamos as duas pontas: a produtora de leite e a consumidora. Nesse meio, precisamos de uma série de condições para que o produto chegue à mesa do consumidor com a qualidade devida e necessária.

Para a produção de leite, assim como para o crédito, o microcrédito, para a produção de grãos e tantas outras atividades, devem existir formas de organização. A produção precisa ser organizada, e o cooperativismo é a forma pela qual acredito que atingiremos essa importantíssima organização.

Não é diferente com a produção de leite. Precisamos que ela se organize em cooperativas, assim como temos necessidade de organização de cooperativas de crédito. Acredito profundamente no cooperativismo, Srs. Senadores.

Estive, não me recordo se na segunda ou na terça-feira, na OCB, na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras, onde estava presente o seu Presidente, Dr. Márcio, uma pessoa extremamente preparada, que discursou. Naquele momento, também estavam presentes o Ministro da Agricultura, Dr. Roberto Rodrigues, o Presidente Nacional do meu Partido, Deputado José Genoíno, e vários Parlamentares, como o Senador Paulo Paim e vários Deputados, nós como membros da Frente Parlamentar de Cooperativismo.

Eu diria que tanto a fala do Presidente da OCB, Dr. Márcio, quanto a do Ministro da Agricultura são dignas de serem lidas por todos nós que acreditamos na importância do cooperativismo. Foram duas aulas que recebemos na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB, em Brasília. Inclusive estou requerendo cópias desses discursos para trazer a esta tribuna.

É de extrema importância que tenhamos a consciência de estimular, de legislar e de buscar as condições para o avanço do cooperativismo no Brasil, de

um modo geral, do de crédito ao de produção, enfim, de todos os setores. Acredito que entre, de um lado, esse capitalismo infame, que não deu certo e que tanto mal faz à humanidade, e, de outro, o socialismo, que infelizmente não consegue avançar ou que avança com muita dificuldade, existe potencial para uma terceira via, um outro caminho, que é o da organização da sociedade por meio do cooperativismo. Por isso é necessário que, nesta Casa, paremos, reflitamos e discutamos muito sobre a importância do cooperativismo e que passemos a estimulá-lo e a incentivá-lo, tanto no discurso, nas tribunas do Congresso Nacional, quanto nas ações práticas do Executivo, objetivando a concretização das organizações cooperativas no Brasil. Muito obrigado.

Durante o discurso da Sra. Serys Shlessarenko, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como orador inscrito, por até vinte minutos.

Apelo aos Senadores inscritos que se atenham ao tempo, porque há vários oradores ainda para usar da palavra e a sessão deverá encerrar-se às 13 horas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eurípedes Camargo, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem por meio do sistema de comunicação do Senado, 19 de outubro talvez seja uma data das mais importantes do calendário brasileiro.

Senador Aelton Freitas, orgulhoso de ser piauiense, quero dizer que a história foi diferente no Piauí. Dezenove de outubro é o dia do Piauí. Por quê? Porque houve a independência, aquela de pai para filho. D. João VI veio, com medo do Napoleão verdadeiro, francês, instalou-se, trouxe a Corte, funcionário público, progresso para este País. Aí ele disse: “Filho, fica com o sul e eu vou ficar com o norte”. Fez o decreto. O país seria o Maranhão.

Mas na minha cidade, Parnaíba, existiu e nasceu, talvez, o mais importante brasileiro, Simplício Dias da Silva. Filho de português, muito rico, tinha cinco navios e estudou na Europa. Seu pai, português, apaixonou-se por uma mulher brasileira do nordeste do Piauí, teve dois filhos brasileiros, e não voltou. Grande pecuarista, exportava carne, charque, indústria para o sul do País e para a Europa, para Portugal. Seu filho, Simplício Dias da Silva, estudou em Portu-

gal, em Lisboa, na Espanha, e foi colega de Simon Bolívar. Muito rico, tinha idéias libertárias.

Por que 19 de outubro? Foi em 7 de setembro aquele pitoresco independência ou morte no Ipiranga, mas os portugueses queriam ficar com o norte. D. João VI mandou buscar seu filho, afilhado, Fidié, major, para garantir isso. E ficou tomando conta do Piauí.

Mas em nossa cidade, que era pujante e tinha riquezas, o primeiro ato de Fidié, o português, foi transferir um delegado de Parnaíba, que era o maior entreposto comercial no litoral. Simplício Dias da Silva não permitiu. E o português foi então sufocar, saindo de Oeiras – não existia Teresina – com Parnaíba.

Em 19 de outubro, Simplício Dias da Silva, empresário, filho do português, homem rico, que estudou na Europa, reuniu a Câmara – ele tinha liderança – e com ela fez um ato: Independência do Piauí! Independente do que acontecesse, porque não havia comunicação, não havia TV.

E o major vinha sufocar a rebelião. Quando ele saiu de Oeiras, já havia a tendência libertária, o povo de lá tomou o palácio em 24 de janeiro. Ele foi a Parnaíba. Esse Simplício Dias da Silva, que era um homem instruído, abandonou a cidade e foi para o Ceará – e está aqui o Senador Reginaldo Duarte para me ouvir. Ali, na cidade de Granja, pegou uns 500 cearenses e os levou. O Maranhão aderiu a Portugal. Foram três navios maranhenses invadir Parnaíba. Ele, inteligentemente, com dinheiro – só faz guerra quem tem dinheiro, é claro –, pegou uns cearenses corajosos. Em Campo Maior, em 13 de março, deu-se uma batalha sangrenta. É lógico que perdemos, desarmados, empiricamente, com um comandante cearense que foi contratado.

Perdemos, mas João José da Cunha Fidié se apavorou. Soube que tinham tomado o Palácio. Então foi para Caxias, no Maranhão, e depois voltou a Portugal. Na sua aposentadoria, ele cobrou essa batalha, porque venceu.

Ele não continuou, e nós perdemos a Batalha do Jenipapo. Quer dizer, não estávamos preparados militarmente e tivemos o apoio e a adesão de centenas de cearenses trazidos por Simplício Dias da Silva. O fato foi tão forte que, em julho, os baianos tiveram de fazer uma batalha lá, depois da nossa. Essa participação é o Dia do Piauí.

Toda vez que um brasileiro e uma brasileira olharem aquele grande mapa, que se lembrem da grandeza do Piauí, de dezenas e centenas que, junto com o irmão cearense, morreram na Batalha do Jenipapo.

O Senador Alberto Silva governou o Estado do Piauí. Sua mente inspirada é orgulho de todo este Senado. S. Ex^a é o mais velho, o mais experiente, o mais capaz. Ele ergueu um grande monumento no local da batalha, onde dezenas de piauienses e cearenses foram mortos pelo bem armado exército português.

E o Presidente cearense Humberto Castello Branco, o primeiro Presidente revolucionário, reconheceu isso, tornando aquela, Senadores Aelton Freitas e Eurípedes Camargo, uma das batalhas mais importantes da nossa História.

Se analisarmos hoje a Guerra do Paraguai, por exemplo, veremos que ela foi vergonhosa, foi uma página vergonhosa da nossa história. Recebemos dinheiro dos ingleses, porque, Senador Reginaldo Duarte, iam instalar no Paraguai um pólo de confecção, a indústria têxtil. Os capitalistas, selvagens, bárbaros! Os ingleses, que são a mãe e o pai dos norte-americanos, deram recursos para o Brasil, para o Uruguai e para a Argentina massacrarem o Paraguai. Houve a guerra, o Exército ganhou muito dinheiro e se fortaleceu.

A Batalha do Jenipapo nós perdemos, mas expulsamos os portugueses do território. Acabou-se o país Maranhão que ia ser criado.

É isso. E o Presidente Castello Branco transformou esse dia numa data nacional, comemorada pelo Exército brasileiro.

Quando era Governador do Piauí, convidei o Governador da Bahia, César Fortes... Aliás, refiro-me ao Senador César Borges – forte está no subconsciente, porque S. Ex^a é mais forte do que os céasares de Roma. Convidei S. Ex^a para receber, com outras autoridades, a comenda maior do Piauí, a Grã-Cruz, em que o Exército brasileiro revive, com a Secretaria de Cultura do Estado, aquela epopéia, aquela guerra e aquela história.

São estas as palavras com que queremos homenagear esse Estado que garantiu a grandeza. Senador Reginaldo Duarte, os nossos agradecimentos aos cearenses, que lutaram e morreram conosco.

Depois da nossa história, o Estado do Ceará tem a sua grandeza. Senador Eurípedes Camargo, o Estado do Ceará foi o primeiro a libertar os escravos no Brasil.

E o Piauí continuava na vanguarda quando quis nascer a República. Em Teresina, já havia o jornal **A Ordem**, fundado por um baiano, Conselheiro Saraiva. Mas, um jornalista rebelde do Piauí, Davi Caldas, nascido em Barras, mudou o nome do jornal para **Oitenta e Nove**. Que coisa esquisita, não? Mas não era

não. Eram a inteligência e a coragem do homem do Piauí, que foi à guerra. Escolheu-se o nome **Oitenta e Nove** para que o povo do Brasil se inspirasse naquele momento em que o povo francês foi às ruas e gritou por “liberdade, igualdade e fraternidade”, em 1789, derrubando todos os reis do mundo. Ele colocou o nome **Oitenta e Nove** no jornal de Teresina, e a nossa Proclamação da República deu-se em 15 de novembro de 1889. Portanto, ele foi o profeta da democracia e da República.

O Piauí tem essas grandezas. O meu Estado não deixou Getúlio Vargas indicar um interventor militar. Nós o tiramos e fomos governados por um médico.

O Piauí tem outra grande glória. Senador Eurípedes Camargo, nós poderíamos ser, hoje, comunistas. O mais brilhante militar do Exército, Dr. Carreiro, o nosso Norberto Bobbio – que é Senador vitalício na Itália – foi Luís Carlos Prestes – podem verificar as notas, ele só tirou dez. O segundo foi João Baptista Figueiredo. Prestes, com as suas idéias comunistas, formou a Coluna Prestes. Veio lá do Paraná com a intenção de tomar Teresina para ter uma capital comunista. E o povo, ao contrário, fugiu para o Maranhão, e nós prendemos Juarez Távora, que, na época, o acompanhava. Essa é a grandeza do Piauí.

E V. Ex^{as} podem verificar, no mapa, o resto da América espanhola, toda dividida. O Brasil é grande graças ao Piauí, Estado que representamos.

Comemoramos, no dia 19 de outubro, o Dia do Piauí, data criada por um deputado estadual e depois federal, jornalista José Auto de Abreu, tão amante que era do Estado do Piauí.

Caro Líder Paulo Paim, quando fazia parte do Rotary Club, presenciei um discurso do jornalista Auto de Abreu que dizia: “Ouvi dizer que um escritor disse que a vida e a morte são como um naufrágio. Aceito a morte como um naufrágio, mas queria que ela se desse no litoral do Piauí, pois assim eu faria um esforço de voltar à tona para poder ver as luzes do Porto de Luís Correia. Trata-se do porto inacabado do Piauí.

Essas são as nossas palavras, e quero dizer ao Brasil o significado da força do povo do Piauí na sua grandeza histórica.

As nossas últimas palavras são aos céus e a Deus: Ó meu Deus, eu vos agradeço ter nascido no Piauí. Abençoe nossa terra e nossa gente!

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, por vinte minutos, como orador inscrito nesta sessão.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, neste dia 17 de outubro de 2003, comemoramos o Sesquicentenário da Cidade do Crato, no Vale do Cariri, na região sul do Estado do Ceará.

Quero, nesta data, contar de minha alegria. Antes, porém, desejo fazer um breve contraponto entre a trajetória do Crato de Portugal com o Crato do Cariri.

Desejo regressar no tempo e voltar à história da Vila do Crato ou, como chamam os nossos irmãos portugueses, o “Concelho do Crato”, pequeno vilarejo situado no Distrito de Portalegre, integrando em termos mais vastos a Sub-Região do Alto Alentejo, na região das Planícies, em Portugal.

A sede do “Concelho”, a vila do Crato, nasceu sobre as ruínas de uma importante cidade, talvez cartaginesa. Conquistada aos muçulmanos por D. Afonso Henriques em 1160, foi doada por D. Sancho II à Ordem de Malta, convertendo-se em 1350 na sua sede, o que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Vila.

O castelo, de que subsistem alguns vestígios, foi edificado no século XIII, reconstruído dois séculos mais tarde e totalmente arrasado pelos exércitos de D. João da Áustria em 1662.

Atualmente, o “Concelho do Crato” é uma pequena vila alentejana, com uma superfície de 388 km² e uma população de 4.231 habitantes, constituída por seis freguesias: Aldeia da Mata, Crato, Flor da Rosa, Gáfete, Monte da Pedra e Vale do Peso.

O processo de integração de Portugal à Comunidade Européia criou novas perspectivas, e a Vila do Crato é hoje uma importante referência nacional quanto ao turismo, ao artesanato, à culinária e um testemunho concreto da bela história de nossa nação irmã.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, na mesma época em que finda o primeiro momento de apogeu do Crato português, por volta de 1660, portugueses e seus descendentes, vindos da Bahia e de Sergipe, chegam ao Cariri pelo riacho dos Porcos. Fixam-se em São José dos Cariris Novos, hoje Missão Velha, trazendo gado e, assim, inaugurando a civilização do couro.

Em 1730, a cultura do colonizador chegou aos nativos do Cariri por intermédio das missões fundadas pelos capuchinhos italianos do convento de Nossa Senhora da Penha, de Pernambuco, dos quais figurou como expoente Frei Carlos Maria de Ferrara, que, tendo recebido terras, doou-as aos índios.

Os religiosos organizaram aldeias indígenas para a catequese, as quais ficaram conhecidas como *Missões*, sendo a primeira instalada em Missão Velha. A primeira capela erigida no Cariri foi localizada no Município de Missão Velha e data de 1848.

O Cariri, de 1850 a 1860, passou por acentuada evolução com a chegada de ricos comerciantes da região de Icó, que somaram suas forças às já existentes no local e, dessa forma, contribuíram para a instalação de estabelecimentos comerciais, dando início ao processo de urbanização, especialmente no Município de Crato, que se transformaria no maior centro comercial da região.

Assim, o Cariri saía da economia puramente agro-pastoril para intensa atividade comercial, abrindo, então, novas perspectivas de progresso e desenvolvimento.

No entanto, ao longo da história, o Cariri foi aglutinando elementos constitutivos de sua importância e de sua especificidade como pólo do semi-árido. A estreita ligação do ambiente político e cultural do sul cearense com Recife tornou-se decisivo marco para a independência na tomada de iniciativas, muitas vezes, ousadas.

Em 1817, líderes caririenses uniram-se aos revolucionários pernambucanos e proclamaram, na Vila do Crato, a Independência do Brasil, inspirados na coragem de Bárbara de Alencar e de seus filhos José Martiniano e Tristão Gonçalves. Ainda em 1817, os caririenses forçaram a Província do Ceará a aderir à Confederação do Equador.

Em 1824, os caririenses proclamaram um governo republicano e, mais uma vez, marcharam em direção a Fortaleza, onde depuseram o Governo Temporário e conturbaram o ambiente político e administrativo da Província com seu ideário, claramente à frente de seu tempo.

Em 1831, quando D. Pedro I abdicou, houve uma sedição no Cariri, alcançando até Icó, sob a liderança de Pinto Madeira. Somente em 1834, com o fuzilamento desse líder caririense, voltou a haver paz na Província do Ceará.

Pouco depois, em 1846, o então Senador José Martiniano de Alencar apresentava projeto e orientações para a constituição de uma nova província, a Província do Cariri, tendo como pano de fundo as potencialidades regionais. Essa iniciativa voltou a ser promovida em duas outras oportunidades ao longo do século XIX.

Em 1872, o jovem sacerdote cratense Cícero Romão Batista solicitou ao Bispo do Ceará a constru-

ção do seminário regional. O Seminário São José em Crato constituiu-se no primeiro marco do sistema de ensino da região.

Foi ele o responsável pela formação de uma massa de intelectuais no Município e, de resto, na região, que possibilitou a implementação do sistema educacional que se completa no presente século, com a criação de colégios de 1º e 2º graus e da Faculdade de Filosofia do Crato.

Com a fundação do Ginásio Diocesano, em 1º de abril de 1916, a cidade do Crato, desde então, constituiu-se em centro cultural e educacional de grande influência no Ceará e nos Estados vizinhos.

O Crato passa a ser o centro de formação de uma elite acadêmica de sacerdotes, doutores, pedagogos, sociólogos, teólogos e políticos que alcançaram posição de destaque nos cenários local, regional e nacional.

Cabe, ainda, destacar a Universidade Regional do Vale do Cariri, a URCA, que prossegue nos dias atuais o trabalho antes desenvolvido pelo Ginásio Diocesano, como fonte de formação de nossa juventude.

Em todo o Nordeste, o Crato é reconhecido por suas tradições, seu modo civilizado de vida e a atração envolvente das quebradas da serra do Araripe, em cujas encostas se acomoda e se acolhe a nossa bela cidade.

Como disse um cronista, o Crato é alegre, acolhedor, camarada, intelectual e boêmio. Tudo isso emoldurado por atividades intelectuais que vão desde a Academia de Cordelistas até o Instituto Cultural do Cariri. O Coral Infantil, a Orquestra Lírica do Belmonte, formada por agricultores, a Banda Cabaçal, dos Irmãos Aniceto, a velha Banda de Música, a festa da exposição, os clubes serranos e, principalmente, a hospitalidade.

Antes de voltar a minha proposta inicial de fazer um contraponto entre o Crato português e o Crato brasileiro, permitam-me dizer de minha alegria em comentar a comemoração do aniversário do Instituto Cultural do Cariri.

Fundado em 1953, o Instituto é uma entidade que tem contribuído de forma séria e responsável para o desenvolvimento cultural de nossa Região. São 50 anos de serviços prestados ao Vale do Cariri.

A Revista ITAYTERA tem sido o veículo de divulgação do patrimônio cultural, artístico e histórico do Nordeste. Meus parabéns a todos que lutam pela preservação e proteção de nossa cultura, mediante as atividades do Instituto Cultural do Cariri.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, permitam-me regressar à iniciativa de propor um contraponto entre as duas cidades homônimas.

Enquanto o Crato português tem apenas 388 km² e uma população de 4.231 habitantes, no Cariri, o Município de Crato tem uma população de 104 mil habitantes, distribuídos em 1.117 km².

O Município é dividido em onze distritos: Lameiro, Dom Quintino, Santa Fé, Das Palmeiras, Bela Vista, Belmonte, Campo Alegre, Santa Rosa, Monte Alverne, Muriti, e Ponta da Serra.

O Crato alentejano tem 11 habitantes por quilômetro quadrado e o Crato caririense abriga 93 habitantes por quilômetro quadrado. Enquanto os irmãos portugueses contam com um momento favorável criado pela integração européia, com grande dinamismo no turismo e em atividades afins, os nossos conterrâneos do Crato caririense se indagam quanto ao futuro, suas perspectivas.

No Cariri, as mães e os pais se indagam quanto às possibilidades futuras de emprego para os filhos. A juventude pergunta quanto às possibilidades de sua inserção na construção de uma Nação mais justa, mais desenvolvida, mais produtiva e competitiva.

A comemoração dos 150 anos do Crato é um bom momento para a reflexão: como construir um rumo seguro e viável para o Vale do Cariri. A longa trajetória do Crato lusitano nos ensina que a vida das cidades pode ter altos e baixos. Certamente há otimismo no Cariri, mas há, também, incerteza e apreensão quanto ao futuro.

Como Senador nascido no Vale do Cariri, reafirmo meu compromisso com a construção de um futuro melhor. Nesse sentido, coordenei a elaboração de um documento preliminar de proposta de criação da Universidade Federal do Cariri.

Esse documento se encontra em análise no Ministério da Educação e estou aguardando uma reunião com o Senador e Ministro Cristovam Buarque para acertar um plano de ação com o objetivo de dotar o Cariri com mais um instrumento de criação e construção de um futuro mais promissor.

Minha proposta consiste em aglutinar as entidades federais de ensino superior existentes no Cariri, ou seja, a Faculdade de Medicina de Barbalha, o Centro Federal de Educação Tecnológica e a Escola Agrotécnica Federal.

O estudo elaborado comprova que a Universidade Federal do Cariri precisa ser criada de imediato, para o que concorre, de forma providencial, a existência, em Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, das cita-

das estruturas federais na área da educação superior que poderão ser administrativamente unificadas, de forma a racionalizar e viabilizar o investimento público.

Dessa unificação e federalização resultariam maior eficiência na gestão pública e maior capacidade de atenção às demandas de nossa juventude.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, comemo-ro o aniversário do Crato caririense reafirmando meu compromisso com o Cariri e me comprometendo em seguir na luta em defesa de seus interesses e objetivos. Em especial, prosseguirei na luta pela criação e implantação da Universidade Federal do Cariri.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas por seis minutos, tendo em vista que o prazo regimental para o encerramento da sessão se esgota às 13 horas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eurípedes Camargo, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito este momento que me está sendo concedido para trazer os parabéns e os cumprimentos pelo aniversário do nosso Vice-Presidente da República e ex-Senador, hoje Presidente em exercício, José Alencar, pelas 72 primaveras que completa na data de hoje. Em nome de todos os mineiros e, tenho certeza, de todos os brasileiros, trazemos à tribuna desta Casa os parabéns ao nosso grande Presidente em exercício, José Alencar.

Sr. Presidente, faço uso da palavra para fazer uma reflexão sobre os números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em cidades de Minas Gerais, já que esse assunto está relacionado aos profissionais médicos, homenageados na manhã de hoje. Esses números foram divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. E como Senador por Minas Gerais, fiquei muito preocupado ao tomar conhecimento desses números no norte do meu Estado. A pesquisa, que representa a evolução do IDH, entre 1991 e 2000, em todo o Brasil, constatou progressos nos indicadores sociais do País analisados em sua totalidade. Por outro lado, em 23 dos 27 Estados brasileiros, a desigualdade de renda aumentou, e aumentou muito, Senador Sibá Machado.

Para o Estado de Minas Geais, o estudo traz, ao mesmo tempo, sinais positivos e confirmações preocupantes, revelando um verdadeiro abismo social entre o sul e o norte do Estado. Entre as constatações dignas

de comemoração, inclui-se o fato de Minas Gerais se desenvolver em ritmo mais acelerado que o País.

Ocupando a nona colocação entre os Estados com maior índice de desenvolvimento, entre 1991 a 2000, Minas Gerais reduziu em 25% a distância entre o seu índice e o índice máximo registrado no País, justamente, aqui, no Distrito Federal.

Houve, nos Municípios do Estado, uma melhoria sensível no nível de escolaridade da população, ampliação de serviços de água encanada e energia elétrica. Esses avanços, entretanto, não foram suficientes para solucionar a desigualdade de renda. Ao contrário, a diferença dos níveis sociais entre a parte rica e a parte pobre do Estado cresceu e atingiu níveis alarmantes. Entre os dez Municípios mineiros de melhor índice, sete se concentram no sul e no Triângulo Mineiro. Já os dez com piores índices, todos estão no norte/nordeste do Estado. Sou cidadão triangulino, mas a posição que ocupo, o cargo de Senador por Minas Gerais, não me permite fechar os olhos para as carências de outras regiões do Estado.

Essa diferença tem origens históricas, mas os números atuais sinalizam mais do que nunca a necessidade de implantar ações para diminuir esse abismo. Todas as regiões do Estado ainda precisam de investimentos, e muitos, mas o norte mineiro carece, sem nenhuma dúvida, de atenção especial por parte do Governo do Estado e do Governo Federal.

A situação na região é dramática em muito locais. Setubinha, no Vale do Mucuri, Município com pior índice de desenvolvimento humano do Estado, tem um total de 1.939 de domicílios e apenas 390 estão ligados à rede de água. Quem precisa de atendimento médico tem de recorrer a um único posto de saúde, onde trabalha apenas um médico.

Em Monte Formoso, segunda pior cidade em IDH do Estado, menos da metade de seus 4.441 habitantes é alfabetizada e apenas 105 casas possuem banheiro ou sanitário ligados à rede de esgoto. Na terceira posição, Sr. Presidente, aparece o Município de Indaiabira, Município do meu Estado que ainda não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente. Tenho informação de que lá menos da metade da população têm emprego e menos da metade também sabe ler e escrever.

Em comum, todos esses Municípios têm o fato de pelo menos 80% de suas receitas serem provenientes de repasses do FPM – Fundo de Participação dos Municípios – ou de alguma receita estadual. Se até as cidades mais ricas sentiram nos últimos meses os efeitos das reduções das verbas

do Fundo de Participação, imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Senadores, a penúria das prefeituras do norte de Minas Gerais.

Um fator complicador para os Municípios pobres do meu Estado é que muito deles foram emancipados há pouco tempo, em média dez anos, sem a menor condição viável de sustentação.

Mas, neste momento, não cabem lamentações. O meu objetivo com este pronunciamento é apontar aspectos claros que justifiquem a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento e recuperação para o norte de Minas, incluindo o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Essas regiões de Minas Gerais não perdem em nada para as áreas carentes do Norte e do Nordeste brasileiro, não podendo ser esquecidas, por exemplo, no Fundo de Desenvolvimento Regional, a ser aprovado nesta Casa na reforma tributária.

Sr. Presidente, em função de matéria publicada pelo jornal **O Globo**, antes de vir aqui fazer este pronunciamento, visitei pessoalmente o Relator da reforma tributária e constatei que a posição divulgada não é a do Senador Romero Jucá. Isso traz um pouco de alento e de segurança, tenho certeza, para mim, para o Senador Helio Costa, para o Senador Eduardo Azeredo, para o Governador de Minas Gerais, para todos os Parlamentares do meu Estado e, mais ainda, para a população que precisa ter essa região incluída no desenvolvimento regional e sustentável.

Tenho certeza de que os meus nobres colegas, nordestinos em sua maioria, serão sensíveis a esta bandeira da Bancada de Minas Gerais, compreendendo que o norte de Minas e o sertão nordestino são protagonistas de uma mesma luta. Nunca é demais reforçar isso, diante das provas inequívocas de miséria nas regiões aqui citadas.

Espero, Sr. Presidente, que, ao aprovar um projeto de reforma tributária "estruturante", para usar um termo da moda, possamos fazer a nossa parte para que o desenvolvimento regional alardeado pelo Governo Lula como uma de suas prioridades não fique apenas nos discursos e promessas. Vontade política o Presidente indiscutivelmente a tem. Nós também temos.

Definir a criação de um fundo viável, transparente e protegido dos contingenciamentos é o nosso grande desafio. Tudo isso de forma que nenhum dos bolsões de pobreza do País deixe de ser contemplado.

É isso o que a população sofrida do norte e do nordeste de Minas Gerais espera de nós, Parlamen-

tares, e também do Governo Lula, assim como esperam outras comunidades carentes representadas nesta Casa. Quem sabe, daqui a 10 anos, um novo estudo de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no País revele uma significativa redução da desigualdade de renda. Se isso acontecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seremos lembrados entre aqueles que ajudaram a desenvolver o Brasil e a tão almejada justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Prorrogo a sessão por 5 minutos para ouvirmos o último orador inscrito, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a tolerância da Presidência. Sei que o tempo já terminou e cumprirei o meu compromisso de ficar exatamente nos cinco minutos. Pretendo, na segunda-feira, usar a tribuna para tratar do mesmo assunto.

Sr. Presidente, gostaria de aqui fazer uma singela homenagem à Fundação Banco do Brasil e à Fundação Getúlio Vargas pelo brilhante trabalho **Retratos da Deficiência no Brasil**, feito pelo professor Marcelo Nelli, com colaboração de Alexandre Pinto, Vagner Soares e Eça Costila, que apresenta um estudo detalhado da situação dos 24,5 milhões de pessoas portadoras de deficiência no nosso País. A maioria é portadora de deficiência visual, tem mais de 60 anos de idade e não era deficiente quando jovem. Portanto, há uma tendência natural de, com o avanço da idade, surgirem deficiências por um motivo ou outro.

Senador Mão Santa, ouvi o brilhante pronunciamento que fez hoje em homenagem aos médicos. O Estado de V. Ex^a. e outros Estados são citados. Não que seja um dado negativo para o Piauí, mas uma constatação da necessidade de investir mais nessa área em todos os Estados. Neste documento, muito bem elaborado, que todos vamos usar – e faço questão que todos os Senadores recebam uma cópia –, verificamos que principalmente nos Estados do Norte e do Nordeste está o maior número de pessoas com deficiência. São Paulo tem o menor número.

Sr. Presidente, não quero usar mais tempo do que o combinado, mas faço questão de elogiar todos aqueles que trabalharam na elaboração deste documento, que aponta que à medida que a velhice avança surgem doenças como hipertensão, diabetes, Mal de Alzheimer e osteoporose. Daí o acerto da aprovação do Estatuto do Idoso. Analogamente, temos que aprovar o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, também de minha autoria. Estou convencido de que o Senador Flávio Arns e o Deputado Eduardo

Barbosa, Relator da matéria na Câmara, trabalharão celeremente para que possamos aprová-lo o mais rápido possível.

Citei o seu Estado, Senador Mão Santa, em uma homenagem a V. Ex^a, um lutador pelas causas do povo; sou testemunha do seu trabalho nesta Casa, V. Ex^a que é um legítimo representante do povo do Piauí e usa a tribuna praticamente todos os dias para defender os interesses do povo brasileiro, mas particularmente do seu Estado.

Os oito Estados com os maiores índices de pessoas com deficiências são do Nordeste. Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco registram o maior número de casos. São Paulo tem o menor índice. Por isso, os investimentos do Governo Federal, no meu entendimento, para os que estão preocupados com a distribuição de renda, com a igualdade de fato, têm que ser feitos principalmente nos Estados mais necessitados.

Sr. Presidente, para ilustrar, eu poderia acrescentar que cerca de 27% das pessoas com deficiência não têm nenhum nível de instrução, número bastante próximo da realidade nacional, que hoje está em torno de 25%.

Com relação ao mercado de trabalho para o portador de deficiência, o quadro também não é animador. Segundo a pesquisa, somente 2% dos deficientes estão no mercado formal; outros 30% já estão aposentados por grau de insuficiência, ou seja, por serem deficientes.

Sr. Presidente, para ficar dentro do combinado, voltarei em outra oportunidade para aprofundar o debate dessa questão e fortalecer o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Agradeço a todos os funcionários pela tolerância, e à Presidência, por conceder-me, em vez de cinco, dez minutos.

Obrigado a todos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.)- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Banco do Brasil tornaram público na tarde de ontem a pesquisa “Retratos da Deficiência no Brasil”, na qual a parceria das duas instituições apresenta uma fotografia sem retoques sobre quem são, onde moram e o que fazem os 24,5 milhões de brasileiros - ou 14,5% da nossa população - que portam algum tipo de deficiência.

Para nossa alegria, identificamos na pesquisa, elaborada pelo Centro de Políticas Sórias da Fundação Getúlio Vargas, uma feliz convergência entre o diagnóstico apresentado e o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, projeto de minha autoria que se revela verdadeiro receituário para o encaminhamento das questões levantadas.

A situação apontada na pesquisa confirma a necessidade de introdução no ordenamento jurídico brasileiro de uma lei que defina claramente os seus direitos, como se propõe o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, em tramitação nesta Casa.

O Estatuto se destina a assegurar a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas que apresentam limitação em suas atividades devido à sua deficiência.

Para isso, estimula o desenvolvimento de ações que assegurem a plena inclusão das pessoas com deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

A pesquisa, que tem por objetivo subsidiar políticas e ações dos setores públicos, privados e da sociedade civil que levem o restante da população a compreender que os portadores de deficiência precisam satisfazer suas necessidades, apesar das suas limitações físicas, vem portanto ao encontro dos propósitos do Estatuto.

A conclusão da pesquisa mostra que a exclusão social vivida pelo deficiente é muito forte, sua renda é menor e o nível de escolaridade está abaixo da média.

A situação ainda é pior para cerca de cinco milhões de pessoas, com limitações mais severas, chamadas no estudo de “pessoas perceptoras de incapacidade (PPIs)” - com pelo menos alguma incapacidade de andar, ouvir, enxergar e os deficientes mentais.

Quase a metade dessas pessoas (43%) vive abaixo da linha da pobreza, sobrevivendo com menos de um salário mínimo por mês.

A pesquisa mostrou também que a deficiência tem um componente social muito forte. Os números da deficiência estão ligados diretamente ao nível de renda da população. Quanto maior a renda menor o número de pessoas portadoras de deficiência.

Os oito estados que lideram as taxas de pessoas com deficiência são da região Nordeste. Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco registram o maior número de casos de pessoas portadoras de deficiência.

Já São Paulo fica no outro lado da lista, sendo o estado que possui o menor número de deficientes.

A deficiência muitas vezes acontece por falta de condições de higiene, de acesso à educação, saúde.

Cerca de 27% das pessoas com deficiência não tem nenhum nível de instrução, número bastante próximo da realidade brasileira, que hoje está em torno de 25%.

Com relação ao mercado de trabalho para o portador de deficiência, o quadro também não é nada animador.

Segundo a pesquisa, somente 2% dos deficientes estão no mercado formal. Outros 30% já estão aposentados, pela idade ou grau de deficiência. O restante está no mercado informal ganhando bem abaixo da renda.

Os trabalhadores formais com o mesmo grau de escolaridade dos outros trabalhadores recebem cerca de R\$100 reais a menos que aqueles que não têm deficiência e exercem a mesma função.

Mas o principal fator que gera a deficiência é a falta de assistência na gravidez. Essa precária assistência à gestante é responsável por 16,8% dos casos, seguido de problemas genéticos, com 16,6%.

Quanto às causas externas, a violência, os acidentes de trabalho e de trânsito são os principais vilões. Há ainda pessoas que adquirem a deficiência por causa do alcoolismo e o uso de drogas.

De acordo com a pesquisa, 30% das pessoas portadoras de deficiência têm mais de 60 anos. O envelhecimento na população brasileira cria também um novo tipo de deficiência, provocado por doenças degenerativas ou da velhice, como hipertensão, diabetes, mal Alzheimer, osteoporose e outros males.

Isso mostra como a deficiência pode ser adquirida ao longo da vida. Ou que qualquer um de nós está sujeito a ser também portador de deficiência em qualquer momento da vida.

O Estatuto vai se constituir em importante ferramenta para se enfrentar todos esses problemas.

Por exemplo, garante acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência acompanhada pelas pessoas e animais que lhe servem de apoio, portando os produtos que utiliza como ajudas técnicas, em todos os ambientes de uso coletivo.

Estabelece que os edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, deverão prever acesso à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Estatuto viabiliza a participação das pessoas com deficiência em todas as fases de implantação

das políticas públicas e fomenta a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

Cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Centros de Biologia Genética como referência para a informação e prevenção de deficiências.

O Estatuto torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar de pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino regular, assim como o oferecimento de educação especial ao deficiente internado em hospitais por prazo igual ou superior a um ano.

As empresas com 100 empregados ou mais ficam obrigadas a preencher seus cargos com dois a cinco por cento de portadores de deficiência. E a dispensa de empregado deficiente somente poderá ocorrer depois da contratação de substituto em condições semelhantes.

O Estatuto também considera crime punível com reclusão de um a quatro anos qualquer forma de discriminação como recusar matrícula em estabelecimento educacional, dificultar acesso a cargo público, negar trabalho ou assistência médica a portador de deficiência.

Mas ao mesmo tempo em que proponho um Estatuto para garantir ao portador de deficiência o direito de cidadania que lhe é devido por toda a sociedade, vejo com alegria algumas iniciativas de inclusão social dos deficientes.

Como exemplo cito a iniciativa da Bunge Alimentos, que lá no Rio Grande do Sul desenvolveu um tipo de embalagem para seus produtos alimentícios com inscrições em Braille, direcionada aos portadores de deficiência visual.

Ou a aprovação, esta semana, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, de projeto de lei que garante ao portador de deficiência visual o ingresso em qualquer ambiente coletivo em companhia do seu cão-guia.

Esses são exemplos de demandas requeridas por portadores de deficiência visual, apontadas pela pesquisa e igualmente contempladas no Estatuto.

Como se vê, o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência está em perfeita sintonia com o diagnóstico apresentado pela pesquisa desenvolvida em parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Banco do Brasil.

Trata-se de um projeto de lei abrangente, moderno e sobretudo oportuno para a necessidade que temos de assegurar a integração e a inclusão social e

o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas que apresentam limitação em suas atividades devido à sua deficiência.

Certamente se transformará em lei que dará aos portadores de deficiência o mesmo status de proteção social que já têm com seus respectivos códigos os consumidores, as crianças e os adolescentes, e agora também os idosos, com a recente transformação em lei do Estatuto do Idoso, também de minha autoria.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 966, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 065, de 2003 que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em de outubro de 2003. –
Aloísio Mercadante – Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – De acordo com o disposto no art. 340, inciso III, do Regimento Interno, esse requerimento figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte

Of. nº CE/070/2003

Brasília, 16 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Pedro Simon, que “Institui o ano de 2005 como o “Ano de Defesa da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira”.

Atenciosamente, Senador **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Efraim Morais, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra e Paulo Octávio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos meses, todos nós brasileiros ficamos apreensivos com a grave crise econômica que tomou conta de nosso País. As autoridades compreenderam que combater a inflação era uma exigência inadiável já nos primeiros meses do novo governo. A partir da constatação de que o monstro inflacionário está sob controle, o atual governo tem tomado algumas medidas para assegurar que o País volte a trilhar o caminho do crescimento econômico.

Houve, por exemplo, duas reduções consecutivas da Taxa Selic. Tal notícia, porém, já é do conhecimento de todos. Gostaria, nesta oportunidade, de comentar e enaltecer outras iniciativas, menos conhecidas, visando a possibilitar que o Brasil volte a crescer.

No último mês de julho, o Governo Federal, sem pompa nem circunstância, tomou aquela que me parece uma das mais importantes iniciativas para estimular a atividade econômica do País e assegurar um ciclo de crescimento longo e duradouro.

Trata-se da liberação de 5 bilhões e 250 milhões de reais de recursos do FAT – o Fundo de Amparo ao Trabalhador, anunciada pelo Ministério do Trabalho em 10 de julho último. A liberação faz parte de um conjunto de medidas apelidado pelo próprio Ministério como “pacote do emprego”. O Ministério do Trabalho estima que serão criados 195 mil novos empregos com o dinheiro então liberado.

Nas palavras de Jaques Wagner, Ministro do Trabalho, “Ultrapassada a tempestade inicial de reorganização da economia brasileira, o governo vem fazendo um esforço para a geração de emprego e renda através do crescimento econômico”.

O ministro disse, ainda, que “dinheiro do FAT não é para ficar parado em banco”. Ele, com muita sensatez, afirmou que a tarefa essencial do FAT é a de justamente gerar emprego e renda.

Sempre é importante lembrar que os recursos do FAT têm duas funções principais. A primeira, todos sabemos, é o pagamento do benefício do seguro-desemprego. A segunda, menos conhecida, mas tão importante quanto a outra, é assegurar recursos para os programas de geração de renda e emprego.

Tais programas são voltados, em sua maioria, para micro e pequenas empresas, cooperativas e para aqueles que se encontram na informalidade. Os recursos são geridos por bancos oficiais, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Além desses programas voltados para micro e pequenas empresas, o FAT financia programas destinados a setores estratégicos, tais como obras voltadas para a melhoria da infra-estrutura do País, ou para apoiar pólos de desenvolvimento na região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

Esses recursos ora liberados se coadunam, pois, com os objetivos do FAT de gerar emprego e renda. Esses recursos de 5 bilhões e 250 milhões de reais irão para vários projetos de grande importância para o Brasil e para o bem-estar de nossa gente. Desse, gostaria de citar seis, que me parecem merecedores de maior atenção.

O primeiro deles é o Proger Urbano. Reestruturado, financiará investimento e proverá capital de giro para empresas que faturem até 5 milhões de reais por ano. Estão disponíveis 1 bilhão e 100 milhões de reais para esse projeto.

O segundo é a liberação de 600 milhões de reais para financiar a compra de material de construção. O público atendido será composto por pessoas físicas, principalmente de baixa renda. O financiamento está limitado a 17 mil e 500 reais, com prazo máximo de 96 meses e juros entre 2,78% e 3,03% ao mês, ou seja, abaixo do valor cobrado pelo mercado.

O terceiro, importantíssimo, é o Programa Primeiro Emprego, destinado para jovens empreendedores, sem exigência de garantias reais. O valor destinado é de 100 milhões de reais. Esse programa é especialmente importante por duas razões: a primeira é ajudar aos milhões que cada ano ingressam no mercado de trabalho. A segunda é que aproveita a oportunidade de transformar a criatividade de milhares de jovens brasileiros em renda.

O quarto programa é o FAT-Fomentar, uma linha de crédito para pequenas empresas, a fim de financiar máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, bem como projetos de implantação ou expansão de empresas. 1 bilhão de reais foram destinados para isso.

O quinto programa é o FAT-Exportar. É um programa de 1 bilhão e meio de reais, para incentivar exportações, com criação de linha de financiamento. Também é voltado para micro, pequenas e médias empresas.

O sexto programa é o Proger Exportação. Esse programa, no valor de 200 milhões de reais, visa a financiar as exportações de empresas com faturamento bruto anual de no máximo 5 milhões de reais.

Os agentes financeiros desses programas serão BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos sabemos que o Brasil tem atravessado, ao longo dos últimos vinte anos, momentos difíceis. Apesar do pessimismo que muitas vezes toma conta de nós, nunca deixei de acreditar na bravura e na força de nossa gente. Temos um povo criativo, trabalhador e inteligente. Muitas vezes, infelizmente, falta aquele empurrão na forma de dinheiro capaz de alavancar o futuro de nosso País. Essas verbas do FAT, ora liberadas pelo Governo, são justamente esse motor para fazer com que o País siga adiante. Com medidas como essas, é possível vislumbrar um dia em que o desemprego não seja mais um fantasma a assustar o nosso povo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me honrado em poder homenagear, deste plenário do Senado Federal, todos os professores de nosso Brasil.

Como poderíamos não ser gratos aos professores que nos conduziram pelos primeiros caminhos do conhecimento, desvendando-nos o mundo mágico do alfabeto, da leitura? Ou o comportamento misterioso dos números, que depois se deixa revelar em toda sua clareza, como dois e dois são quatro?

Em nosso País, Sr. Presidente, no alvorecer do século XXI, ainda há muitos concidadãos que não tiveram professores para ensinar-lhes as primeiras letras e as operações aritméticas fundamentais. Esses homens e mulheres, brasileiros como nós, não podem, infelizmente, desenvolver o magnífico potencial intelectual que receberam, tal qual uma centelha divi-

na; nem tampouco ter pleno acesso a seus direitos e deveres de cidadania. Sabemos que essa situação precisa mudar, com urgência.

Dos rústicos bancos escolares das cidades pobres aos anfiteatros ou laboratórios das universidades, ali sempre estará um professor ou uma professora, pronto a partilhar seus conhecimentos, a orientar os alunos em suas dúvidas, a estimulá-los a aprender mais e, inclusive, a aprender a estudar sozinhos, conquistando, a cada passo, maior autonomia.

Nada substitui, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença de um professor, à frente ou ao lado de seus alunos. Surgem métodos e tecnologias as mais avançadas de auto-aprendizagem, como as inúmeras que são hoje associadas ao computador, mas nenhuma delas se mostra tão eficaz e completa como uma professora, um professor, que querem que seus alunos aprendam e estão ali para interagir e dialogar com eles.

Por essas e por tantas outras razões, que não tenho tempo aqui para expor, mas de que todos nós temos alguma noção, sabemos o quanto são essenciais os professores para o desenvolvimento de nossas crianças e jovens e adultos. Para o desenvolvimento intelectual, sim, mas também essenciais para o desenvolvimento econômico da Nação, que se mostra cada vez mais dependente do nível e qualidade da instrução dos seus trabalhadores. E ainda, muito significativamente, para o desenvolvimento ético e espiritual, de valores e atitudes elevadas e resolutas diante da vida, que já estão implicadas na simples vontade de querer aprender e querer ensinar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, consideremos o Brasil real onde se desenvolvem as atividades docentes de nossos mais de 2 milhões de professores. Podemos imaginar as precárias condições das salas de aula do sertão de minha Paraíba ou de uma pequena cidade ribeirinha, quase sumida na imensa Amazônia. Mas sabemos também das dificuldades por que passam os professores das universidades federais, com salários incompatíveis com a importância e a complexidade de suas funções, com condições pouco estimulantes para desenvolver suas atividades de ensino e pesquisa.

A plana realidade é que nosso País não tem sabido valorizar essa categoria como lhe é devido. Há sempre uma boa dose de vocação e de abnegação no verdadeiro professor. Mas é a própria sociedade, somos todos nós que perdemos, ao não garantirmos aos professores condições mais justas de retribuição

salarial; condições propícias ao desenvolvimento da atividade docente; condições e estímulos para o seu aperfeiçoamento permanente.

Não devemos deixar de louvar iniciativas já não tão recentes, como a implementação, em 1998, do Fundef – Fundo da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que muito contribuiu para elevar o baixíssimo patamar dos salários dos professores do ensino fundamental da rede pública.

Mas há quanto tempo os professores brasileiros não recebem uma boa notícia, não são compensados por suas tarefas cada vez mais exaustivas, ou sequer vêem alargar-se as perspectivas de melhores dias?

Dentre as atividades que pude exercer, Sr^{as} e Senhores Senadores, uma das de que mais me orgulho é, sem dúvida, a de ter sido professor, professor de matemática. Ao ensinar, também aprendemos, e uma lição de que não pude me esquecer na vida é que a função do professor é de grande responsabilidade e de grande significado social.

Por tais razões, Sr. Presidente, homenageio, com sincero e profundo sentimento, os professores brasileiros em seu dia, conclamando a sociedade e, particularmente, todos aqueles com poder de decisão a valorizá-los tal como eles merecem.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT . Sem apanhamento taquigráfico.) -

INTENÇÃO DE COMPRA EM BAIXA

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Maioria não gastará nada neste Natal”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 de outubro do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos Anais do Senado, mostra resultado de pesquisa realizada pelo Programa de Administração de Varejo-PROVAR da FIA/USP, que revela que a intenção de compra do paulistano nunca esteve em patamar tão baixo, atingindo o pior resultado desde que o levantamento começou a ser feito pela entidade, há quatro anos.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

17/10/2003

JORNAL

FOLHA DE S. PAULO

DIA

02

MÊS/ANO

Outubro/2003

EDITORIA

DINHEIRO

CADERNO

B

PAGINA

28

CONSUMO *Intenção de compra do paulistano nunca esteve tão baixa, diz pesquisa*

Maioria não gastará nada neste Natal

ADRIANA MATTOS

DA REPORTAGEM LOCAL

Nem a queda na taxa de juros ajudou, nem o pacote do governo para a desova de eletrônicos. Pesquisa obtida pela *Folha* — e que deve ser divulgada hoje pelo Provar (Programa de Administração de Varejo) da FIA/USP (Fundação Instituto de Administração) — revela que a intenção de compra do paulistano nunca esteve em patamar tão baixo. Atingiu agora o pior resultado desde que o levantamento começou a ser feito pela entidade, há quatro anos.

O estudo, com mais de 400 pessoas, mostra que 55,4% dos paulistanos afirmam que não pretendem compra nada de outubro a dezembro — incluindo, portanto, o Natal. Em igual período do ano passado, 27,5% dos consumidores diziam o mesmo.

Até então, o pior índice havia sido registrado em 2000, quando um entre cada quatro pessoas não mostrava disposição para botar a mão no bolso.

Realizado na capital paulista, o levantamento englobou consumidores que recebem salários de R\$ 390 a R\$ 1.950 por mês. Ou seja, inclui a chamada classe média que, segundo critérios do Ibope, é aquela que ganha acima de quatro salários mínimos ao mês.

Economistas da entidade informam, no estudo, que eram esperados resultados melhores. Para Marcos Gouvêa de Souza, sócio-diretor da Gouvêa de Souza MD, uma mudança nesse cenário pode ser esperada num curto prazo. “O consumidor tem agido de forma extremamente racional, mas com esse movimento de ‘limpeza’ de seu nome na praça, com o pagamento de dívidas, ele deve voltar à loja em dezembro”, afirma.

Há cinco trimestres consecutivos há um crescimento no número de pessoas que dizem evitar ir às compras em São Paulo, Estado responsável por 40% do volume de negócios nas áreas de comércio e serviços no país, informa a Fecomercio SP.

Isso porque, desde outubro de 2002, o percentual de consumidores que não pretende abrir a carteira apenas cresce.

Ao mesmo tempo, quem tem gastos planejados reduziu as estimativas de volume a ser dispensado na futura compra. A queda foi brutal. No caso de material de construção, no final de 2002 o consumidor pretendia gastar, em média, R\$ 4,8 mil. Para este ano, a média despencou: R\$ 670.

O mesmo ocorreu com outros segmentos, como o automobilístico — num momento de colher resultados com a queda na alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Nesse setor, a intenção de gastos caiu de R\$ 16.438 para R\$ 10.346. No caso

dos eletrônicos, também houve redução (veja quadro).

Há cerca de duas semanas, o governo anunciou um pacote de R\$ 400 milhões para compra de eletrodomésticos.

Mesmo que as previsões de gastos se mostrem discretas, as grandes lojas fazem estimativas de expansão nas vendas. Casas Bahia, por exemplo, espera aumento de 20% nas vendas no Natal. “É preciso ter cautela. Falar em crescimento real na venda ainda é complicado”, diz o consultor Antonio Ascar.

Até agosto, houve queda de 0,05% nas vendas do comércio paulista em relação a 2002.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

GRAÇAS À FHC

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para comentar um aspecto relevante da economia brasileira, com base em artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 27 de agosto do corrente.

Ao solicitar que o artigo intitulado “Celular ultrapassa telefone fixo no país” seja inserido nos Anais do Senado Federal, destaco que está na hora de o governo tirar a máscara e parar de falar que está “fazendo e acontecendo”.

O artigo mostra que o telefone celular ultrapassou o telefone fixo, mas todos sabem que esse fato se deve à quebra de monopólio na era FHC e ao mérito do Governo atual.

O texto, que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

COMUNICAÇÕES *Mudança deve ocorrer no final do mês, segundo Anatel; pré-pago responde por 80% dos aparelhos móveis*

Celular ultrapassa telefone fixo no país

GUILHERME BARROS
EDITOR DO FOLHA S.A.

Agosto de 2003 irá ficar marcado para a história da telefonia no Brasil. Será neste mês que o número de usuários de telefones celulares irá ultrapassar o de telefones fixos em funcionamento, um mês antes da previsão da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Segundo o presidente da Anatel, Luiz Guilherme Schymura, essa já é uma realidade no mundo inteiro, que agora chega ao Brasil. De acordo com previsões da Anatel, ao final de agosto deverá haver cerca de 39,3 milhões de celulares em uso, enquanto o total de telefones fixos em serviço continuará na casa dos 39,1 milhões.

O Brasil, a quinta maior planta de telefonia do mundo, terá, a partir de agosto, cerca de 23 telefones móveis para cada cem habitantes.

Em julho, de acordo com a Anatel, o total de telefones móveis em uso no país era de 38,82 milhões, e o de fixos, 39,062 milhões. O número de celulares tem aumentado em cerca de 500 mil por mês.

Nessa comparação com os celulares não estão incluídos os cerca de 10 milhões de telefones fixos inativos (linhas instaladas que não estão em uso). Esses telefones foram instalados logo após a privatização da telefonia, em razão da perspectiva de um crescimento da economia maior do que a que se verificou no país. “Hoje, esses telefones constituem uma reserva técnica”, diz Schymura.

Apesar de o avanço da telefonia móvel ser uma tendência mundial, no Brasil esse fenômeno se deu por alguns motivos específicos. O principal fator que ajudou a impulsionar o crescimento do celular foi a introdução do celular pré-pago.

De acordo com Schymura, qua-

país são pré-pagos. Nos outros países do mundo, como na Europa, onde também existe o pré-pago, a proporção é muito menor.

No Brasil, a Anatel constatou que muitas pessoas usam o pré-pago para serviços de rua, como de marceneiro, electricista ou pedreiro. Isso explica, por exemplo, o fato de 7,8% dos domicílios no Brasil terem o celular e não o telefone fixo, segundo os números da Pnad (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio).

O telefone celular pré-pago se tornou uma grande opção para a população pelo fato de ser muito barato. Uma pessoa pode manter um pré-pago por R\$ 5 por mês só para receber chamadas, enquanto a assinatura do fixo está no mínimo em R\$ 30, sem o aumento de 25% defendido pela Anatel e que está sub judice. Para Schymura, a tendência é que, a partir de agora, o número de celulares se distancie cada vez mais do número de telefones fixos.

O presidente da Anatel não atribui apenas ao pré-pago o crescimento do número de celulares no país. A competição entre as operadoras de telefonia móvel é outro fator determinante. Com a entrada da TIM e da Oi no mercado, os preços dos celulares têm caído significativamente.

Não só essas novas empresas têm feito promoções frequentes de preços. As já consolidadas, como o caso da Vivo, também estão se adequando a esse mercado. Muitos analistas acham até arriscada para as empresas essa concorrência. “A competição é sempre salutar”, discorda Schymura.

O presidente da Anatel lembra que, quando o celular chegou ao Brasil, no início dos anos 90, era analógico, funcionava com muita deficiência, pesava muito e custava US\$ 1.000. Hoje, são aparelhos digitais sofisticados, com visor colorido, velocidade muito maior,

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Brasília realiza desde ontem, com encerramento previsto para o dia 18 a Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente do Distrito Federal. Em função disso é que venho a esta tribuna para registrar tão relevante iniciativa que me é particularmente cara em função do meu trabalho parlamentar desde o meu primeiro mandato como Deputado Federal e pelo fato de que, agora, nesta Casa, tenho desenvolvido ações e projetos que dizem respeito diretamente à defesa ambiental de Brasília e da manutenção dos níveis de qualidade de vida neste exíguo quadrilátero do Distrito Federal.

Brasília tem incrustrado em sua história fato pouco conhecido: o pioneirismo no que diz respeito à preocupação com a preservação ambiental. E é bom que se registre isso. Há 31 anos, em 1972 realizava-se a Conferência do Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, mais conhecida por Conferência de Estocolmo. Esse evento marcou a Humanidade, passando a sociedade do século XX a se preocupar com a sua relação com a Natureza, a perceber seus limites e que o conjunto de seus bens era finito.

Pois bem. Em 1969, três anos antes da Conferência de Estocolmo a Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB, nome de origem, Companhia de Água e Esgotos de Brasília, já previa em seus estatutos a responsabilidade do controle da poluição das águas, que persiste até hoje.

A consciência ambiental emanada das discussões da Conferência de Estocolmo se espalhou pelo mundo afora com o surgimento do Movimento Verde, depois com as grandes ONGs Ambientais – Greenpeace, Friends of the Earth, Conservation International, acompanhando o Wild World Fund - WWF, sediado na Suíça — e, na área política, o Partido Verde, principalmente na Alemanha, Estados Unidos, França, Escandinávia, e Inglaterra. Na antiga União Soviética esse movimento foi abafado, fazendo com que os países integrantes do antigo Bloco Comunista tenham hoje um passivo ambiental enorme.

No Brasil, o Movimento Verde teve resposta oficial com a presença da nossa delegação na Conferência de Estocolmo e com a criação, em 1975, da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, vinculada ao então Ministério do Interior. A SEMA foi a grande responsável por colocar na consciência nacional a questão ambiental.

Nesse período, formulou-se a Política Nacional de Meio Ambiente, consubstanciada na Lei nº 6.938, de 1981, que prevê um Sistema Nacional de Meio

Ambiente, com a SEMA, órgãos estaduais e municipais e conselhos, nos três níveis de governo.

Foi aberto espaço para a sociedade civil e para o setor produtivo. E a SEMA foi responsável pela primeira ação na área litorânea com o Projeto BRA/82/010 – Prevenção Controle e Combate à Poluição Marinha na Costa Brasileira, executado conjuntamente com a Petrobras e a Cetesb, tendo a Organização Marítima Internacional da ONU como agência técnica e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, como representante das Nações Unidas.

Órgãos Estaduais de excelência se desenvolveram no País, tais como a FEEMA no Rio de Janeiro e a Cetesb em São Paulo, que serviram também como órgãos técnicos do Banco Nacional de Habitação – BNH, dos programas de saneamento básico, dando aos mesmos o indispensável componente de preocupação ambiental.

Nas décadas de 70 e 80 a SEMA, substituída depois pelo Ibama, em 1989, que, por sua vez, era formado pela SEMA, IBDF, Sudhevea e Sudepe, em meados da década de 90, utilizou-se do Sistema de Comando e Controle na questão ambiental. Havia muita repressão ao setor produtivo como se a sociedade dele não precisasse se utilizar para sua sobrevivência.

O Parlamento contribuiu com a Comissão Parlamentar de Inquérito de 1984, realizada na Câmara dos Deputados e presidida pelo Deputado Oswaldo Coelho e tendo como Relator o então Deputado Coutinho Jorge. Em nível internacional, intensos trabalhos foram desenvolvidos como o Programa Hidrológico Internacional da Unesco, integrado por 120 países, no qual Brasil chegou a ocupar a presidência e participou de nove das dez Comissões Técnicas.

Ainda nesse período, além de participar do Programa Hidrológico Operacional e da Comissão de Hidrologia da OMM, o Brasil fez parte, por meio do DNOS e do DNAEE, desempenhando papel relevante, da comemoração do Jubileu de Prata da Comissão de Hidrologia, em 1986, quando surgiu a Assistência Técnica do Centro de Recursos Hídricos da Hungria – VITUKI que, por meio de cooperação técnica do PNUD, desenvolveu com a CAESB, o Programa de Despoluição do Lago Paranoá em Brasília, de 1986 a 2000.

A década de 90, para recursos hídricos, foi praticamente perdida em nível do Governo Federal. Mas, na área estadual, o Ibama e os órgãos estaduais consolidaram o Sistema Ambiental. Os Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos iniciaram seu trabalho, ignoran-

do a paralisia em nível federal. Implantaram-se dezoito sistemas estaduais de recursos hídricos.

Contudo, o grande feito nessa década foi o competente trabalho do Itamaraty em trazer para o Brasil a II Conferência sobre Meio Ambiente: a Rio 92.

Após a Conferência Rio 92, a sociedade civil manifestou-se por meio de diversas entidades oficiais e ONGs ambientais. O setor produtivo se movimentou e, com o advento das Leis nº 9.433/1997 e 9.984/2000, criando a Agência Nacional de Águas – ANA, todo o arcabouço institucional e organizacional ficou pronto, em relação a recursos hídricos.

Cabe aqui abrir um parêntese para ressaltar o excelente trabalho do Senador Bernardo Cabral como Relator no processo de aprovação destas leis e na produção de vinte livros sobre o tema “Água” quando esteve nesta Casa. Ele faz falta ao Senado.

Lembro-me, inclusive, da realização do Seminário Águas 2000, inspirado por ele e requerido pelo Senador Paulo Souto, hoje Governador da Bahia, seminário cujos anais deram suporte à viabilidade política da Lei Nº 9984, de 17 de julho de 2000.

O setor produtivo e as atividades da sociedade seriam sempre oficializados ambientalmente com a respectiva outorga de direito do uso da água – bem de domínio público, de propriedade do povo brasileiro –, quando for o caso de aproveitamento hídrico: irrigação, saneamento, turismo, energia, abastecimento urbano e industrial, disposição de efluentes sanitários e industriais e, ainda, reserva ecológica e com a respectiva licença ambiental.

Com o advento da Lei Nº 9.433, de 8 de julho de 1997, estabelecendo a Política Nacional de Recursos Hídricos, oriunda do Código de Águas de 1934, houve a consolidação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas, formado pela ELETROBRÁS, DNOS (hoje extinto), SEMA (hoje IBAMA) e DNAEE (hoje ANEEL). O Comitê iniciou a mudança de mentalidade do País em relação à sua política de recursos hídricos. Realizou, de 1978 a 1986, os estudos de diagnósticos de bacias hidrográficas, até hoje ainda considerados bastante atualizados, e que contemplam 2,5 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro com as relevantes bacias, entre outras, de Guaíba; Itajaí-Açú; Paranapanema; Paraíba do Sul; Paranaíba; São Francisco; Jarí; Mogi-Mirim; Jaguari-Piracicaba; Vaza-Barris; Parnaíba; Grande; Ribeira do Iguape; Iguaçú.

Sr. Presidente, depois dos estudos das bacias hidrográficas brasileiras e do Relatório do Meio Ambiente elaborado para a Conferência do RIO/92, nada

mais se fez no país em favor do meio ambiente de maneira relevante.

E, apesar de todos os esforços de entidades da sociedade civil e da iniciativa privada, com algumas médias e grandes empresas que cada vez mais se conscientizam da importância de seu papel na defesa e preservação ambiental, pouco se fez pelo meio ambiente, diante da magnitude deste país continental e os indicativos são de que a nossa situação ambiental está piorando.

O Relatório do Meio Ambiente do Brasil preparado para a RIO 92, em lugar de ser um documento gerencial, ficou na prateleira.

A Agenda 21 não tomou corpo até agora e tampouco foi incorporada às atividades governamentais, do setor produtivo e da sociedade civil.

Afora aquele último estudo, o que temos neste momento é uma grande movimentação da sociedade civil em relação ao meio ambiente. No Brasil, pelo fato de termos 81% da população fixada nas cidades, a questão ambiental urbana merece mais destaque.

Aqui em Brasília realizou-se, no dia 9 deste mês, a VI CONFERÊNCIA AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, com a presença de 50 ONGs ambientalistas, CREA-DF, Ministério Público do Distrito Federal, Ministério Público Federal, IBAMA-DF, Câmara Legislativa, IPHAN, EMATER-DF, IBGE e FUNATURA. Essa Conferência teve como tema central “**Morar, Produzir e Preservar: o desafio do DF e Entorno**”, ocasião em que se analisaram os diversos aspectos da situação ambiental do DF e diretrizes para a sua melhoria.

Outro evento importante realizado neste mês de outubro foi o SEMINÁRIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS para a GESTÃO AMBIENTAL da BACIA HIDROGRÁFICA do ALTO TOCANTINS, que engloba Brazlândia, Planaltina e Sobradinho e abrange mais 20 municípios de Goiás e Tocantins, numa área de 54.000 quilômetros quadrados, fazendo parte da Reserva da Biosfera Cerrado-Goyaz da UNESCO e da Área de Proteção Ambiental Pouso Alto.

Em ambos os eventos vi com muita satisfação moções de apoio aos Projetos de Lei de minha autoria que dispõem sobre a Criação do Comitê de Bacia do Rio Descoberto, PLS Nº 013/2003, e o outro que coloca a Capacitação como Instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, PLS 417/2003. E, registro com muita satisfação que, daqueles debates, surgiram sugestões no sentido da criação do Subcomitê do Rio Descoberto no âmbito do Comitê da Bacia do Rio Paranaíba e da cri-

ação do Comitê de Bacia do Alto Tocantins, este último envolvendo 485 mil pessoas.

No sentido de colaborar com a PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, que ora se realiza aqui em Brasília, quero deixar consignado nos Anais desta Casa, tema da maior relevância que será proposto à discussão naquele evento.

A mudança da gestão ambiental no âmbito do Governo Federal, com a criação de uma Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República que subordinaria as Secretarias de Meio Ambiente de cada Ministério, criaria condições para que se internalize a componente ambiental nas políticas públicas setoriais, materializando a transversalidade tão decantada.

A Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República forneceria as metas, diretrizes e indicadores, para que cada setor cumprisse a sua parte. Cada Ministério teria sua Secretaria de Meio Ambiente. Acabaríamos, assim, com o gigantismo do Ministério do Meio Ambiente que não consegue fazer cumprir as metas setoriais. Teríamos, por conseqüência, mais técnicos no setor ambiental e internalizaríamos a Agenda 21 no Governo Federal. O IBAMA seria mantido como órgão auxiliar da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, na verdade, em sua já consagrada função de braço operacional e fiscalizador.

O governo deve levar em conta que estará abrindo uma possibilidade de participação de pelo menos oito mil ONGs ambientalistas, motivadas, que precisam apenas de capacitação e orientação. O governo federal terá a grande oportunidade de mobilizá-las para uma ação conjunta e objetiva.

Está na hora de olhar a questão ambiental com objetividade e democratizar as ações oficiais. Se não houver ampla participação da sociedade e conscientização para que os problemas da área sejam tratados como questões de Estado, nunca melhoraremos o nosso meio ambiente. Além disso penso que, mecanismos tais como o seguro ambiental devem ser estudados.

Sr. Presidente, quero também fazer menção à situação que vive a Agência Nacional de Águas – ANA, organismo que tem a responsabilidade de administrar o bem de domínio público mais precioso do planeta. Órgão que alguns já estão querendo fechar, talvez confundindo com má administração e os naturais ajustes de uma fase inicial de instalação.

Sou totalmente contra o fechamento da ANA.

Peca entretanto a ANA ao não estabelecer superintendências ou escritórios em nível regional ou estadual. E peca, muito mais, por não ajudar a fomentar e a implementar os Comitês de Bacias Hidrográficas – talvez, quem sabe, por medo de “perder poder político” –, as bacias hidrográficas são a razão do PLS nº 013/2003, de minha autoria, para o qual peço o apoio das Senhoras e Senhores Senadores. Peca também a ANA por paralisar a Rede Brasileira Hidrometeorológica, base de todos os projetos de aproveitamento hídrico.

Temos excelentes técnicos, falta gerenciamento. Cabe aqui uma denúncia e um apelo ao Ministro Guido Mantega: não corte os recursos da rede hidrometeorológica de coleta de dados. Sem os dados, sem as leituras técnicas periódicas é impossível gerenciar um sistema tão importante como este.

Finalmente, cumprimento todos os ambientalistas brasileiros e todos aqueles que participam desta PRÉ CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL na pessoa da brava e competente Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, pela realização da CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, nos dias 28, 29 e 30 de novembro, aqui em Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 12 minutos)

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PT	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Renildo Santana
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Shessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Eurípedes Camargo
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta**

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 15.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta** (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscmcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.
Atualizada em 15.08.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**

**TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL – BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB – RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
João Batista Motta**	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

**Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO
TEMPORÁRIA**

(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT – SP)

Relator: Senador Romero Jucá (PMDB – RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscmcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
João Batista Motta	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha***	4. Efraim Moraes
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

** Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 14.10.2003

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. (vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)****Vice-Presidente: (vago)****Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

Atualizada em 14.08.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.
Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta*	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 08.10.03.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscmccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 07.10.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PERMANENTE

9 (nove) titulares

9 (nove) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE

PERMANENTE

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 23.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT –PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB – DF)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS
PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL –PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Silhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. (vago)
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta*

*Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Joao Batista Motta
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 14.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella

Vice-Presidente: Senador João Capiberibe

Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

7 (sete) titulares

7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres

Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Shlessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta***	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

**Deixou o exercício do mandato em virtude da reassunção da titular Senadora Maria do Carmo Alves.

***Desfilou-se do PPS, passando a integrar a bancada do PMDB em 02.10.2003.

Atualizada em 02.10.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: (VAGO) ¹³

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ^{7 e 14}	MS	1128	1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) ⁹	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

Notas:

¹ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca até 01.10.2003, quando passou a ocupar vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003.

¹² Eleita na Sessão do SF de 18. 9.2003, em substituição ao Senador **Renildo Santana**, que ocupou a vaga de 19.3 a 15.9.2003, quando retornou a titular do mandato.

¹³ O Senador **Juvêncio da Fonseca** renunciou ao cargo de Presidente do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 25.09.2003

¹⁴ Indicado para ocupar a vaga de titular pelo PDT, conforme comunicado lido na Sessão do dia 01.10.2003.

(atualizada em 01.10.2003)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)**

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

Senador Eurípedes Camargo¹	Bloco de Apoio ao Governo
Senador Demóstenes Torres¹	PFL
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	
(aguardando indicação)	

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 14.10.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: 311-4561 - sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> (aguardando definição)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira
COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)

PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)

PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)

PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)

PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾

PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES

PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)

PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)

PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)

PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)

PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)

PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)

PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾

PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾

PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003, conforme comunicado lido na Sessão do SF desta data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



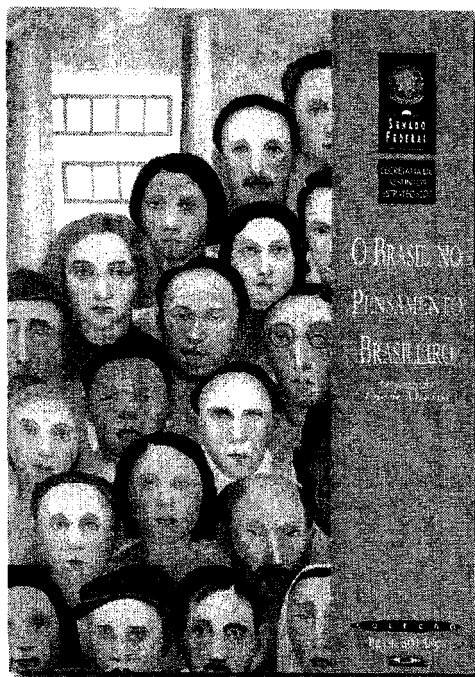
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djalir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 90 PÁGINAS